

Sociedade e Estado

VOLUME II

NÚMEROS 1 E 2

JANEIRO-DEZEMBRO 1987



DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SOCIEDADE & ESTADO

Revista semestral do Departamento de Sociologia da UnB

Volume II, nºs 1 e 2, janeiro/dezembro de 1987

Impresso no Brasil
Sob responsabilidade do Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 Brasília – Distrito Federal

Apoio técnico:
Editora Universidade de Brasília

Copyright © 1988 by Maria Lúcia Maciel *et alli*

É permitida a reprodução de artigos com a menção da fonte

Conselho Editorial

Gabriel Cohn	Maria Brandão
Maria Suzana Arrosa Soares	César Barreira
Fernando Corrêa Dias	Walder de Góes
Silke Weber	Otávio Guilherme Velho
José Albertino Rodrigues	Gilberto Velho
Bernardo Sorj	Wanderley Guilherme dos Santos
Ivan Sérgio Freire de Souza	Hélgio Trindade

Coordenação Geral

Maria Lúcia Maciel

Equipe Técnica

Jornalista Responsável
Luciene Rosa de Assis

Colaboração

Donalva Caixeta Marinho
Licurgo Salustiano Botelho

SUMÁRIO

Apresentação	5
<i>Maria Lúcia Maciel</i>	
Universidade e Constituinte	7
<i>José Albertino Rodrigues</i>	
Estado, Sociedade e Conflito Social na obra de Alberto Torres	17
<i>José Mendes de Oliveira</i>	
A Sociologia no Brasil: alguns pontos para reflexão	25
<i>Vilma de Mendonça Figueiredo</i>	
Função Discursiva da Sociologia no Brasil	33
<i>José Augusto Guilhon de Albuquerque</i>	
As "Turmas da Boa-Vontade": desemprego e ação de classe	39
<i>Nadya Araújo Castro</i>	
Os efeitos da Inovação Tecnológica baseada na Micro-eletrônica sobre o Desemprego Industrial no Brasil	67
<i>Ruy de Quadros Carvalho</i>	
Multinacionais e Peleguismo no Brasil	89
<i>João Gabriel Teixeira</i>	
Estado Capitalista: Transformações na Dinâmica de Intervenção e o Papel das Burocracias	105
<i>Pedro Roberto Jacobi</i>	

RESENHAS

Violeta R. Loureiro, <i>Os Parceiros do Mar</i> . Por Eduardo Biavati Pereira . .	117
Sérgio Paulo Rouanet, <i>As Razões do Iluminismo</i> . Por Maria Angélica Madeira	120

Pat R. Mooney, <i>O Escândalo das Sementes: o domínio na produção de alimentos</i> . Por Cyro Mascarenhas Rodrigues	122
Helène Rivière d'Arc, <i>Portraits de Bahia: travail et modernisation dans quatre régions agricoles d'un état du Brésil</i> . Por Vilma de Mendonça Figueiredo	126

APRESENTAÇÃO

Em meio às incertezas sobre os rumos do país e de sua Constituição, preocupam-nos também os rumos da Sociologia, ao desenvolvimento da qual esta revista se dedica. Há indícios de que discussões sobre a tão propalada crise dessa disciplina já não têm mais sentido. O esforço de recuperação teórica que se tem observado nos últimos anos, o Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e uma nova leva de produção de alta qualidade, dotam-nos de uma visão mais otimista dos “caminhos e descaminhos da Sociologia”, de que se falava durante a 38ª Reunião Anual da SBPC, em 1986. Temos a pretensão de, com este número, estar contribuindo para essa nova fase.

Abrimos com um texto de José Albertino Rodrigues, presidente da SBS, que é mais uma tomada de posição do que um artigo científico. Decidimos abrir uma exceção, em momento excepcional para o país e para a universidade. Não podemos – enquanto cidadãos e cientistas sociais –, ficar alheios aos desafios que se colocam à comunidade, diante da elaboração de um novo texto constitucional. O autor destaca que a transição política e a abertura científica em novo patamar de maturidade e consciência. Trata-se, agora, de difundir a concepção de que os caminhos do desenvolvimento passam, necessariamente, pela pesquisa científica e tecnológica.

O resumo histórico apresentado por J. A. Rodrigues, remete-nos inevitavelmente ao exame das rupturas e continuidades, ao longo do processo político brasileiro. O artigo de José Mendes de Oliveira sobre a obra de Alberto Torres destaca, em outra perspectiva, debates que também são, ao mesmo tempo, históricos e atuais na análise dos diversos momentos daquele processo.

Enquanto isso, a Sociologia vem atravessando uma longa história de meros cinquenta anos. O artigo de V. Figueiredo procura retratar essa história e o momento presente, constituindo um roteiro possível para uma sociologia da Sociologia brasileira, e mostrando suas forças e fragilidades.

Mas como se configura esse momento da Sociologia? A disciplina teria limitado-se a uma mera função discursiva? É a questão polêmica proposta por Guilhon de Albuquerque. Identificando três funções latentes (engenharia, integração e denúncia) que se manifestam segundo os momentos sociais em outros países, Guilhon postula que, no Brasil, a Sociologia limita-se a um mero discurso.

Os quatro artigos que se seguem talvez demonstrem o contrário: que a nova fase da Sociologia brasileira não se reduz a um mero discurso teórico inócuo. A discussão de N. A. Castro sobre uma forma diferente de organização, diante da ameaça do desemprego; a análise dos impactos de novas tecnologias

no mundo do trabalho, realizada por R. Q. Carvalho; o estudo sobre os metalúrgicos de Salvador, onde J. G. Teixeira busca novas abordagens para o problema concreto do sindicalismo brasileiro; e o debate enfrentado por P. R. Jacobi a respeito do Estado capitalista burocrático, confrontando suas versões diferentes no capitalismo avançado e no periférico, demonstram que já se podem vislumbrar alguns passos possíveis nos novos caminhos da ciência social.

Maria Lúcia Maciel

UNIVERSIDADE E CONSTITUINTE

José Albertino Rodrigues*

RESUMO

Traçando um paralelo histórico entre condições constituintes e institucionalização científica, a comparação entre as situações de 1946 e de 1987 indica que a atual fase de transição política e abertura democrática encontra uma comunidade científica mais consciente de seu papel no desenvolvimento do país. Os principais instrumentos de que o Brasil precisa para entrar no Terceiro Milênio são aqueles propiciados pelo pensamento científico. Tendo atingido essa consciência, a tarefa da Universidade agora é a difusão da concepção de que os caminhos do desenvolvimento passam necessariamente pela pesquisa científica e tecnológica.

Há pouco mais de meio século promulgou-se a Constituição Federal de 1934, como reflexo das transformações econômico-sociais e políticas que se desencadearam no início da terceira década deste século. Ela foi o resultado apresentado pela Assembléia Constituinte que se instalou em 3 de maio de 1933. Não obstante sua marca corporativista, com a participação mista de representantes populares e classistas, a Constituição de 1934 continha inovações – como o capítulo da *ordem econômica e social* e outro sobre a *família* –, que refletem preocupações modernas no ordenamento institucional da nação, como a *questão social*. Ela foi, na verdade, nossa primeira Constituição moderna.

Não por mera coincidência, o ano de 1934 corresponde também à implantação da Universidade no Brasil, na sua feição moderna humboldtiana, integrando ensino e pesquisa. Com efeito, foi nessa data que se criaram as universidades de São Paulo e do Rio Grande do Sul, seguidas, em 1935, pela Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Lembre-se que em 1912 já se instalara a Universidade do Paraná, embora mero agregado dos cursos de direito, engenharia e odontologia (juntamente com obstetrícia).

Em 1930 o Governo Provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde e, poucos dias após, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Estavam abertos os caminhos para o ingresso da ciência e tecnologia nas funções regulares da administração pública, que levaram décadas para

* Doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal de São Carlos, presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia.

serem estruturadas sistematicamente. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, a criação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933, representaram preocupação de formar um “homem novo” e “novas elites” para enfrentar os novos tempos, com uma ordem social de moldes modernos.

Para concretizar esses ideais, a Universidade era uma instituição essencial. Embora existissem escolas superiores isoladas desde o século passado, e ainda que muito tardiamente em comparação com outros países da América Latina, o Brasil veio a dispor de uma instituição integrada em que se ministrava não apenas o ensino de nível superior, mas que se propunha a formar docentes para os níveis médio e elementar. A inovação mais significativa era porém a pesquisa, que encontrava afinal o seu lugar natural, sobretudo a pesquisa básica, uma vez que alguns institutos de pesquisa aplicada já existiam nas áreas da agricultura e da saúde, bem como na engenharia. O Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo também foi criado em 1934, como transformação do Laboratório de Ensaios de Materiais.

A coincidência de uma Constituição moderna com a criação da Universidade brasileira, conjugando ensino e pesquisa como atividades permanentes de profissionais de alto nível foi, de fato, produto de uma evolução recente da vida econômica e política, bem como social e cultural entre nós. A convergência desses níveis de ação e de pensamento não era fortuita, e representava uma certa maturidade que a sociedade brasileira atingia, mais de meio século depois.

Ressalte-se a lucidez do processo de recrutamento adotado, pelo qual pudemos contar, na montagem da Universidade brasileira, com cientistas e mestres em linha com os progressos recentes da ciência moderna, no campo da matemática e da física, como da biologia e das ciências sociais. Nesse sentido, o momento foi de rara felicidade, pois essas áreas de conhecimento estavam atingindo posições consuetudinárias de grande repercussão teórica e prática, que pudemos incorporar de imediato. Elementos do grupo Bourbaki, ao lado de Lévi-Strauss, por exemplo, trabalharam lado a lado na Universidade de São Paulo. A perseguição política que o nazi-fascismo começava a desencadear na Europa, facilitou a atração de cientistas de destaque e permitiu que a ciência, no Brasil, tenha-se hoje instrumentalizado para contribuir para o equacionamento, tanto de grandes questões teóricas como dos grandes problemas da realidade nacional.

Do ponto de vista político, a Constituição de 1934 era contraditória. Se refletia, em parte, as preocupações da República de Weimar, que reorganizara institucionalmente a Alemanha logo após a derrota de 1918, retratava igualmente a crise do sistema parlamentar do século XIX. Em decorrência dessa crise, duas alternativas radicais se apresentavam naquele pós-guerra: à esquerda, os soviéticos, e à direita, o fascismo. Por razões históricas, optamos pelo fascismo, incorporando a experiência italiana do corporativismo, o que nos legou equívocos que perduram até hoje, como na organização sindical, por exemplo. E pelas mesmas razões, chegamos a um novo pós-guerra com a necessidade de reformulação institucional, que resultou na instalação de outra

Assembléia Constituinte a 2 de fevereiro de 1946. O momento político era de grande euforia, com a derrota sucessiva do fascismo italiano, do nazismo alemão e do militarismo japonês. O Brasil participara diretamente da luta para a derrocada justamente do fascismo que nos inspirara constitucionalmente na década de 30 (af incluída a Carta Constitucional de 1937), no chamado processo de redemocratização do país. Alguns voluntários civis, recém-saídos da Universidade, participaram da Força Expedicionária Brasileira com a consciência de um ato histórico.

A Constituição rapidamente elaborada em 1946 não correspondeu, porém, a uma verdadeira abertura de idéias. Os representantes populares eleitos para a tarefa estavam mais vinculados às velhas oligarquias rurais (que não foram desarticuladas em 1929-30, mesmo porque, como dizia Vitor Nunes Leal, "a revolução de 30 parou nas porteiras das fazendas"), do que às novas correntes urbano-industriais, tanto burguesas como proletárias (embora bancadas comunistas a nível federal e estadual contassem com elementos de estrato popular, ao lado de intelectuais de vanguarda e alguns cientistas expressivos, como Mário Schemberg e Caio Prado Júnior, em São Paulo). Por contraditório que pareça, a representação classista na Constituinte de 1933-34 propiciara a participação de profissionais, líderes sindicais e burgueses que não dispunham de organismos partidários capazes de elegê-los naquela época. Ainda que manipulados por Getúlio Vargas, sua presença representava novas forças sociais que estavam provocando transformações que politicamente ainda não haviam encontrado mecanismos de atuação regular. A título de exemplo, citem-se líderes empresariais em processo inicial de ascensão, como Roberto Simonsen, Horácio Lafer, Ewaldo Lodi, Alexandre Siciliano Júnior. Além disso, o eleitorado de 1933 ganhara um elemento novo, correspondente ao voto feminino, enquanto o de 1945 só incorporou o crescimento vegetativo da população alfabetizada, e não trazia, qualitativamente, inovação alguma em sua composição. Nenhuma mulher foi eleita constituinte em 1945, enquanto em 1933 Carlota Pereira de Queiroz elegera-se pelo voto popular.

O conteúdo da Constituição de 1946 estava formalmente comprometido com o passado e não se voltava para o futuro. Nas palavras do jurista José Afonso da Silva, ela estava voltada "às fontes formais do passado", pois "nasceu de costas para o futuro, fitando saudosamente os regimes anteriores, que provaram mal".

Se a Constituição de 1946 trazia vícios dessa ordem, não se mostrou suficiente para enfrentar os dilemas políticos e os compromissos sociais de qualidade original, correspondentes ao crescimento e atuação dos movimentos populares. À falta de canais político-institucionais, algumas correntes sociais buscaram, nas ruas das grandes cidades e nas matas de regiões longínquas, alguma forma de participação política e social que a ditadura militar, implantada em 1964, negaria. Nas últimas duas décadas assistimos à emergência de novas personagens políticas atuantes, como os trabalhadores das indústrias tecnologicamente avançadas, os trabalhadores do campo, mas sem terra, e os

estudantes, cujo número cresceu vertiginosamente com a expansão das instituições universitárias. Nesse quadro a Universidade tem uma presença significativa, justamente no momento em que uma nova Constituição está preparando um texto fundamental que, evidentemente, deve refletir os novos tempos.

É certo que tivemos, nesse interregno, duas constituições de letras minúsculas, outorgada pelos militares, associados à tecno-burocracia que, sintomaticamente, é produto da Universidade dos anos 50 e 60, justamente aquela parcela sempre pronta a ser cooptada pelo poder, para o exercício de funções meramente atributivas. Se os tradicionais juristas de plantão só foram capazes de produzir contrafações da Constituição de 1946, os tecnoburocratas elaboraram os seus instrumentos político-administrativos adequados ao exercício do poder autoritário, graças ao recurso que, entre nós, tem subsistido mesmo em períodos de abertura democrática, com o original título de decreto-lei, mediante o qual o poder executivo usurpa a função legislativa e traça suas próprias normas básicas de ação.

Nesse sentido, a verdadeira constituição da ditadura militar ainda em vigor é o famoso decreto-lei 200, de 1967, cuja estrutura, mais ágil do que a da constituição, tem a vantagem de auto-regular-se e autocorrigir-se, sem precisar recorrer ao Congresso, ainda que este seja geralmente submisso ao executivo. Dispondo sobre a organização da administração federal, o decreto-lei 200 criou novos entes jurídicos e ainda inspira outros, como o esdrúxulo ente "universidade", que o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (GERES) recentemente propôs, sem sucesso, procurando antecipar-se à tarefa constitucional.

Resta saber o que fará a atual Constituinte com o decreto-lei 200 e seus elementos complementares, que precisaram ser objeto de sucessivas consolidações promovidas pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (4ª edição, de 1984). É composto por 17 títulos e nada menos que 215 artigos, abrangendo desde a organização e funcionamento dos ministérios até as normas de administração financeira e contábil, e aquelas relativas às licitações para compras, obras, serviços e alienações. Parece legítimo esperar que não ocorra com esse decreto-lei o mesmo que se deu com o decreto-lei 9.070, baixado a 15 de março de 1946 pelo General Eurico Gaspar Dutra, para regulamentar (vale dizer, reprimir) o direito de greve, e que se manteve em vigor até 1965, contrariando expressamente os dispositivos constitucionais vigentes desde 1946.

As aberrações jurídicas dos atos constitucionais e decretos-leis precisam ser definitivamente extirpadas das nossas práticas políticas, mediante a valorização do poder legislativo, que deve se impor como principal núcleo das grandes decisões nacionais. Como já mostrou o jurista Fábio Konder Comparato, muitas dessas decisões, que afetam diretamente a vida do cidadão, são tomadas até em nível de segundo escalão do poder executivo, sem respaldo legal legítimo.

Chegamos, pois, à Constituinte de 1987 não apenas em uma fase de transição política e de abertura democrática, mas em um momento em que a Universidade e a comunidade científica estão consolidadas – e apesar da crise universitária, que não é exclusivamente nossa, e parece ser inerente a uma instituição que precisa de renovação permanente – e têm contribuições a dar. Estamos conscientes de que é preciso elaborar a nova Constituição de olho no futuro e não no passado. O Brasil precisa estar instrumentalizado para entrar no Terceiro Milênio, e os principais instrumentos são aqueles propiciados pelo pensamento científico, e envolvem a Constituição como a instrução de um modo geral.

Estamos em meio a uma nova revolução tecnológica, a da informática, em que o conhecimento científico e suas aplicações práticas são decisivos. Não bastam as posições pioneiras dos educadores da década de 30 (Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, Pascoal Leme e outros); é indispensável partir de posições avançadas, graças às conquistas de mais de meio século de desenvolvimento científico e tecnológico.

O conhecimento que se tinha do Brasil na década de 30 está contido em um pequeno número de grandes obras elaboradas por Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, 1933), Sérgio Buarque de Hollanda (*Raízes do Brasil*, 1936) e Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil Contemporâneo*, 1939). São obras informadas pelas formulações teóricas e metodológicas das modernas ciências sociais, voltadas para a compreensão da formação social brasileira. O conhecimento que se tem hoje da realidade brasileira, em todos os seus aspectos, é muito amplo e expressivo, a ponto de ser difícil a uma só pessoa proceder a uma síntese daquele tipo. Daí o papel fundamental dos institutos, departamentos, núcleos e equipes de pesquisa, que representam o fulcro da atividade da pesquisa universitária institucionalizada, levadas a efeito mediante o mecanismo do tempo integral, a grande conquista do docente universitário. Nos mais variados campos do conhecimento já dispomos de cientistas de porte internacional, que têm contribuições substanciais para se pensar o Brasil e suas instituições em termos do novo milênio.

Sob um certo sentido, podemos pensar o Brasil em termos desenvolvidos, de forma a superar a realidade gritante do subdesenvolvimento a que estamos relegados pelo arcaísmo de nossas estruturas e das nossas instituições. A maior parte da contribuição que podemos dar está justamente nesse ponto. Resta saber como atuará a Constituinte, dada sua composição e as condições em que ela foi convocada e eleita. É justo esperar que ela esteja consciente de seu papel histórico, mas é indispensável que se façam ouvir as vozes da comunidade científica, para sobrepujar o trabalho surdo dos *lobbies*, voltados para interesses que não são capazes de se manifestar de público, justamente porque não têm em vista os interesses públicos.

O foco central que consubstancia uma Constituição voltada para o futuro é a superação da dependência. A questão tem sido a convergência de todos os esforços que a comunidade científica concentrou no decorrer dos cinquenta

anos de vida acadêmica do país. Não foi casual que as mencionadas transformações políticas e sócio-econômicas tenham desembocado na iniciativa da implantação da Universidade entre nós. Dessa convergência emergiu a tomada de consciência do subdesenvolvimento brasileiro. Até então essa consciência era restrita aos problemas da saúde (daí a noção do país como um "vasto hospital", na imagem de Miguel Pereira) e da educação, com a *mauvaise conscience* de um país de analfabetos e, por isso mesmo, pobres, famintos e ignorantes. Aí estariam as fontes do nosso atraso. A noção vulgar que imperava era a de um círculo vicioso, o qual não sabíamos onde romper. A visão mais globalizante derivava da constatação de que éramos um "país essencialmente agrícola", e que o caminho para fugir a essa condição seria a industrialização, que começara a tomar impulso. Associada à urbanização e à vaga, mas poderosa idéia da "modernização", a via industrial poderia encaminhar-nos para o desenvolvimento econômico e social.

Tais concepções invadiram nossas cátedras, depois os departamentos universitários e os centros de pesquisa. Nos anos 50 chegou a tornar-se uma ideologia – o "desenvolvimentismo" empolgado do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Economistas, sociólogos, cientistas políticos e outros estudiosos erigiram o subdesenvolvimento/desenvolvimento como grande tema dos estudos e pesquisas, enriquecidos pelo conceito de "causação circular" introduzido por Gunnar Myrdal, como meio de superar o impasse teórico. A conjugação racional dos vários efeitos e identificação de suas causas imediatas seria o primeiro passo nesse sentido. O segundo passo foi a noção da superação da dependência, como forma de cortar as amarras neocoloniais entre metrópole/países centrais e periferia/países dependentes. Com os novos enfoques teóricos foi possível revelar os liames essencialmente tecnológicos dessa dependência. Nos meios científicos e universitários difundia-se rapidamente a concepção de que os caminhos do desenvolvimento passavam necessariamente pela pesquisa científica e tecnológica. Os rumos recentes do desenvolvimento científico e tecnológico evidenciam que corremos o risco de ver aprofundado cada vez mais o fosso metrópole/periferia, através do alargamento do *gap* tecnológico.

Os resultados das pesquisas básicas e de suas aplicações nos vários campos do conhecimento são uma demonstração de que o desenvolvimento científico e tecnológico não é simplesmente uma potencialidade. A demonstração da potencialidade é comprovada de inúmeras maneiras. Para citar um exemplo, tome-se a crise do petróleo. Em pouco tempo a alternativa do álcool, como força motriz, tornou-se uma realidade e outras fontes alternativas de energia estão à disposição de um programa racional de aplicação não predatória e deformadora. O mesmo ocorre com a pesquisa de novos materiais. Mesmo nos setores de ponta, como a informática, as demonstrações alcançaram o nível das realizações concretas. Os programas de biotecnologia e química fina são outras demonstrações de que dispomos do saber suficiente para enfrentar grandes desafios. A questão crucial concentra-se na instrumentação,

não apenas a nível de laboratório, mas sobretudo em patamar institucional, para que os programas sejam levados a efeito com regularidade, continuidade e autonomia. A interação dos diversos campos mencionados é muito grande, e isso maximiza aquela potencialidade, bastando garantias efetivas para que os pesquisadores trabalhem com a cobertura institucional e não se vejam ameaçados, como tem sido muito comum nas últimas décadas, de serem desarticulados por motivos de ordem externa.

O que as universidades e os institutos de pesquisa esperam da nova Carta Magna é o reconhecimento de seu papel, decisivo para que o país possa atingir a plenitude de sua capacidade intelectual e científica. Essas palavras soam como coisa singela, fácil de se converterem em realidade palpável. Mas, de fato, elas encobrem uma luta diuturna pela concretização de inúmeros projetos, que precisam vencer a inércia da burocracia, os entraves ao fluxo regular de recursos financeiros e materiais que não podem se deteriorar, da incorporação contínua de novos elementos que se formam e se aperfeiçoam e não encontram lugar onde os conhecimentos possam ser aplicados. Não bastam, pois, apenas proclamações altissonantes de boas intenções. Elas precisam ser traduzidas em mecanismos de efetivação dos programas já existentes, mas que exigem uma renovação constante, realimentados por seus próprios resultados.

As dificuldades que os cientistas têm enfrentado na fase de consolidação das universidades e institutos de pesquisa foram tantas que eles se transmudaram em especialistas em “quebrar galhos”, “arrebentar portas”, enfim, em vencer o ceticismo e a descrença em que alguns deles, por vezes, se perdem. O fato concreto é que nossos pesquisadores tiveram, a duras penas, de administrar as crises repetidamente. Isso os levou a adquirir uma grande experiência na administração da pesquisa, no sentido estrito do termo. Muitas vezes foram travadas verdadeiras batalhas contra os gerentes e burocratas que, alojados nos postos diretivos das agências de fomento, enxergavam sua atividade não como meio para atingir um fim maior, mas como um fim em si. Os desvios e dilapidações de recursos são incompatíveis, mas nunca deixaram de ser apontados e denunciados repetidas vezes pelas entidades associativas dos próprios cientistas.

Hoje os cientistas estão prontos para assumir também as funções de gerenciamento dos fundos de pesquisa, e vários exemplos estão à mão para demonstrar que isso pode ser feito sem maiores dificuldades e, sobretudo, com otimização dos recursos postos à sua disposição. O exemplo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) é o melhor de todos. Recebendo meio por cento dos recursos tributários do exercício corrente e dependendo apenas cinco por cento na sua própria administração, ela tem cumprido um trabalho exemplar há quase 30 anos, pelos próprios pesquisadores e cientistas, que fazem questão de não abandonar, durante os períodos de sua gestão, os seus trabalhos nos laboratórios e institutos de pesquisa. Estamos vendo hoje o exemplo da FAPESP disseminar-se em vários estados, como o

Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e outros em fase de projeto. Supõe-se que as próximas constituições estaduais venham a consagrar esse instituto em todo o país.

O reconhecimento do papel primordial das universidades e institutos de pesquisa implica, pois, a plenitude de sua autonomia. Tínhamos uma tradição de liberdade de cátedra que as sucessivas ditaduras puseram por terra. A autonomia precisa ser recuperada, mas em novos termos e com garantias efetivas de que ela não se limite a uma simples e generosa concessão. Para tanto é indispensável que a gestão das universidades e institutos de pesquisa seja entregue aos docentes e cientistas. Os mecanismos estão definidos e já demonstrados em algumas práticas a serem aperfeiçoadas. Resta definir instrumentos complementares de acompanhamento e avaliação, com premissas claramente definidas e à luz de projetos globais discutidos e delineados interna e externamente.

A questão fundamental, nessa fase constituinte, volta portanto, ao ponto de partida: o papel e as funções da Universidade e dos Institutos de Pesquisa, postos agora em novos termos. Assim como a Constituinte há de reconhecer o papel relevante da Universidade, a Universidade precisa ter também sua constituinte. Vale dizer, a questão universitária deve ser debatida em profundidade e não apenas intramuros. Se a sociedade teve seu conhecimento desenvolvido com a contribuição decisiva da Universidade, esta deve ser debatida pela sociedade, através de seus órgãos representativos e, sobretudo, pela Constituinte e seus desdobramentos congressuais.

A Universidade, como centro de saber, tem, na verdade, estudado muito pouco a si própria. Qual a sua dinâmica interna? O que pensam sobre ela seus vários segmentos constitutivos? Qual a composição e as aspirações de seu alunado diante das exigências atuais e futuras? Enfim, qual é o projeto da Universidade, ou melhor, das várias universidades que podemos ter e que não precisa ter, necessariamente, um só padrão? A Universidade da Amazônia e a do Nordeste têm de ser obrigatoriamente a mesma que a do Centro-Sul? Uma pequena universidade interiorana precisa ser do mesmo tipo que uma grande universidade metropolitana? Uma grande metrópole deve ter apenas uma grande universidade? São algumas questões que estão exigindo uma séria discussão para que o ensino superior, juntamente com os demais níveis, possa desempenhar o seu papel e atender às expectativas da sociedade, que também não é uma nem homogênea. Deve-se refletir sobre as experiências estatuintes já realizadas e em curso para avaliar se elas, no formato reivindicatório que têm assumido, são capazes de formular questões dessa envergadura e outros que uma cabeça só não pode fazer devidamente.

ABSTRACT
THE UNIVERSITY AND THE CONSTITUTIONAL ASSEMBLY

Tracing the parallel histories of Brazilian constitutional processes and scientific institutionalization, the comparison between 1946 and 1987 shows that the present phase of political transition to democracy finds the scientific community at a new level of consciousness as to its role in the country's development: the main instruments necessary to enter the third millenium are those provided by science. Having attained this level of maturity, the University's task is now the transmission of the idea that the road to development lies necessarily in the field of scientific and technological research.

RESUME
L'UNIVERSITÉ ET L'ASSEMBLÉE

Reprenant les trajectoires parallèles dans l'histoire des processus constitutionnels et de l'institutionnalisation scientifique au Brésil, la comparaison entre 1946 et 1987 montre que le moment actuel de transition politique et ouverture démocratique rencontre une communauté scientifique nouvellement consciente de son rôle dans le développement du pays: les instruments principaux pour l'entrée dans le troisième millénium sont ceux fournis par la pensée scientifique. Cette conscience acquise, la tâche de l'Université, à présent, doit être celle de la diffusion de l'idée que la route du développement passe nécessairement par la recherche scientifique et technologique.

ESTADO, SOCIEDADE E CONFLITO SOCIAL NA OBRA DE ALBERTO TORRES

*José Mendes de Oliveira**

RESUMO

O presente trabalho constitui ensaio bibliográfico, onde é focalizada a obra de Alberto Torres, ressaltando-se aí os pressupostos teóricos do autor, no que diz respeito à sua concepção de Estado, de sociedade e de conflito social. A apreensão de tais aspectos é feita no intuito de localizar os parâmetros teóricos do pensador, bem como a fundamentação ideológica de seu pensamento, ainda tão presente atualmente.

Francisco Iglésias, em prefácio à terceira edição de *A Organização Nacional* de Alberto Torres (1865-1917), finaliza seu prólogo situando este autor como "um nome na história do pensamento social brasileiro, embora não na história da ciência social". Por sua vez, Florestan Fernandes considera-o, em sua tipologia das "noções extracientíficas de estudo sociológico" (Fernandes, 1976:56), como sendo um pensador que poderia situar-se no rol dos ideólogos. De acordo com tal perspectiva, Torres estaria inserido na categoria dos "pré-científicos"⁽¹⁾, pensadores cujos esforços teóricos representaram as "tentativas racionais de autoconsciência e de explicação realista das condições de existência social" (Fernandes, 1976:58), conservando, contudo, um caráter precursor quanto à prática sociológica sistemática e institucionalizada.

Eis aí duas formas de consideração de um autor nem um pouco simplório para o conturbado período histórico em que viveu, e muito menos insignificante para a história da sociologia latino-americana. Político e analista que se pretendia pragmático, Alberto Torres certamente não representou um vulto de expressão em termos de um pensamento sociológico europeu, absorvendo inclusive, como terceiro-mundista que era, as elaborações francesas, norte-americanas e inglesas. Entretanto, seu pensamento não se configurou estritamente mimético ao debruçar-se sobre as teorias exógenas, e seu esforço de uma apropriação

* Aluno do mestrado em Sociologia, na Universidade de Brasília, desenvolvendo tese na área de Teoria Sociológica.

(1) Florestan Fernandes define, em termos positivos, a tarefa do sociólogo como sendo aquela de "investigar e interpretar, segundo modelos científicos, as regularidades que se explicam pela existência de uma ordem imanente às condições de manifestação dos fenômenos sociais". (Fernandes, 1976:57).

reflexiva do pensamento importado é visível em suas obras. Torna-se difícil concordar com Francisco Iglésias em todos os termos. É inequívoco que Torres é um pensador da realidade brasileira; porém, se pensássemos não em termos da sociologia européia, mas no contexto do pensamento latino-americano, certamente o encontraríamos, se não em nome, provavelmente em estilo, como uma das expressões deste universo. Enquanto adepto do positivismo e do nacionalismo político, Alberto Torres é legitimamente um pensador sul-americano, se permitirmos entender que tais configurações marcaram época e foram continentais.

Por outro lado, são consideráveis as colocações de Florestan Fernandes. É realmente inquestionável o papel que Torres desempenhou como ideólogo do nacionalismo, e de forma alguma é errônea a inclusão do pensador em meio aos racionalistas realistas. Contudo, torna-se difícil determinar precisamente a "extracientificidade" das elaborações de Alberto Torres ou de qualquer outro sociólogo anterior à década de 60. Os critérios de determinação dessa pré-cientificidade ficam totalmente à mercê de uma concepção específica do "como fazer ciência", o que possui evidentes implicações sócio-históricas e, portanto, ideológicas.

A perspectiva através da qual vamos abordar, a seguir, o pensamento de Torres, não se localiza necessariamente em nenhuma das duas concepções anteriores. Embora estejamos enfocando um analista brasileiro, não nos restringiremos a vê-lo simplesmente como um produto específico da sociedade brasileira e, por outro lado, não o situaremos em termos quantitativos quanto à cientificidade. Interessa-nos apenas entendê-lo em seus pressupostos teóricos, ressaltando-se a sua concepção de Estado, Sociedade e Conflito Social. A apreensão de tais aspectos torna-se importante à medida que revela não só os parâmetros teóricos do pensador, mas sobretudo as bases ideológicas que fundamentam o seu pensamento. Dentre as elaborações do referido pensador, vamos-nos limitar somente a duas obras: *O Problema Nacional Brasileiro* (1914) e *A Organização Nacional* (1914), por representarem a síntese do pensamento sociológico de Torres.

(1)

A sociologia ou o pensamento sociológico de Alberto Torres acompanha em quase sua totalidade as concepções da filosofia positivista francesa e do organicismo inglês. À semelhança de Émile Durkheim, Torres percorreu de Augusto Comte a Herbert Spencer, incluindo em suas apreensões o pensamento de autores tais como Lest Ward, Giddings, Le Play, Ratzel e Peschel. A sua concepção da sociedade e dos fenômenos sociais orienta-se basicamente pelo pensamento de Comte e Spencer, conservando um parentesco notável com a "ontologia realista" de Durkheim.

Partindo de uma visão evolucionista, Torres recompõe em *O Problema Nacional Brasileiro* o que teria sido o percurso gestatório das sociedades. Pensado em termos semelhantes ao sociologismo durkheimiano, situa a religião

como um dos primeiros sonhos especulativos da alma humana, que possibilitou ao homem a *consciência de si* e a organização do seu universo social e biofísico. A religião, aqui, como nas análises do totemismo em Durkheim, é a primeira expressão da organização sistematizada, da classificação e ordenação do mundo, exprimindo em si não somente o esboço de um sistema pré-lógico, mas, sobretudo, a *solidariedade* intrínseca e necessária à existência da vida social.

A sociedade, assim concebida, adquire importância estrutural para o surgimento da “nação” e da “consciência nacional”, pois a sua própria *organicidade* fundamenta a *consciência coletiva* em torno de um *ideal* do grupo, o qual conserva primordialmente o sentido coletivo de proteção e assistência. Em decorrência, a *ordem* social adquire o caráter de pré-requisito existencial para o indivíduo, e de imperativo para o *progresso* da própria sociedade. Dessa forma, em sua gênese e por intermédio da prática religiosa, a sociedade já se configurava enquanto espaço de *forças morais*, cuja fundamentação estava na própria reprodução da ordem social.

A aparição pode não ser evidente, porém perpassa estas colocações, por um lado, a noção da *Dinâmica Social* comteana, à qual corresponde a seqüência evolutiva do social em processo trifásico: a idade teológica, a metafísica, e a idade da ciência positiva; e, por outro, a concepção organicista que implica a visão sistêmica do social. Tal síntese conduz Torres à mesma associação realizada por Augusto Comte entre a Ordem e o Progresso. Causa e efeito, a *Ordem*, como expressão da “unidade espiritual” da organização social (do consenso baseado em ideais) e da preservação das “tradições” e “interesses comuns” à sociedade, tem por finalidade fundamental o *Progresso* e o livre curso (“desenvolvimento natural”) em direção ao último estágio da evolução: o estágio da ordem positivista.

Fiel à tradição racionalista (quase cartesiana), Alberto Torres concebe um *social superorgânico* e *objetivo* em termos nomológicos. À semelhança de Durkheim, a sociedade vai além dos seus componentes, estabelecendo através de seus *ideais* (e o nacionalismo é um ideal em Torres), uma *consciência* cujo *status* ontológico difere das *consciências individuais*. Em Torres, como em Durkheim, o social é uma realidade *sui generis*, porém não transcendente, uma *ordem moral* capaz de autonomia mediante a superação dos impulsos ou interesses individuais e imediatos de seus membros, por intermédio da aquisição da *consciência* (coletiva) e dos instrumentos promotores dos *ideais coletivos*, destacando-se com relevância o aparelho político-administrativo e órgãos conexos.

Vinculado a estas concepções encontra-se o conceito de *nação* anteriormente indicado. Em Alberto Torres tal conceito só adquire razão de ser na medida em que se possa falar na existência de uma sociedade. Para que haja *nação* é necessário *ordem* e um *ideal coletivo* que transcenda as “ambições” e as “particularidades”, ou seja, a *consciência nacional*. A sociedade organizada e consciente, por sua vez, não só implica a gênese da nação (fundamentada na

solidariedade), mas possibilita também vislumbrar o *Estado* como órgão responsável pelos problemas e soluções dependentes da ação coletiva e, conseqüentemente, pela manutenção da ordem social e da própria nação.

(2)

Para Alberto Torres, o *Estado* é produto do desenvolvimento social. Em termos de evolução, é um fenômeno político que ocorre historicamente com a separação entre o *poder espiritual* e o *poder temporal*, ou seja, é um produto da emancipação política do homem. Assim como a sociedade nasceu fundamentada na *solidariedade* entre seus membros, exprimindo-se através de representações religiosas, o Estado surge no momento em que o homem percebe a sua capacidade em reger e administrar secularmente os interesses e fatos da vida comum.

Em decorrência, o Estado irá representar a corporificação da vida coletiva (interesses coletivos), constituindo-se em órgão (aparelho político-administrativo) da sociedade, articulando-se como *autoridade* da ação coletiva que ampara o indivíduo e a sociedade. Como verificamos anteriormente, a sociedade exigia a edificação de uma ordem baseada na *ideal* coletivo, ordem esta responsável pela solidez da organização social. Com a presença do Estado, a sociedade adquire, de acordo com Torres, um instrumento de direção fundamental: a *Política*. Se o Estado constitui o *órgão de ação*, a *Política* traduz precisamente a *praxis* racional por intermédio da qual os *ideais* se concretizam. A Política revela-se, de acordo com esta perspectiva, mais que um sistema de idéias ou uma prática moral, identificando-se com a "arte" do comando ou governo.

O pragmatismo de Alberto Torres vincula-se notavelmente à ação política. A Política possibilita-lhe o viés através do qual pode indicar a aplicação do seu positivismo. Contudo, a noção de *praxis* que se tem aqui não é a do embate partidário. Na concepção de Torres, a política de uma nação (pode-se dizer sociedade nacional) é necessariamente uma política orgânica. Ordem, ideal, sociedade, senso coletivo, tornam-se elementos de um imbricado conjunto que se projeta em direção à organização política de forma harmônica e equilibrada. Vale dizer que a política que se propugna é aquela do Estado, pouco condescendente com os conflitos e essencialmente consensual.

A postura teórica de Torres em relação ao fenômeno político é de difícil classificação. Poder-se-ia considerá-lo, frente às considerações anteriores, um adepto do autoritarismo ou um contratualista clássico no estilo de Hobbes e Rousseau. Contudo, tais influências não são muito evidentes. Parece-nos mais sólido considerá-lo em termos de influências da Antropologia e do evolucionismo psicológico (Lest Ward, Giddings etc), linhas de pesquisa que trabalharam as idéias de "energia social" e "altruísmo primitivo", mais perceptíveis em Alberto Torres. Tanto em sua concepção de sociedade quanto na definição do Estado, o seu pensamento condiz com a noção de altruísmo primário, no caso, expresso em termos de uma *solidariedade orgânica*. Além do que, a própria influência de Augusto Comte imprimiu-lhe, como em Durkheim, um pensamento de recusa em considerar o indivíduo como unidade base do social, o que impli-

ca a aceitação *a priori* de uma condição básica para que haja sociedade, ou seja, a própria disposição solidária dos homens.

A negação do indivíduo como base da construção social possui, em Torres, um equivalente *ético*: o individualismo. Tal *moral* não só antagoniza-se com o *espírito* da sociabilidade, como também ameaça o ideal de democracia, que, para Alberto Torres, deve corresponder, *strictu sensu*, à máxima: “governo do povo pelo povo”. Entretanto, não só o individualismo é criticado em seus trabalhos. Correntes tais como o liberalismo – enquanto ideologia política e econômica –, o governo representativo das democracias burguesas e o socialismo não são encaradas com bons olhos.

No concernente ao liberalismo, Torres o reprova por eliminar o Estado ao situá-lo como mero espectador dos processos sociais. Quanto às democracias modernas ou burguesas, impugna-se por serem uma reação inócua às dinastias autoritárias, que termina em oligarquias por conservar o individualismo como prática na resolução dos problemas sócio-econômicos. E, por fim, tratando o socialismo, Torres critica-o por considerá-lo *fatalista* quanto aos processos sociais, anulando a ação dos indivíduos e do governo.

Alberto Torres conserva uma visão *asséptica* do Estado. Considerado apenas como um aparelho administrativo, inócio, o Estado é reduzido à *função* jurídica e pedagógica, adquirindo aspecto *intervencionista* à medida que aplica a política e controla a vida nacional. A própria concepção sistêmica e não conflitiva da sociedade conduz Torres a entender o Estado como expressão da *solidariedade* hipostasiada. O Estado, enquanto agente político, é apenas meio através do qual se evidencia o governo, ou seja, a ação política preservadora dos “interesses coletivos”.

Da mesma forma que não consegue perceber o Estado em termos das relações de poder, Torres exorciza qualquer *interesse* na ação governamental. Governar, em sua concepção, é assegurar a sociabilidade, a ordem social, reforçando pedagogicamente os ideais da coletividade e reforçando o *livre arbítrio*. Em decorrência, o governo, em sua perspectiva, deve ser um governo forte e fiscalizador, pois ao fundar a *autoridade*, a sociedade está *socializando* a sua própria vida, o que implica a sua defesa.

O governo, de acordo com Torres, deve estar acima dos interesses e conflitos de grupos particulares, defendendo os interesses coletivos e os indivíduos através das vias legais (consensualmente aceitas). As *leis*, para Alberto Torres, adquirem uma importância social fundamental, pois é por intermédio destes mecanismos que o Estado mantém uma relação igualitária, sem privilégios, com as partes da sociedade. Em seu modo de ver, o Estado, embora sobreposto a todo e qualquer interesse de grupos ou classes, manteria *racionalmente* direitos iguais entre si e os indivíduos, assegurando-lhes a liberdade através do *habeas-corporis*. A sua visão é profundamente legalista, a ponto de ser ingênua.

Por outro lado, suas idéias são articuladas com o intuito de preservar o Estado como espaço legítimo da prática política, obviamente reservado aos in-

divíduos *capazes* para esse exercício. Alberto Torres defende, implicitamente, ao colocar suas idéias, a mesma postura defendida por Platão em sua *República*: o comando político desempenhado por homens *esclarecidos*; no caso de Torres, os políticos cuja formação fosse "cientificista" ou "positivista".

Em suma, embora suas colocações voltem-se tendencialmente para o centralismo autoritário, sua intenção é a de um moralista extremamente idealista. Sua Sociedade e seu Estado conservam um caráter *ético*, cujo fundamento é a justiça e a igualdade *ipsis litteris*(2). Torres idealiza uma democracia perfeita, como idealiza a sociedade, onde o *pleito* seria real expressão do sentimento coletivo e da liberdade individual. Em seu pensamento, o Estado é um órgão contra os privilégios, um Estado "para o indivíduo ou pelo indivíduo, assegurando liberdades essenciais, num regime de direito, sob o comando de leis emanadas do Congresso, sob a mais ampla e mais livre fiscalização do povo" (Sobrinho, 1968:385).

(3)

Considerando todas as características apontadas até o momento, não é difícil perceber que o pensamento de Alberto Torres é incontestavelmente conservador. Sua interpretação do social orgânico, realizada com o mesmo feitiço de um funcionalismo clássico, não permite uma análise mais dinâmica, onde os conflitos possam ser considerados como fenômenos inerentes ao processo sócio-histórico. Para ele, as manifestações sociais que não contribuem para a harmonia e equilíbrio da sociedade são "desorganizadoras" e, portanto, letais à ordem estabelecida. Aqui, mais uma vez, a aproximação com Émile Durkheim é notável: *desorganização* e *anomia* traduzem um mesmo sentido em ambos os autores.

Tendo acentuado em demasia a importância da ação política na vida social, Torres não percebeu a importância de outros condicionantes nos processos sociais, especialmente aqueles de caráter econômico. Ao tratar dos conflitos externos e internos à Sociedade, decorrentes da relação capital/trabalho, por exemplo, o pensador reduz a problemática ao fator *ético*. Reconhecendo e acusando o Imperialismo de forma notável, o autor, justamente por insuficiência em Economia, não consegue desvendar a essência do fenômeno. Resolve a questão atribuindo aos países dependentes a condição de *improvisos sociais*, que aguardam ainda uma formação ordenada, que carecem de uma *estrutura nacional*.

Por outro lado, ao considerar a situação precária de trabalhadores e os conflitos dela decorrentes, Torres situa a questão ao nível individual, ou seja, como resultante da natureza individualista ou egoísta dos *capitalistas*. O problema é visto em moldes semelhantes aos de Durkheim: o problema não é es-

(2) O que não o impede de incorrer em *corporativismos* ao atribuir voto especial a algumas instituições que considerava como "forças orgânicas", tais como a Igreja ou o Apostolado Positivista.

trutural, mas sim desviante, dada a ação disfuncional de indivíduos egoístas.

A economia que Torres consegue perceber não deixa de ser a liberal, com um único detalhe diferenciador: o Estado participa também do processo produtivo. Acumulação e poder político são duas variáveis que se acompanham na obra de Alberto Torres. A nação, além da unidade, exige o aumento de riquezas, e a política deve estar a serviço deste empreendimento, organizando e distribuindo o trabalho. Torres apregoa uma *ética* ou *moral* do trabalho que deve estar acompanhando a formação de um povo. A política nacional deve estar, como meta de organização e conscientização, vinculada à "política de educação para o trabalho", política esta a ser desenvolvida pelo Estado. A autonomia das sociedades pobres, por conseguinte, depende não só da auto-descoberta enquanto *ordem social* (consciência coletiva), mas também da acumulação através do trabalho, e da competência em romper com os obstáculos sócio-históricos.

Torna-se bastante evidente que Torres vincula toda ação coletiva à prática política, incluindo a dimensão econômica. A organicidade da sociedade é preservada em todos os sentidos, desde que haja um governo vigilante acompanhando todos os movimentos sociais. Os agentes sociais, por conseguinte, limitam-se em suas articulações de acordo com a *síntese coletiva*, em que os "ideais" da ordem são os imperantes em última instância. Idéias ou práticas divergentes – literárias, teóricas, ou político-ideológicas – constituem "desconcertantes balbúrdias", as quais devem ser evitadas. Conflitos de classes, lutas partidárias, relações de poder são algumas categorias que não se encontram em Alberto Torres; sua visão é a de um *reformista* que acredita no progresso institucional (e, portanto, social) paulatino, sem "subversão" e sem "sacrifícios".

(4)

É evidente que podemos criticar Alberto Torres por diversos ângulos. Classificá-lo no rol dos simplificadores positivistas; apontar a pobreza histórica de sua perspectiva analítica; indicá-lo parcial por não considerar a economia política quando, já em sua época, eram acessíveis os trabalhos dos economistas socialistas; ou simplesmente reduzi-lo à condição de um autoritário convicto. Contudo, fazê-lo – e ficar por aí – seria perder de vista a importância histórica desse pensador para o pensamento social brasileiro, e sobretudo olvidar um objeto de estudos muito especial para o entendimento do comportamento político brasileiro, pois Torres revela-nos uma postura teórico-ideológica que se faz concreta através dos discursos cotidianos de nossos políticos. Estudá-lo é, certamente, uma forma frutífera de desvendarmos alguns aspectos da cultura política brasileira e de outras sociedades latino-americanas, onde a conciliação, os pactos sociais e as reformas sem atritos constituem atributos resguardados em espaço de honra. Esperamos, portanto, ter demonstrado com nossas breves colocações, além do perfil teórico, a atualidade e a importância de Alberto Torres.

BIBLIOGRAFIA

- CERQUEIRA FILHO, G., (1982). *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FERNANDES, F., (1975). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.
- , (1977). *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- GARCIA, A., (1972). *Atraso y dependencia en America Latina*. Buenos Aires: El Ateneo.
- IANNI, O., (1976). *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LIMA SOBRINHO, (1968). *Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RAMOS, G., (1957). *Introdução crítica à Sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes.
- SALAMA, P. e MATHIAS, G., (1983). "Das teorias do Estado e da Nação à definição de uma problemática: "o debate latino-americano como ilustração". In: *O Estado super desenvolvido*. São Paulo: Brasiliense.
- TORRES, A., (1982). *O problema nacional brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- , (1982). *A Organização nacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

ABSTRACT

STATE, SOCIETY AND SOCIAL CONFLICT IN THE WORKS OF ALBERTO TORRES

This article is a bibliographical study of the main writings of Alberto Torres. The emphasis is on the theoretical concepts of State, society and social conflict. The objective is to localize and define that author's theoretical parameters as well as the ideological bases of his thought, still very present in contemporary Brazilian political debate.

RESUME

L'ETAT, LA SOCIÉTÉ ET LE CONFLIT SOCIAL DANS L'OEUVRE DE ALBERTO TORRES

Cet article constitue un essai bibliographique sur l'oeuvre de Alberto Torres. Il s'agit de souligner les bases théoriques de l'auteur en ce qui concerne sa conception de l'Etat, de la société et du conflit social. L'appréhension de ces aspects est faite dans le but de localiser et définir son cadre théorique, aussi bien que les fondements idéologiques de sa pensée, toujours présente dans le débat politique brésilien contemporain.

A SOCIOLOGIA NO BRASIL: ALGUNS PONTOS PARA REFLEXÃO

Vilma de M. Figueiredo*

RESUMO

O artigo retrata a história da Sociologia brasileira, visando a uma análise da situação atual da disciplina. Apontando suas forças e fragilidades, sugere que os principais problemas não são internos à Sociologia e, sim, respondem a fatores externos de ordem econômica, social e política. Por outro lado, o desenvolvimento da disciplina nos últimos vinte anos, apesar desses fatores externos, indica, sob diversos aspectos, suas forças e potencialidades.

As Ciências Sociais na América Latina têm respondido, com êxito variado, aos problemas teóricos e metodológicos que surgem na apreensão de novas realidades, problemáticas e objetos de estudo. Analisar os caminhos e implicações desse conhecimento é tarefa complexa não só porque são intrincadas e nem sempre evidentes as relações entre ciência e sociedade, mas também porque, apesar de desafios comuns que enfrentam e soluções próximas que adotam, as Ciências Sociais na América Latina guardam especificidades sub-regionais ou do Estado/nação onde se desenvolvem.

Além disso, sob o rótulo Ciências Sociais costuma-se englobar um conjunto heterogêneo de disciplinas com histórias de constituição variadas, processos distintos de institucionalização, particularidades teórico-metodológicas e graus variados de maturidade, que devem ser identificados e respeitados. Por essas razões, restrinjo meus comentários à Sociologia e ao Brasil, estando convencida de que esta é a melhor maneira de contribuir para uma reflexão sobre as Ciências Sociais na América Latina.

A Sociologia, no Brasil, ao não conseguir assumir a engenharia social como meta e, tampouco, definir-se pela contestação do *status-quo*, adquire um viés discursivo que a marca em diferentes momentos⁽¹⁾. Evidentemente, não é

* MA, PhD em Sociologia, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

(1) Em palestra proferida no painel "Caminhos e Descaminhos da Sociologia no Brasil", promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia em julho de 1986, José Augusto Guilhon de Albuquerque identifica o viés discursivo da Sociologia no Brasil, em oposição ao caráter contestatório da Sociologia Francesa e à *social engineering* que predomina na Sociologia Americana.

objetivo deste ensaio explicar as razões desse viés. Cabe, no entanto, sublinhá-lo, já que se pretende situar a Sociologia frente a problemas e objetos de estudo relevantes para o momento atual. Muitos temas e problemas são abordados pela Sociologia nacional sem que resultem de alguma tradição ou desenvolvimento específico da disciplina e, assim como foram adotados, são abandonados antes de esgotar-se seu estudo ou seu potencial⁽²⁾. Outros permanecem objeto de preocupação por longos períodos sem que, necessariamente, signifiquem avanços teóricos importantes e, muito menos, subsídios a alguma ação política em qualquer nível⁽³⁾.

O “modismo” que marca a Sociologia autóctone, bem como sua “função expletiva” para a sociedade e o Estado – traços que configuram o viés discursivo acima mencionado –, não chegam a comprometer, generalizadamente, a excelência científica da produção sociológica brasileira: muitos pesquisadores e alguns centros de pesquisa são internacionalmente conhecidos pela sofisticação de suas produções, rigor na coleta de dados e complexidade do tratamento, quer estatístico ou qualitativo dos mesmos.

Tudo parece sugerir que os principais problemas que a afetam estejam fora do campo científico-institucional da Sociologia propriamente dita, e digam respeito à própria estruturação econômica, social e política do país que condiciona a demanda que a sociedade e o Estado fazem às ciências, o estímulo que dão ao desenvolvimento das mesmas e a absorção que fazem de seus resultados.

A desvinculação entre a ciência e os setores produtivos nacionais, tem sido apontada como um dos fatores cruciais a responder pelas dificuldades do avanço científico, por um lado, e pela eternização da situação de dependência, por outro. Essa questão afeta, primordialmente, a pesquisa aplicada e a tecnológica, mas tem significativa e central importância para a investigação básica que, como é sabido, estimula grandemente pelo avanço da pesquisa aplicada.

Enquanto a demanda por ciência e tecnologia não é satisfeita pelo que se produz localmente, mas pelo que se compra fora, não se justificam maiores investimentos na produção autóctone de ciência e de tecnologia. Esse quadro geral afeta todas as disciplinas científicas, embora seus efeitos sejam mais evidentes para as chamadas ciências exatas e biológicas.

De implicações mais óbvias para as ciências humanas e sociais, afetando, também, as demais disciplinas, é a oscilação entre regimes autoritários e populistas que marca a história política do país. Um e outro regime substituem a legitimidade dada pela competência, pela eficácia da força ou da lábia. Num e

(2) Por exemplo, os estudos de comunidades e de participação social nos anos 70.

(3) Os estudos sobre a diferenciação da pequena produção rural e sobre movimentos sociais rurais e urbanos, de meados de 1970 a meados de 1980, por exemplo.

noutro caso o conhecimento científico não é considerado base necessária e prioridade para as decisões do governo, determinadas por outros fatores sócio-culturais que caracterizam a política de clientela e o estado patrimonial já tão analisados.

A contrapartida dessa situação é o não controle da coisa pública pela sociedade, cujo comportamento ora complacente, ora ranzinza, jamais chega a um questionamento eficaz e/ou radical das políticas governamentais, pautando-se mais em avaliações carregadas de emoção do que em diagnósticos fidedignos. Desse modo, também a sociedade prescinde de base científica para orientar sua ação frente ao Estado, preferindo exorcizar necessidades e demandas por meio de parafernália retórica e gestual. Esse o quadro dentro do qual cabem as efetivas e honrosas exceções.

Caso isso seja verdade, o desenvolvimento pleno das ciências no Brasil, e da Sociologia em particular, vai depender da superação desses entraves à ciência que são externos à ciência propriamente dita. Por outro lado, apesar das dificuldades que enfrenta a Sociologia no Brasil, e do viés discursivo a elas correlato, é inegável o fortalecimento da disciplina, quer teórica e metodologicamente, quer do ponto de vista institucional. Tal fortalecimento não ocorre de modo linear e nem significa, necessariamente, superação das principais dificuldades.

É possível identificar alguns momentos, não forçosamente subseqüentes, da Sociologia brasileira já a partir das primeiras décadas deste século. Um deles é o dos grandes ensafistas produzindo a ciência social ou a sociologia "de autor", preocupados com a identidade nacional em seus diferentes aspectos e abordando-a do ponto de vista histórico, econômico, cultural, social ou político. Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Viana, Nestor Duarte e Gilberto Freire marcaram profundamente a Sociologia, apesar de não serem necessariamente lidos nos cursos de graduação em Ciências Sociais da atualidade. Fortemente influenciados por autores europeus ou norte-americanos, os brasileiros da "ciência social de autor" tiveram o grande mérito de reinterpretá-los à luz de questões próprias da realidade brasileira e, na busca da identidade nacional (cada um a seu modo), construíram arcabouços teórico-metodológicos que, ainda hoje, podem estimular pesquisas relevantes.

Com os anos 30, a criação da Universidade de São Paulo – USP (1934), e da Escola de Sociologia e Política em São Paulo, com suas propostas de curso de doutorado e mestrado, pode-se identificar um outro momento da produção sociológica. Em torno dos professores foram-se constituindo equipes formadas por estudantes que seguiam a orientação do mestre. Merece destaque o papel desempenhado por Florestan Fernandes, na Universidade de São Paulo, e pelos professores americanos, especialmente Donald Pierson, na Escola de Sociologia e Política. Desenvolvem-se, nessa época, grandes temas de pesquisa visando à macroteorização e aos procedimentos metodológicos a ela adequa-

dos. Investigam-se etnias, raças e outros elementos constitutivos da sociedade brasileira; questionam-se o desenvolvimento e as possibilidades de autonomia nacional. O ponto culminante dessa tendência são as chamadas análises da dependência que dominam nos anos 60.

Encontrando raízes nos trabalhos de campo desse período, orientados, principalmente, pela Escola de Sociologia e Política, mas também devido a outros estímulos, desenvolve-se em meados dos anos 60 e expande-se nos 70 um outro estilo de fazer sociologia. É o momento dos vãos mais rasantes, da pulverização de temas de pesquisa, da cientificidade estabelecida prioritariamente pela qualificação e/ou pelo detalhamento exaustivo de um caso específico.

Esse é o momento em que o Parecer 977 do Conselho de Ensino Superior do Ministério da Educação, de 03.12.1965, e a reforma universitária de 1968 induzem a criação de cursos de pós-graduação como meio de estimular a pesquisa científica e vinculá-la ao ensino⁽⁴⁾. É o momento da enorme expansão quantitativa da pós-graduação nas instituições de ensino superior e de sua estreita vinculação com a pesquisa. Fora da pós-graduação, a pesquisa é feita em institutos independentes, dos quais o Cebrap é pioneiro.

O governo organiza-se para financiar essas atividades, que são também apoiadas regularmente por agências internacionais ou estrangeiras (dentre as quais merece destaque, para as Ciências Sociais, a Fundação Ford) e, esporadicamente, por algumas raras empresas privadas nacionais (especialmente no início do Cebrap). Cabe lembrar, ainda, que a expansão da pós-graduação e da pesquisa nesse período deve-se, também, ao fechamento de outras possibilidades ocupacionais e políticas para os cientistas sociais, em função do regime autoritário-militar instalado em 1964 (Maciel, 1985).

Observando-se o início dos programas de pós-graduação, com exceção da Universidade de São Paulo, que se adapta à nova legislação em 1971, nota-se que os mestrados em Sociologia começam a surgir em 1965 e os dois mais recentes datam de 1981, do total dos 14 atualmente existentes. Os mestrados que se auto-denominam de ciências sociais – programas multidisciplinares ou que pretendem a interdisciplinaridade (nove) – são mais recentes, o mesmo acontecendo com os cursos de doutorado. Dos três doutorados de Sociologia, um é o da Universidade de São Paulo e os outros dois foram criados nos anos 80 (IUPERJ, 1980; UnB, 1984); os doutorados em Ciências Sociais são dois, criados em 1981 (PUC/SP) e 1985 (Unicamp).

Mais recentemente, no começo dos anos 80, começa a delinear-se um outro momento de ênfase na construção teórica, com a retomada crítica dos clássicos e de “escolas” modernas e contemporâneas, incluindo-se, aí, a produção latino-americana e, especificamente, as análises da dependência. Alguns

(4) No Relatório da Comissão de Pós-Graduação da Anpocs, de 1985, a presidente da Comissão, Eunice Durham, identifica pontos cruciais e analisa a política de pós-graduação e as Ciências Sociais.

temas passam a ser priorizados, como as relações sociedade/Estado, nas análises de políticas públicas, de natureza e processos de construção da cidadania, de classes sociais e poder, de produção e absorção de tecnologias, de processo de trabalho e reivindicações sociais e mesmo nas análises de movimentos sociais.

Os estudos das condições do desenvolvimento científico do país, incluindo as ciências sociais, são feitos, também, visando à articulação entre a história da ciência, a sociedade e o Estado, dando origem à caracterização de escolas, de grupos ou de autores⁽⁵⁾. Cabe lembrar, aqui, a contribuição metodológica das técnicas qualitativas, especialmente as histórias da vida, para o desenvolvimento teórico da Sociologia no que diz respeito à reconstituição de períodos, esforço que se tem expandido nos últimos tempos, sem prejuízo das técnicas quantitativas.

É de fundamental importância, para o fortalecimento das Ciências Sociais no Brasil, o papel desempenhado pelas sociedades científicas, que vêm-se expandindo, e sua influência na formulação e implementação de políticas para o setor; na promoção de intercâmbio entre pesquisadores/docentes nos seus encontros nacionais visando, inclusive, ao contato interdisciplinar; no estímulo ao intercâmbio internacional; no incentivo à produção de alta qualidade, através de premiações, e à pesquisa por meio de financiamento das mesmas através de bolsas; nas iniciativas diretas e indiretas de ampliação das possibilidades de publicação da produção científica.

São quatro as sociedades científicas que organizam as Ciências Sociais *strictu-sensu*: a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, criada em 1977, que congrega a totalidade dos cursos de Pós-Graduação em Sociologia, Antropologia e Ciência Política e os centros de pesquisa de maior expressão no país. A Associação Brasileira de Antropologia – ABA, criada em 1956, promove congressos bienais. A Sociedade Brasileira de Sociologia, fundada em 1954, não promoveu atividades entre 1962 e 1965, quando foi reativada por iniciativa de sociólogos, com apoio da Anpocs. A Associação Nacional de Ciência Política foi criada em 1986, após discussão e decisões amadurecidas, também, no seio da Anpocs. Não se deve esquecer,

(5) Considerando-se Antropologia, Ciência Política e Sociologia, os temas desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho da Anpocs (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais) já fornecem uma primeira ilustração desses comentários. São os seguintes os temas dos 23 GTs que se reuniram em outubro de 1986: Classe Operária e Sindicalismo; Direito e Sociedade; Educação e Sociedade; Elites Políticas; Estado e Agricultura; Estado e Democracia; Estudos Urbanos, Representações e Políticas Públicas; Família e Sociedade; Forças Armadas, Estado e Sociedade; História Indígena e do Indigenismo; Lutas Urbanas, Estado e Cidadania; Métodos em Ciências Sociais; Mulher e Política; Partidos, Eleições e Problemas Institucionais; Partidos e Movimentos de Esquerda; Pensamento Social no Brasil; Política e Economia; Políticas Públicas Internacionais e Política Externa; Religião e Sociedade; Sociologia da Cultura Brasileira; Temas e Problemas da População Negra no Brasil.

entretanto, o papel da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, na promoção da Ciência no Brasil que, nos últimos anos, tem crescentemente abrigado as Ciências Sociais.

A preocupação com o avanço e consistência teórico-metodológico das Ciências Sociais e, especialmente, da Sociologia, reflete-se no temário do III Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, de julho de 1987, onde a questão da especificidade disciplinar e da interdisciplinaridade está contemplada, bem como a posição da sociologia feita no Brasil no panorama internacional, as contribuições da análise qualitativa e da análise quantitativa para o avanço teórico. O esforço de superação do viés discursivo da disciplina, no que compete à Sociologia e aos cientistas que a desenvolvem, apresenta-se na identificação dos temas emergentes na Sociologia e na análise da atual conjuntura de transição para a democracia.

A situação atual das Ciências Sociais e, especialmente, da Sociologia, sugere que a disciplina vem sendo satisfatoriamente desenvolvida no Brasil. O avanço em termos de qualidade/titulação dos docentes/pesquisadores é nítido, apesar de o processo não estar concluído, o que se evidencia em cursos com participação de docentes não doutores, significando que a política de treinamento não deve ser interrompida, mas fortalecida, especialmente por meio de estímulo aos doutorados no país.

Por outro lado, muitos programas contam com uma visível maioria de pós-graduados, o que sugere a importância do estímulo ao pós-doutorado no exterior ou no país, facilitando o intercâmbio entre programas, contornando os problemas institucionais que o têm dificultado. A ausência de um intercâmbio ativo entre programas é sentida como um entrave ao fortalecimento das disciplinas de Ciências Sociais e também ao avanço de propostas interdisciplinares. O papel das sociedades científicas neste campo tem sido relevante, mas o problema ainda está longe de ser resolvido.

O tempo médio de titulação no mestrado e no doutorado é extenso, o que se pode compreender pela natureza da pesquisa sociológica, por um lado, e pela perda substancial do valor das bolsas (impedindo a dedicação exclusiva ao programa) por outro, mas não se pode justificar num país onde as carências em educação são enormes e os retornos dos investimentos, na formação de alto nível, devem se fazer a curto ou médio prazos.

Apesar dos inúmeros esforços de grupos de sociólogos, antropólogos e cientistas políticos não se firmou, ainda, uma política de publicações para as Ciências Sociais. A implicação desse fato é que a divulgação das teses de mestrado e doutorado, particularmente as produzidas fora do eixo Rio-São Paulo, é extremamente precária.

Finalmente, cabe ressaltar o persistente isolamento das Ciências Sociais no Brasil em relação aos demais países da América Latina. Muitos programas incluem nos seus currículos disciplinas sobre América Latina e, nas bibliogra-

fias, autores latino-americanos. Algumas iniciativas tópicas têm sido empreendidas, visando uma cooperação mais próxima entre docentes/pesquisadores latino-americanos, mas ainda não se firmou um intercâmbio regular e institucionalizado entre eles, de modo a garantir a investigação das especificidades da região. Merecem destaque as iniciativas da Universidade de Brasília e da Federação Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso, de implementarem, na Universidade de Brasília, um doutorado interdisciplinar sobre América Latina e Caribe que, recebendo o apoio esperado, deverá sistematizar o intercâmbio entre cientistas sociais latino-americanos e explorar o veio interdisciplinar no tratamento de temas específicos.

O esforço de sociólogos e demais cientistas sociais, individualmente ou por intermédio de sociedades científicas, visando um maior comprometimento com as demandas da sociedade e também a uma maior participação na formulação e implementação de políticas governamentais deverá, a médio prazo, contribuir para a correção do viés discursivo que caracteriza a prática da disciplina no Brasil. Por outro lado, a superação efetiva do problema depende de ajustes estruturais que escapam à ação exclusiva de cientistas sociais.

BIBLIOGRAFIA

- CNPq, (1982), *Avaliações e perspectivas*. Brasília.
- DURHAM, Eunice et alii, (1985). *Relatório da Comissão de Pós-Graduação*. Anpocs (mimeo).
- FIGUEIREDO, Marcus, (1986). *A Finep e as Ciências Sociais: 1974 – 1984*. Anpocs (mimeo).
- MACIEL, Maria Lúcia, (1985). *La recherche en Sciences Sociales et son contexte politique*. Université de Paris VII: tese de doutorado.
- MOURA CASTRO, Cláudio, (1985). *Há produção científica no Brasil*. Brasília: IPEA. CNRH, Documento de Trabalho nº 18.
- ROCHA, Lúcia M. da Franca et alii, (1985). *A relação pesquisa-ensino nas instituições de ensino superior*. Programa de Avaliação da Reforma Universitária. MEC/Capes.

ABSTRACT

SOCIOLOGY IN BRAZIL: SOME POINTS FOR REFLEXION

The article retraces the history of Brazilian Sociology and proposes a line of analysis of its present situation. Indicating its strengths and weaknesses, the author suggests that the main problems of sociology in Brazil are not internal to the discipline, but rather represent responses to external factors of economic, social and political order. On the other hand, the development of this discipline in Brazil in the last two decades despite those external factors points to its present strengths and its potential.

RESUME

LA SOCIOLOGIE AU BRÉSIL: QUELQUES POINTS DE RÉFLEXION

Cet article retrace l'histoire de la sociologie au Brésil et propose un cadre d'analyse de sa situation actuelle. Indiquant ses forces et ses fragilités, l'auteur suggère que les problèmes principaux ne sont pas internes à la sociologie même, mais représentant des réponses aux facteurs externes d'ordre économique, social et politique. Par contre, le développement de la discipline au cours des vingt dernières années malgré ces facteurs externes indique, sous plusieurs aspects, ses forces actuelles et son potentiel.

FUNÇÃO DISCURSIVA DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

*José Augusto Guilhon de Albuquerque**

RESUMO

Este artigo propõe uma nova perspectiva de análise dos estilos da sociologia brasileira. Lançando a idéia de funções latentes dessa disciplina – engenharia, integração e denúncia – que se manifestam em maior ou menor grau em diferentes países, segundo o momento social, o autor considera que, no Brasil, sua função é meramente discursiva. Nesse sentido, não tem efeito concreto sobre os problemas, mas o objetivo de apenas “falar sobre”.

O ser humano não se põe a pensar gratuitamente. Nem inutilmente, ou seja, o pensamento humano tem sempre um preço e uma utilidade. Se isto for verdade, devemos começar pelo começo, isto é, temos de descobrir um valor de troca e um valor de uso para este pensamento com o qual estou introduzindo esta exposição sobre os avatares do pensamento sociológico no Brasil: qual o preço e a utilidade de pensar que todo pensamento humano tem preço e utilidade?

A resposta parece-me simples: sua utilidade é dizer que existe um caminho, sem necessariamente apontá-lo. Se eu penso que todo pensamento tem utilidade, eu me autorizo a procurar essa utilidade. Com isso, se é certo que ainda não encontrei qualquer ordem no caos com que a aparente gratuidade do pensamento se apresenta, pelo menos sei que é legítimo pensar que ela existe. A utilidade desse pensamento é dizer que existe alguma ordem no pensamento e, mais, apontar essa ordem na ordem do efeito, da função.

Um pensamento desses, de certa forma, não tem preço. Mas tem valor; ele vale pelo reconhecimento que proporciona, isto é, ele permite reconhecer como ordem, pelo menos como expectativa de ordem, qualquer pensamento. Seu valor é, portanto, o de suprimir a angústia diante da desordem que representaria, para o pensamento humano, a idéia de que ele é totalmente destituído de ordem. Suprimida a angústia, pode liberar-se a energia que ela retinha, e colocá-la a serviço do desejo de encontrar uma ordem no pensamento.

Em suma, não é inútil nem gratuito o pensamento de que o pensamento não é inútil nem gratuito. E é verdade que há muito nos habituamos a buscar – e, evidentemente, a encontrar, pois quem procura, acha – a buscar uma or-

* Doutor em Sociologia, professor da Universidade de São Paulo.

dem em todo pensamento humano. Não se trata, aqui, de percorrer toda a história da história do pensamento, mas é fácil compreender que essa ordem sempre buscada – embora freqüentemente negada por quem efetua essa mesma busca – é fácil, repito, compreender que essa ordem pode ser colocada em três planos: acima, abaixo, ou no próprio pensamento. Em outras palavras, os historiadores e teóricos do pensamento procuram a ordem que o organiza, seja numa ordem extra-pensamento, meta-ordem que, de uma ou de outra maneira, equivale à ordem divina; seja numa ordem aquém-pensamento que, de alguma forma, equivale a uma naturalização; o que eu proponho é buscar a utilidade propriamente dita do pensamento, isto é, entender sua ordem a partir do seu efeito, procurar a ordem do pensamento na ordem do próprio pensamento.

Para não ficarmos num plano demasiado abstrato, podemos considerar exemplos esclarecedores sobre essas posturas diferentes a respeito do que ordena a utilidade do pensamento. O plano superior, a meta-ordem que ordenaria de fora o pensamento seria, por exemplo, a ordem das idéias, e uma postura desse tipo equivaleria a julgar a história do pensamento como uma seqüência que obedece a uma seqüência dada de ideais, cujo paradigma seria, talvez, a idéia de progresso.

O plano oposto, inferior, corresponderia a concepções que esperam encontrar a ordem do pensamento a partir de uma suposta ordem das necessidades – especificamente necessidades materiais –, cujo paradigma poderia ser a categoria dos interesses.

Vamos resumir o que já ficou assente até agora: É uma idéia bem reconhecida e bem recebida que o pensamento não é gratuito nem inútil. Essa mesma idéia tem sua utilidade, que é a de reconhecer, no pensamento, a possibilidade de uma ordem. Esta é também uma idéia reconhecida e quase universalmente recebida, e tem-se expressado pelo menos em três formas: no pressuposto de que a ordem do pensamento está nas idéias, ou está na ordem material das coisas ou, como proponho aqui, no próprio pensamento.

Essas idéias têm sido aplicadas com persistência às ciências sociais, por exemplo, à literatura de ficção, particularmente ao romance e ao conto popular e, por outro lado, à história das idéias políticas. Em ambos os setores existem tentativas mais ou menos felizes. É o caso de se explicar uma corrente ou período literário a partir de ideais ou, ao contrário, a partir de circunstâncias históricas ou geográficas. É o caso, também, de encarar a seqüência que vai do jusnaturalismo ao contrato social, e deste ao liberalismo, como progresso da razão ou, ao contrário, como decorrência da ascensão de setores de uma classe.

No que se refere à Sociologia, as aplicações têm sido menos freqüentes, ou alvez menos felizes, em que pesem as diversas sociologias da sociologia, como a que estamos empreendendo aqui. Talvez a sociologia sinta-se embaraçada em aplicar a si mesma, com a mesma desenvoltura com que as aplica à teoria do romance ou às ideologias, suas próprias categorias.

O que me proponho a fazer agora é, primeiro, esboçar uma periodização sem pretensões, e analisá-la à luz do critério de utilidade, tal qual venho delimitando até aqui.

Uma divisão em quatro períodos pode prestar-se perfeitamente aos nossos propósitos. Cada um deles se caracteriza por um princípio distinto de legitimidade, no qual se baseia a escolha dos temas e a forma de abordagem dos estudos sociológicos.

O primeiro encontra sua legitimidade na Antropologia, e foi marcado por reconstituições históricas da cultura colonial e escravista, e por estudos de relações raciais. Duas obras podem ser consideradas marcos desse período: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, e *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, editado em 1964, data que sugere nova periodização.

O segundo período pode ser caracterizado pela forte presença da Economia, que fornece temas e enfoques à literatura sociológica que predomina entre meados dos anos 50 e meados dos anos 70. Temas como a formação econômica e a periodização das etapas dessa formação, o modelo econômico e o caráter das relações de dependência servem de pano de fundo para, e frequentemente, de substituto de estudos sociológicos propriamente ditos. Duas obras servem de marco também para esse período: *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicado em 1959. A outra, não precisamente uma obra, mas um debate, sela o esgotamento do modelo, para usar uma expressão cara àquele período: o comentário de Francisco Weffort sobre a "Teoria da Dependência" e a resposta de Fernando Henrique Cardoso, ambos em um seminário da FLACSO, em Santiago do Chile, em 1970, publicados no primeiro número da Revista *Estudos*, do Cebrap, em 1971.

Como se vê, o primeiro marco do período, a obra de Celso Furtado, é anterior à que, em princípio, marca o final do período que o precede. E o Cebrap, por sua vez, continuou por quase uma década o tipo de pesquisa sociológica que sua primeira publicação de peso acadêmico parecia querer sepultar.

O terceiro período cobre praticamente os anos 70, e é marcado pelo fascínio da História. Com efeito, se ficou claro que não se pode deduzir os movimentos da sociedade a partir da caracterização abstrata da estrutura econômica, então a reconstituição histórica passa a ser o critério de realidade para as análises sociológicas. Assim como se encantara com a abstração formal dos modelos de desenvolvimento econômico, a Sociologia apaixonou-se pelo conceito do historiador, e os ensaios e teses de sociologia multiplicam as histórias sociais e políticas, os estudos de conjuntura, e por aí vai. Apesar de tratar-se da época marcada pelo *boom* das Ciências Sociais no campo editorial, quando se publicaram até coletâneas de trabalhos de pós-graduação, foi também, salvo ulterior avaliação, o período de uma plethora de produção anônima.

O último período que estou considerando aqui seria uma recada na Antropologia, agora na sua versão social e urbana. Creio que, para isso, muito contribuiu o processo de consolidação da oposição política ao regime autoritá-

rio, marcado pelas eleições de 1974 e 1978, e sobretudo a explosão dos movimentos sociais que sucedeu a essa última data.

Como é fácil entender, nem as “análises de conjuntura”, nem a história social e política do populismo, então na moda, nem, por outras razões, a sociologia eleitoral – extremamente limitada devido à absoluta ausência de uma sociografia confiável – permitiam compreender o comportamento eleitoral e as orientações políticas do povo brasileiro. A Sociologia voltou-se, então, para um objeto até ali estranho para ela, as pessoas. Pessoas concretas, com suas condutas concretas em situações quotidianas, passaram a substituir as séries históricas de dados numéricos e os documentos que antes comoviam o sociólogo padrão.

Muitas vezes essa conversão se dá no interior de uma mesma disciplina. Por exemplo, na sociologia da saúde e da medicina, os estudos sobre mercado ou sobre a força de trabalho foram sendo substituídos por estudos de documentos, a partir dos quais se consideravam as políticas de saúde ou se analisava o discurso, e finalmente passou-se a entrevistar os usuários.

Fizeram grande sucesso as estratégias de sobrevivência e as observações de e por participação. Sim, porque tudo bem considerado, levando-se em conta apenas a distribuição da renda e as políticas públicas, era patente que esse povo não sobreviveria. E levando-se em conta as análises de conjuntura, era óbvio que esse povo não poderia participar. Para dar a palavra ao povo, dar voz aos que não a têm, tornou-se indispensável a entrevista em profundidade e a história de vida. Como se a extensão da entrevista compensasse a superficialidade das análises! Como se o objeto vivo das histórias substituisse o tédio mortal das interpretações tautológicas!

Aqui, de novo, não há marcos emergindo do anonimato, mas há um paradigma: a longuíssima tese que resultava de uma colagem, por um lado, entre uma introdução teórica absolutamente abstrata; e, por outro, uma coleção de transcrições literais, para preservar a presença concreta do povo – que, como se sabe, não é dado a abstrações – e, finalmente, uma conclusão igualmente teórica que nada tem a ver com as duas partes anteriores que, por sua vez, nada têm a ver entre si.

Tenho consciência de que este último período já não é contemporâneo; de que o movimento das “Diretas-já” e a morte de Tancredo Neves mostraram que as condutas coletivas têm uma realidade que não se apreende diretamente nas atitudes e opiniões individuais, de que as eleições de 1985 e de 1986 estão indicando a necessidade de um novo esforço de análise da sociologia política, cujo tipo de abordagem ainda não parece claramente delineado. Esta é, sem dúvida, uma das limitações mais sérias deste comentário.

Outra limitação é a ausência de hipóteses pertinentes a esse caráter heterônimo da Sociologia brasileira, sempre voltada para paradigmas de outras disciplinas, como se o social fosse sempre procurar fora dele mesmo o seu próprio princípio de inteligibilidade.

Essas limitações não nos impedem, entretanto, talvez nos exortem, ao contrário, a entender a utilidade do pensamento sociológico em cada caso. E qual seria a utilidade da Sociologia? Ela tem oscilado, nos países onde se concentra o grosso de sua produção e sua tradição mais bem assente, entre três funções latentes – para usar o vocabulário mertoniano: o *social engineering*, a integração social e a denúncia.

Adequar-se-ia muito bem ao meu senso do equilíbrio combinar, duas a duas, essas três orientações, para definir os tipos nacionais de Sociologia. Assim: a americana, combinando *social engineering* e integração social; a francesa, combinando integração e denúncia social e, a inglesa, denúncia e *social engineering*. Mas devo reconhecer que essas combinações não são permanentes, e que os Estados Unidos, por exemplo, viram nascer, nos anos 60, uma sociologia de radicalismo e denúncia para desmentir minha tipologia.

Em todas essas funções, entretanto, e isso contrasta com o caso do Brasil, o pensamento sociológico tem a utilidade de pensar problemas concretos que lhes são postos pela sociedade, e isso de forma igualmente concreta. A sociedade americana produz uma sociologia de integração e de *social engineering* justamente quando se depara com mudanças rápidas, combinadas com um processo de aculturação em larga escala, que exigiram integração a partir de instituições insuficientemente arraigadas na tradição, para absorver, sem traumas, as mudanças.

O problema francês de integração é diferente, porque as instituições – não as políticas, mas as sociais – tiveram muito tempo para absorver as mudanças. Mas as divisões da sociedade são, por outro lado, bem marcadas, e os choques sociais sempre mais radicais. Daí a integração social combinar-se, na França, com uma função nítida de denúncia.

No caso inglês, as divisões entre as classes são marcadas como na França, mas as classes dirigentes são suficientemente integradas na tradição para não temerem a inovação. Daí que a função de denúncia combina-se com uma função de *social engineering*, que a sociologia francesa sempre desprezou.

A Sociologia no Brasil parece ter utilidade bem diversa. Quando aborda modelos, por exemplo, não é para propor formas de sociabilidade ou para implementar projetos de organização, como seria um *social engineering*. Quando trata de integração, é sob a forma do mito ou da interpretação global da alma nacional. Quando denuncia, muitas vezes emprega modelos abstratos e nascidos em outras plagas, em vez de analisar os mecanismos concretamente atuantes na situação criticada.

Em suma, em vez de *resolver* problemas de integração, de inovação e de conflito, como no caso da tradição sociológica européia e americana, o pensamento sociológico brasileiro parece encontrar sua utilidade em *pensar* esses problemas e *falar* deles. Pensar e falar dos problemas da sociedade brasileira constitui o que eu chamaria de função discursiva ou efeitos discursivos do pensamento sociológico brasileiro.

Assim, quando está pensando a problemática típica da integração social, a Sociologia brasileira está, na verdade, *falando* dos problemas de relações raciais e de integração da população rural, mais do que analisando mecanismos que se prestariam à solução de problemas concretos. Gilberto Freire propõe menos um modelo ou projeto de relações raciais e culturais, e mais uma imagem, uma auto-representação integrativa da sociedade brasileira.

Quando estuda os movimentos sociais de participação, a Sociologia dos anos 80 pretende, muito mais, consolidar uma imagem das classes populares e de sua ação, do que desvendar os mecanismos sociais e políticos através dos quais esses movimentos se expressam, desenvolvem-se ou se extinguem.

E assim vai, mas seria fastidioso enumerar cada caso e demonstrar o que pretendo que fique apenas como sugestão para o debate. Evidentemente, não estou, com isso, pretendendo desqualificar a Sociologia brasileira como disciplina científica. A análise que sugiro aqui não tem por objeto a produção sociológica do ponto de vista de seus métodos e de seus resultados, mas, sim, de seus temas socialmente legitimados, e do uso que dela se faz enquanto discurso. Tal uso independe da cientificidade da produção sociológica. Mas é esse uso, e não o caráter mais ou menos científico da produção, que tem efeitos concretos na realidade social. E é essa realidade social que deve, em primeiro lugar, ocupar o pensamento (útil) do sociólogo.

ABSTRACT

DISCOURSIIVE FUNCTION OF BRAZILIAN SOCIOLOGY

This article proposes a new perspective of analysis of the styles of Brazilian sociology. Launching the idea of the latent functions of the discipline as being those of engineering, integration and denunciation, which are manifested to a greater or lesser degree in different countries according to the social moment, the author considers that, in Brazil, it has a merely discursive function. In this sense, it has no concrete effect on social problems, limiting itself to "talking about them".

RESUME

LA FONCTION DISCOURSIIVE DE LA SOCIOLOGIE BRÉSILIEENNE

Cet article propose un nouvelle perspective d'analyse des styles de la sociologie brésilienne. Prenant l'idée de fonctions latentes de la discipline – génie social, intégration et dénonciation – l'auteur considère que, au Brésil, sa fonction est uniquement discursive. Dans ce sens, elle n'aurait aucun effet ur les problèmes concrets, se limitant à "parler de".

AS "TURMAS DA BOA-VONTADE": DESEMPREGO E AÇÃO DE CLASSE

Nadya Araújo Castro*

RESUMO

Partindo de uma discussão sobre a marginalidade e da crítica a outras abordagens, considera-se a possibilidade de uma nova construção teórica acerca da manifestação política da classe operária. O estudo de um caso específico de ação política de desempregados em Brasília, entre 1962 e 1964, contribui para uma perspectiva de análise da articulação entre "reserva" e "ativa".

Da teoria aos fatos

Já é quase uma fatalidade encontrarmos, a cada trabalho que remonta à história das lutas políticas da classe trabalhadora brasileira, a constatação de lacunas na historiografia dita oficial, bem como o reconhecimento das dificuldades de recomposição e tratamento de fontes que trazem em si as mesmas marcas e efeitos da repressão que se abate sobre as forças sociais de que são veículos.

Acreditamos que estas dificuldades sejam ainda maiores quando se trata de estudar as formas de expressão política de contingentes da classe trabalhadora, como aquele que nos interessa: a sua fração de reserva. Isto porque af parecem aliar-se a escassa tradição de estudos, a dificuldade de acesso a fontes e um intrincado debate teórico que, de tão ensimesmado, freqüentemente tem perdido de perspectiva a realidade que quer apreender.

De fato, os esforços para entender a ação política dos contingentes de reserva da classe operária freqüentemente conduziram a reflexão acadêmica a um amplo espectro de hipóteses de tipo reducionista. Caracterizadas por negar, em última instância, qualquer legalidade analítica específica ao estudo do político, reduziam-no ora ao psicológico, em suas versões "subjetivas", ora ao econômico, em suas versões pretensamente "objetivas"(1).

* Professora Adjunto do Departamento de Sociologia e Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, a cuja equipe agradeço a oportunidade de haver discutido uma versão preliminar do presente trabalho.

(1) Para uma revisão da literatura acerca dos chamados estudos políticos da marginalidade, alguns trabalhos são indispensáveis, como: Boschi, 1971; Cornelius, 1971; Machado da

Do lado das chamadas teorias funcionalistas da marginalidade, o eixo das discussões esteve centrado na noção de integração individual aos padrões urbanos, e nos mecanismos psicológicos por ela desencadeados. Assim, a precária integração poderia ser entendida, seja como propiciadora de satisfação relativa (e, logo, conservadorismo), seja como geradora de privação relativa (e, logo, radicalismo).

Surpreendentemente, as dificuldades parecem manter-se mesmo quando revisamos os estudos políticos inspirados na abordagem dita histórico-estrutural da marginalidade. Muito embora antiteticamente posicionados, nem por isto lograram superar os limites da forma de apreensão teórica a que se opunham. Assim é que, embora apelando para o uso de variáveis explicativas que diziam da inserção destes indivíduos no processo produtivo (recolocando, assim, em um outro plano de análise o problema da marginalidade, visto agora como função da dinâmica das relações entre as classes sociais), nem por isto a explicação do comportamento político passava a estruturar-se a partir do estudo desta dinâmica.

Sem questionar a própria pertinência do conceito de marginalidade, esta tendia a ser tratada como um atributo individual, do qual seria possível depreender os chamados "efeitos" sobre a ação política dos contingentes estudados. Frequentes foram, então, as conclusões sobre o potencial disruptivo dos grupos marginais, muitas vezes projetadas no reconhecimento da iminência da transformação revolucionária, decorrente da precariedade das suas condições de emprego e da conseqüente deterioração das condições de reprodução da sua força de trabalho.

No amplo debate que polarizou as Ciências Sociais latino-americanas durante boa parte dos anos 60 e início da década de 70, os adeptos destas grandes teorias passaram ao largo de uma detida consideração das tendências de desenvolvimento que, manifestando-se progressivamente na realidade, começavam a ser expressas, inicialmente através da linha de estudos centrada na temática das chamadas "estratégias de sobrevivência" de segmentos da classe trabalhadora.

No Brasil, esses estudos lançaram luz especialmente sobre o processo de empobrecimento a que historicamente vinha sendo submetida a classe trabalhadora, inclusive quando tomada como referência a década de 50, em que se desenharam correlações de força mais favoráveis ao movimento popular. Com a agudização deste processo, verifica-se a progressiva constituição da família trabalhadora como verdadeira unidade explorada, na esteira da crescente incorporação de novos membros à atividade produtiva, momento da constituição de uma força de trabalho para o capital (e, reverso da medalha, do

Silva, 1972; Martins, 1970; Nelson, 1969; Perlman, 1977; Souza, 1972. As significativas contribuições críticas destes autores foram por mim revisadas em Castro, 1983, Parte I, não sendo este o momento oportuno para voltar de maneira mais detalhada a refazer esse caminho.

movimento de progressiva mercantilização dos componentes da reprodução da força de trabalho no Brasil).

Tais desdobramentos contemporâneos da realidade despertaram os teóricos ainda imersos nas abordagens da "marginalidade social", evidenciando que a condição ocupacional não poderia ser vista como um atributo dos indivíduos (ou mesmo de grupos de indivíduos, os chamados "grupos marginais")(2). Mas, se não há o trabalhador de reserva, que dizer da ação política da reserva de força de trabalho? Não estaríamos a ponto de jogar fora a criança com a água do banho?

De fato, o estudo do comportamento político do exército de reserva não pode ser reduzido ao estudo político de grupos pretensamente marginais e, tampouco, consubstanciar-se no estudo em profundidade unicamente da própria reserva (condições de sua produção e reprodução e seus supostos efeitos na ação política). Enquanto objeto *teórico* da análise *política* (irredutível, como tal, à instância do econômico), o estudo do comportamento da reserva deve ser recolocado em novos termos; o verdadeiro objeto poderia ser encarado como *uma relação*, a *relação ativa-reserva*, tal como se define em distintas conjunturas políticas, de acordo com a natureza das correlações de força de classe que se estruturam.

Seria impossível propor o nosso objeto de estudo livre de fantasias teóricas, apesar da certeza de que é a força política da classe trabalhadora que confere sentido e propicia a organização e expressão próprias, por parte daqueles indivíduos que transitoriamente dão existência concreta aos seus diferentes segmentos, personificando-os.

Por outro lado, não sendo a condição de trabalhador de reserva um atributo individual – inexistindo a reserva operária –, múltiplas e transitórias são as suas formas de existência de fato, o que importa em afirmar que igualmente múltiplas e transitórias são as relações sociais que se estabelecem visando a sobrevivência, sob variados padrões de existência e de imersão, seja nos planos mais concretos, seja nos planos mais simbólicos da vida e da reprodução social.

Não haveria, por isto mesmo, qualquer avanço analítico no esforço de buscar construir a *teoria geral* acerca da forma de expressão política da reserva operária. Face a uma realidade plural, haveria que buscar encontrar os determinantes específicos da ação coletiva das diferentes formas de existência das frações de reserva, tendo em conta que o cerne da questão radicaria sempre na possibilidade de encontrar, na especificidade dos seus padrões reprodu-

(2) Este fato, teoricamente apreensível já na própria concepção da categoria "exército de reserva" (cujo movimento cíclico de produção impede que seja considerada como *condição de existência permanente* do trabalhador individual), surge meridionalmente claro no momento em que a ampliação da rotatividade que se segue à instituição do FGTS, torna irrefutável o reconhecimento de que *é a transitoriedade o traço mais marcante da inserção produtiva destes amplos contingentes de trabalhadores.*

vos, as vias singulares pelas quais se articulariam reserva e ativa no curso da ação política⁽³⁾.

A crença na correção desta apreensão teórica instigou o nosso interesse por verificar o seu efetivo valor heurístico, a sua real capacidade de apreender situações histórico-concretas, recuperando-lhes as mais importantes determinações. Com isto, elegemos uma conjuntura política que parecia particularmente adequada, a de 1962-1964.

Tratava-se de um momento de crise no ciclo da acumulação e, como tal, de ampliação do contingente de reserva. Um raciocínio tradicional (nos moldes reducionistas que buscamos recusar) tenderia a considerar inadequada esta escolha, na medida em que a maior concorrência pelos postos de trabalho deveria dificultar a mobilização política, tornando esta conjuntura um momento particularmente pobre, quanto à expressão das formas organizativas dos contingentes de reserva.

Este seria, sem dúvida, o exemplo de um mau exercício de abstração. Isto porque, ao reduzir a realidade ao âmbito do econômico, perdia a especificidade do político em seu poder de determiná-la e acabava, assim, por chegar a formulações absolutamente a-históricas.

Contrariando esta possível linha de interpretação, acreditamos que numa situação de crise no movimento da base econômica, *mas* de força política crescente da classe trabalhadora, deveríamos encontrar, emergentes, diferentes formas de mobilização e de expressão da reserva operária, politicamente orgânicas frente aos seus interesses de classe historicamente específicos.

Com isto, recuperamos o poder de determinação da organização política da classe trabalhadora sobre o movimento de produção do seu exército de reserva, movimento este muito mais rico que o estreito economicismo poderia imaginar, e especialmente permeado pelo efeito de mediação da dimensão política, expressa na capacidade de organização e luta dos trabalhadores em defesa das condições historicamente específicas de reprodução da sua força de trabalho.

As evidências empíricas que logramos reunir ao longo do esforço de investigação da conjuntura escolhida sugerem o acerto no processo de construção do fato a ser analisado, recompensando, com a riqueza de informações coligidas, a lógica do recorte pelo qual se tentava recriar cientificamente a realidade concreta.

Com este trabalho, gostaríamos de trazer à luz algumas destas evidências, mais exatamente as que se reúnem em torno de um movimento de desempregados que tem lugar no Distrito Federal e cujo momento de eclosão situou-se nos meses de março e abril de 1964⁽⁴⁾.

(3) Nesse sentido, são completamente diversas as possibilidades de articulação abertas, por exemplo, para formas flutuantes, latentes ou estancadas de existência do exército de reserva, se quisermos ficar restritos àquela tipologia mais clássica, introduzida por Marx.

(4) As informações aqui tratadas constituíram parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre a especificidade e comportamento político do exército de reserva no Brasil, que se de-

Dos fatos à teoria

Pouco conhecido, talvez nunca estudado, o movimento das “Turmas da Boa-Vontade”, como o denominamos, ilustra uma multiplicidade de importantes questões relativas à ação política dos contingentes de reserva da força de trabalho, apreendida a partir da perspectiva de como se constroem as formas de articulação entre reserva e ativa em conjunturas políticas historicamente determinadas.

Para não privar o leitor da fatalidade que persegue os interessados nesta temática, também aqui inúmeros foram os problemas relativos ao acesso às informações empíricas. Acreditamos que as nossas inferências seriam muito mais ricas se não tivéssemos sido forçados a nos ater à informação jornalística como fonte do acesso ao movimento.

O quase total anonimato que cerca as personagens das contundentes manifestações dos “candangos”, o silêncio que se instalou nos documentos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário de Brasília (cujas atas revelam um hiato que cobre o período compreendido entre 25.11.1962 e 31.05.1964, quando tem início a interventoria) e a ausência, no período, de uma imprensa local mais comprometida com os interesses das classes subalternas, compeliram-nos a fundar todo o nosso esforço de coleta de dados na chamada “grande imprensa”(5).

Estas dificuldades, contudo, não nos impediram de perceber a enorme riqueza analítica do material empírico reunido. Isto porque era, de fato, especialmente a qualidade desta população relativamente excedente que se constituiu em ator privilegiado do movimento que vamos estudar.

Supérflua sob a ótica da reprodução do capital imobiliário no DF ela era, entretanto, dotada de uma nítida identidade operária, nutrida na condição de peões desempregados da construção civil numa cidade (como era Brasília no ano 1964) que se constituía, ainda, num grande canteiro de obras, caracterizada pela irrelevante diferenciação da sua estrutura produtiva.

Esta inusitada situação lubrificava muito especialmente os canais de articulação entre reserva e ativa, entre sindicato e desempregados e entre estes e o Estado. E este parece ser um traço importante para a compreensão da mobilização dos chamados segmentos flutuantes, notadamente naquelas conjunturas de crise nas quais o tempo de permanência no desemprego não se alonga

envolveu sob a coordenação da autora, no Centro de Recursos Humanos da UFBA, com o apoio financeiro da Pispal – “Programa de Investigaciones Sociales sobre Población en América Latina” e do CNPq, e que deu origem à sua tese de doutoramento (Castro, 1983).

(5) Assim, o material aqui referido tem como fontes o diário local, *Correio Braziliense* (CB) e o *Jornal do Brasil* (JB), de circulação nacional. Em ambos os casos, os exemplares disponíveis na biblioteca da Câmara dos Deputados foram pesquisados nos meses de março e abril de 1964. Ocasionalmente, referimos informações veiculadas pelo *Jornal do Comércio*, diário pernambucano em que encontramos também algum material empírico, muito embora o consultássemos, de início, movidos por outros interesses.

em demasia, ou – como era o caso de Brasília onde, dada a escassez das alternativas de emprego –, a referência ocupacional do trabalhador era dirigida ainda para a atividade da qual fôra desligado, a construção civil.

Uma incursão, ainda que breve, no contexto brasiliense dos primeiros anos da década de 60, elucida mais claramente nossos elementos de raciocínio. A dinâmica da vida em Brasília estava, então, claramente marcada por seu processo de construção enquanto cidade. O plano urbanístico havia sido aprovado no início de 1957 e, a partir de então, produziu-se um ritmo frenético de edificação, que caracterizou os três anos seguintes: era intento do presidente Juscelino Kubitschek tornar irreversível a nova capital, inaugurando suas principais construções a 21 de abril de 1960.

Anteriormente a 1956, haviam existido unicamente três comunidades rurais na região do futuro Distrito Federal, com uma população total de seis mil habitantes. A ampla oferta inicial de trabalho, ao lado dos salários relativamente mais elevados que pagava a construção civil em Brasília (Epstein, 1973:63), promoveram um intenso crescimento urbano, de sorte tal que, em 1960, a população atingia já a marca de 69 mil pessoas.

Em 1959, a construção civil ocupava 54,5 por cento da força de trabalho, enquanto que unicamente 5,2 por cento dela exerciam atividades no comércio (Epstein, 1973). Tratava-se, com efeito, de um quadro absolutamente singular frente a outras localidades urbanas do Brasil: aqui o referencial para a existência da ativa e da reserva parecia ser um mesmo ramo da atividade econômica, a indústria da construção civil.

QUADRO 1

POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
1959, 1960, 1964

LOCALIDADE	1959		1960		1964	
	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%
Plano Piloto	18.071	28,10	68.665	48,45	89.231	33,26
Cidade Livre	11.565	17,98	21.033	14,84	22.772	8,49
Taguatinga	3.677	5,72	26.111	18,42	68.947	25,70
Planaltina	2.245	3,49	2.917	2,06	4.223	1,57
Brazlândia	355	0,55	—	—	616	0,23
Sobradinho	—	—	8.478	5,98	19.205	7,16
Gama	—	—	—	—	27.524	10,26
(Subtotal Cidades						
Satélites	(17.842)	(27,74)	(58.539)	(41,30)	(143.287)	(53,41)
Velhacap	1.318	2,05	—	—	4.572	1,70
Candangolândia	2.868	4,46	—	—	4.807	1,79
Bananal (Vila Amauri)	6.196	9,63	—	—	—	—
Outros acampamentos	5.763	8,96	—	—	—	—
Invasão do IAPI	—	—	—	—	8.084	3,01
Paranoá	—	—	—	—	1.351	0,50
Rural	12.256	19,06	14.538	10,25	16.983	6,33
TOTAL	64.314	100,00	141.742	100,00	268.315	100,00

Fonte: Epstein (1973:69).

Todavia, em 1961, com a posse de Jânio Quadros, interrompe-se a febril construção da cidade, e, embora o presidente tenha renunciado poucos meses depois da posse, o ritmo da obras manteve-se virtualmente estagnado, já agora em decorrência da clara depressão que marcava a conjuntura 1962-1964.

A crença de Juscelino de que a cidade seria capaz de auto-financiar-se, cedo evidenciou o seu equívoco. Em 1962, as vendas de terrenos haviam proporcionado unicamente sete por cento do total do gasto público na edificação da cidade. O esforço de construção teve que basear-se, assim, em massas consideráveis de inversões de recursos governamentais, através de várias instituições, a principal das quais foi a Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital). Tais recursos, provenientes de créditos e empréstimos internacionais, tornavam-se especialmente escassos numa conjuntura de depressão e de marcada tensão política.

A violenta diminuição do ritmo da construção civil numa cidade em que quase a metade da força de trabalho se ocupava diretamente desta atividade, constitui um primeiro elemento de referência para o entendimento das mobilizações que emergiram a seguir.

Outros fatos interessantes a considera são trazidos à luz por um estudo de diferente natureza. Pastore (1969) conduziu, no ano de 1966, uma pesquisa amostral dirigida para estudar o grau de satisfação dos habitantes da cidade de Brasília. Apesar da pequena defasagem de tempo face à conjuntura que estudamos, são relevantes os seus resultados para o nosso objeto.

Eles indicam que, em 1966, cerca de 82 por cento das pessoas residentes em Brasília já estavam há dois anos na capital, quando ocorreram as mobilizações das "Turmas da Boa-Vontade". Nestas condições, suas informações parecem cobrir uma parte do universo dos moradores dos primeiros anos. Seria esta parte significativa? Não poderíamos dizê-lo com exatidão: entretanto, parece fundamentada a conclusão de Pastore de que "o rápido crescimento populacional de Brasília durante o anos de 1964-1966 parece dever-se muito mais ao crescimento interno que a novas correntes migratórias" (p. 60).

Para os migrantes que se dirigiam a Brasília nestes primeiros anos, a grande atração representada pela cidade era a abundante oferta de empregos: nada menos que 52 por cento dos entrevistados consideravam esta como sendo a principal razão para a migração ao DF. Contudo, uma quarta parte destes migrantes constatou que o principal problema ao chegar à nova capital referia-se à instabilidade do emprego, dada a enorme flutuação de demanda, proveniente das mudanças de orientação governamental com respeito ao ritmo de construção da cidade.

Pastore registrou, além disso, que a metade dos seus informantes não acreditava haver melhorado sua condição econômica depois da migração; e que uma quarta parte da amostra havia chegado mesmo a experimentar uma mobilidade econômica *descendente*; dentre estes últimos, a grande maioria ocupava-se da construção civil.

Seria uma grosseira falácia pretender imputar aos informantes de Pastore a responsabilidade pelos acontecimentos de 1964; contudo, seus resultados nos ajudam sobremaneira a delinear um quadro mais nítido da situação sócio-econômica prevalecente na cidade em momento próximo àquele em que se constituíram as “Turmas da Boa-Vontade”.

“Turmas da Boa-Vontade”: o movimento em sua primeira forma

Mas, afinal, o que eram as auto-intituladas “Turmas da Boa-Vontade”?

Eram grupos de trabalhadores desempregados que, usando instrumentos de trabalho próprios, em forma de voluntariado, realizavam o serviço de limpeza de ruas no Distrito Federal. A idéia surgira na cidade-satélite de Sobradinho, quando cerca de 400 desempregados iniciaram a atividade “na esperança de que o prefeito pelo menos os gratificasse por tão útil trabalho” (CB 10.03.64:8).

O êxito da experiência levou à proliferação, no Distrito Federal, de novas turmas de igual natureza. De tal modo que, em início de março, elas representavam o nada desprezível número de cerca de 6.400 trabalhadores, distribuídos por cinco turmas que operavam em cinco diferentes localidades, conforme pode ser verificado no quadro 2, a seguir.

QUADRO 2

AS “TURMAS DA BOA-VONTADE”: DISTRIBUIÇÃO DOS
OCUPADOS POR LOCALIDADES

LOCALIDADE	TRABALHADORES OCUPADOS POR TURMA
Taguatinga	2.100
Cidade Livre	1.500
Gama	600
Vila Planalto	1.600
Sobradinho	600
TOTAL	6.400

Fonte: *Correio Braziliense*, 10.03.1964:7.

As equipes se organizavam em dois turnos de trabalho, sendo supervisionadas por um trabalhador denominado “capataz de turma”, o qual – chamamos a atenção – era “comumente escolhido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Brasília” (CB 10.03.64:7).

De início foi estipulado, pelo prefeito Ivo de Magalhães, o pagamento de dez mil cruzeiros a cada desempregado, quando casado, e cinco mil, quando

solteiro; este pagamento se daria a título de gratificação, ou ajuda de custo, pelos serviços prestados à cidade.

Muito pouco é o que conseguimos saber sobre os trabalhadores que formavam essas turnas. Eram, obviamente, migrantes que afluíam ao Distrito Federal, atraídos pela possibilidade de emprego nas obras de construção da cidade.

Assim, referindo-se à ajuda mensal de 42 mil cruzeiros que reivindicavam os desempregados, observa Raulino da Luz Amaral, capataz da turma da Cidade Livre (ou Núcleo Bandeirante): "...esse pagamento não somente é justo como humano, considerando-se o espírito patriótico desses homens que deixaram os seus Estados de origem e vieram, por livre e espontânea vontade, ajudar na fixação da cidade, aumentando o seu índice populacional" (CF, CB 15.03.64:8).

E de fato parecia ser considerável o afluxo que então se verificava. A população do Distrito Federal, que equivalia, em 1960, a 141.742 habitantes, cresceu nada menos que 85 por cento até dezembro de 1963, o que representava um incremento anual médio da ordem de 28 por cento.

Mas isso não é ainda suficiente para retratar, com a adequada aproximação, o ritmo de aumento destes contingentes de trabalhadores. É provável que o seu incremento tenha sido ainda mais intenso: se tomarmos o índice de crescimento populacional entre 1960 e 1963 da mais importante cidade-satélite então existente, a de Taguatinga, veremos que sua população cresceu nada menos que 131 por cento no período, o que equivale a um incremento anual da ordem de 44 por cento (quase dobrando a cada dois anos). Assim é que Taguatinga, palco de alguns dos principais acontecimentos que envolveriam a "Turma da Boa-Vontade", já possuía pouco mais de 60 mil habitantes no momento em que nela se organiza a maior das turmas de desempregados⁽⁶⁾.

Este espantoso incremento populacional parecia progressivamente defrontar-se com a relativa desaceleração do ritmo das obras públicas, seja por efeito da crise em que estava submersa a Economia, seja pela pressão política dos influentes grupos de "retornistas", (como eram conhecidos aqueles setores que ainda se debatiam pela reversão da capital), seja por fatores cuja consideração nos escapa.

Quaisquer que tenham sido eles, é certo que, em Brasília, o ano de 1964 claramente configurava uma retração na oferta de emprego na construção civil que, aliada à continuidade do fluxo de migrantes, desenhava um quadro de desemprego cuja agudez já ficara sugerida nos dados do quadro 2.

Não é muito, também, o que sabemos sobre as condições de vida daqueles que construíram a nova capital. Conseguimos reunir alguns relatos sobre a chamada Cidade Livre, os quais podem nos fornecer uma aproximação,

(6) Os dados demográficos aqui apresentados têm como fonte as informações do Serviço de Coleta do D.F., do Conselho Nacional de Estatística, veiculadas no *Correio Braziliense* de 15.04.64:6).

ainda que imprecisa, daquela localidade que – juntamente com Taguatinga –, constitui-se num dos mais importantes cenários das manifestações políticas dos empregados nos idos de março de 1964.

Abrigo dos pioneiros, a Cidade Livre fôra constituída como um núcleo provisório para a ocupação inicial, tendo se afigurado, entre os anos de 1957 e 1960, como um verdadeiro formigueiro humano. Seu caráter supostamente transitório fôra a justificativa para que os administradores públicos se isentassem de qualquer preocupação quanto ao abastecimento de água potável, à instalação de rede de esgotos, à iluminação, à coleta de lixo, enfim, toda sorte de serviços urbanos mais elementares.

Efetivamente, algumas transferências maciças foram promovidas, removendo pessoas ali residentes, para a Asa Norte do Plano Piloto ou para cidades-satélites. Contudo, a julgar pela imprensa local, apesar da determinação dos administradores de chegar a completar a remoção de todos os seus moradores, “políticos inescrupulosos ou simplesmente bisonhos começaram a agir junto às autoridades para obter a urbanização da Cidade Livre. E o fato é que, de mansinho, foram conseguindo sucessivamente asfaltamento, arruamento, promessa de rede de água e de esgotos, iluminação pública, permissão para construção “definitiva” em alvenaria e mais uma série de concessões (...) a Cidade Livre foi pouco a pouco se transformando em uma favela (...). Passados os anos de mudança da Capital Federal para Brasília, a situação da Cidade Livre continuou não a mesma e, sim, cada vez pior, Modificação? Houve, uma: a cidade passou a ser chamar Núcleo Bandeirante (...)” (CB 10.03.64, Caderno 2:1).

Em uma série de reportagens veiculadas então na imprensa local, denuncia-se que “De todos os problemas que angustiam o Núcleo Bandeirante, a exploração do lençol e a infância abandonada são os mais graves” (CB 10.03.64, Caderno 2:1).

“Verdadeiras pocilgas serviam de casas às infelizes famílias das vítimas dos exploradores. Colchões imundos, fervilhando de insetos parasitas, eram leitões. Água, para se beber e cozinhar, era vendida em latas, trazidas de longe em carrinhos de mão, e vendida a preços elevadíssimos. Num banheiro, nem água para banho” (CB 12.03.64, Caderno 2:1).

Durante um curto período de interdição da chamada “zona boêmia”, de que se tem notícia nesta época, o número de prostitutas que ali trabalhavam foi reduzido (sic) em 800.

Se todo esse conjunto de impressões não nos pode levar muito longe em sólidas inferências, quando menos provê alguns indícios sobre a precariedade nas condições de vida reinantes, refletindo, ainda que superficialmente, algumas das dimensões do pauperismo que ali imperava. Não é, então, casual que só a “Turma da Boa-Vontade” do Núcleo Bandeirante (a chamada “Cidade Livre”) abrigasse quase 10 por cento da população no serviço voluntário de limpeza das suas ruas em troca, no máximo, da miserável ajuda de 10 mil cruzeiros.

Para que se avalie o quão insignificante era esta “ajuda” frente às necessidades de reprodução do trabalhador e da sua família, lembramos que ela representava pouco menos de *uma quarta parte* do salário mínimo de 42 mil cruzeiros, então vigente no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, principais centros urbanos. E, ainda assim, eram freqüentes as denúncias quanto aos atrasos ocorridos nos pagamentos às atividades das “turmas”.

Neste quadro, constitui-se o primeiro momento vivido pelo movimento: as “turmas” passam, progressivamente, de uma forma de solução paliativa para o desemprego, a um espaço para a expressão organizada dos interesses dos trabalhadores tornados relativamente excedentes na esteira do processo de construção da construção civil.

Assim é que, do trabalho coletivamente organizado (via estrutura sindical da ativa) e inicialmente gratuito, o grupo logra avançar para a percepção da gratificação de 10 mil cruzeiros. A partir daí parecem ter sido colocados dois planos de luta: sem prejuízo da reivindicação de regularidade do pagamento assentado, as “turmas” sustentam a demanda que parece ser a mais urgente; voltada para um vínculo empregatício regular que lhes assegure um valor igual ao do maior salário mínimo. É isto, ao menos, o que parecem sugerir os dados de que dispomos:

“Agradecendo a reportagem do nosso companheiro Paulo Pessoa⁽⁷⁾, estive em nossa Redação o sr. Raulino da Luz Amaral, capataz da turma de desempregados que faz a limpeza das ruas do Núcleo Bandeirante, dizendo que não poupará esforços para conseguir junto às autoridades constituídas, melhor amparo aos que procuram ganhar dinheiro com trabalho honesto e ainda ajudam a povoar Brasília, possam (sic), pelo menos, ganhar um salário suficiente para um parcial sustento de sua família”.

“Prosseguindo em suas declarações, disse mais o sr. Raulino, que está reivindicando junto ao prefeito de Brasília, ao presidente da República e demais autoridades, uma ajuda mensal de 42 mil cruzeiros para os desempregados (...)”.

“Acrescentou mais aquele operário ser o pagamento de 10 mil cruzeiros nem sempre feito com regularidade. É insuficiente para a alimentação individual dos desempregados e a grande prova disso é que tem despendido dinheiro de seus próprios recursos, para refeições para os trabalhadores, o que comprovou com notas exibidas de muitos restaurantes (...)” (CB 15.03.83:8 e 4).

Entendemos que o primeiro momento no processo de constituição das “turmas” em expressão organizada dos interesses destes desempregados esgota-se com o episódio da breve paralisação que teve lugar no dia 06 de março, no Núcleo Bandeirante, em virtude do atraso no pagamento da gratificação. “Todavia, horas depois, o próprio presidente da República, reconhecendo a uti-

(7) O agradecimento pode ser tomado como um indício de que as informações em que nos baseamos até aqui não deviam estar substancialmente afastadas da realidade dos problemas vividos pelas “turmas”.

lidade do trabalho daqueles homens, autorizou que se efetuassem, imediatamente, o pagamento das importâncias devidas, para que os trabalhos prosseguissem. Recebidos os montantes, continuaram a trabalhar" (CB 10.03.64:7).

Acreditamos caracterizar, este primeiro momento, a tendência do movimento a ater-se às suas reivindicações mais imediatas, dentre as quais parecia ponderar aquela de assegurar o benefício conquistado, garantindo a regularidade do seu pagamento.

Um segundo traço que parece próprio deste primeiro momento é a relativa escassez de nexos com outras forças sociais, em parte talvez uma decorrência do fato de que o movimento desbordava ainda muito pouco os seus próprios limites, conforme já destacáramos anteriormente.

O elo mais significativo que se estabelecia então era com a própria estrutura sindical dos trabalhadores *da ativa* da construção civil. Destacar a existência deste elo parece ser um elemento de particular relevo para a nossa hipótese de trabalho.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília (STICMB) não parecia discrepar grandemente, por sua natureza, daqueles que se constituíam, então, nos setores de ponta do movimento operário brasileiro⁽⁸⁾. Assim, já a sua origem denota um pouco do seu caráter: longe de ter-se constituído no bojo do processo de luta dos trabalhadores da construção civil em Brasília, proveio da iniciativa de elementos estranhos à categoria e representantes de interesses alheios e, algumas vezes, mesmo adversos, à classe trabalhadora. É particularmente elucidativo que se indique que o seu "primeiro presidente, Heitor Silva, não era elemento da categoria e jamais foi operário (Ribeiro, 1977:40), acabando por ser dele expulso (em agosto de 1962) por apropriação indébita de recursos, na condição de presidente do Sindicato.

O seu estatuto exprimia o caráter corporativo do sindicalismo oficial, nele se destacando, inclusive, ter sido o órgão construído "com o intuito de colaborar com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade da classe e da sua subordinação aos interesses nacionais" (idem, *ibid*:43). Entretanto, estas travas parecem não ter sido suficientes para conter, em todos os momentos, o potencial de luta do movimento, o que confere ao Sindicato uma aparência até certo ponto contraditória, que hesita entre a conciliação de classe e a defesa dos interesses da categoria, especialmente naquelas conjunturas em que a força do movimento popular se fazia sentir com mais nitidez.

No que diz respeito à sua articulação com as "turmas" de desempregados, a "entidade não interfere nos trabalhos, nem comanda que os desempregados varram as ruas. Apenas, como líderes sindicais, *responsáveis pelos interesses da classe*, enviam medidas e providências, bem como reivindicam junto ao prefeito os pagamentos quando estão atrasados. Todos aqueles que

(8) As informações de que dispomos sobre o STICMB provêm especialmente do estudo de Ribeiro, 1977.

querem trabalhar têm o nosso apoio e qualquer um que busca recursos no trabalho merece ser ajudado' – disse o sr. Humberto Schetini" (CB 10.03.64:7; grifos nossos).

Duas questões caberiam ser, entretanto, destacadas. Em primeiro lugar, não pode ser desconsiderado o papel que o sindicato desempenha neste primeiro momento como fator de aglutinação e de organização dos desempregados em torno das "turmas". Lembremos o fato, já anteriormente documentado, de que era a ela que cabia a indicação dos capatazes das turmas.

Em segundo lugar, cremos ser importante explicitar um outro elemento que parece estar subjacente ao discurso do presidente do sindicato, mas que o objeto do nosso trabalho requer que recuperemos: em nenhum momento o órgão parece renunciar ao seu papel político de aglutinador daquele enorme contingente de trabalhadores, que não são pura e simplesmente desempregados, mas compõem o *segmento de reserva de força de trabalho da construção civil*. Nesse sentido, o sindicato parece ser inicialmente a via propiciadora do surgimento das formas específicas de organização da sua reserva (no caso, através das "turmas").

Assim, parece transparecer aquilo que, pelo caminho da teoria, já supúnhamos correto: *é na relação* ativa-reserva que devemos buscar a chave para a compreensão do problema do comportamento político dos trabalhadores relativamente excedentes. Este primeiro momento do movimento fornece o exemplo de *uma* das vias pelas quais se estabelece esta relação, quicá a mais natural delas, especialmente quando enfocamos um contingente de trabalhadores (como os da construção civil) para os quais a rotatividade no emprego é uma das características mais marcantes do processo de consumo de sua força de trabalho pelo capital⁽⁹⁾. É natural, então, que seja o sindicato aquele que venha a restabelecer a unidade entre os dois segmentos, via organização dos excedentários. No caso brasileiro, a crise conjuntural, aliada à especial conformação do mercado de trabalho, apontam razões suplementares para tão estreita vinculação.

Finalmente, gostaríamos de tecer, ainda quanto a este primeiro momento, uma última consideração. Alinhamos até aqui duas características que o especificam; arriscaríamos dizer que talvez uma outra pudesse ser suficiente para esboçar o quadro da sua caracterização. Trata-se, aqui, não do conteúdo (característica 1) e nem dos nexos com outras forças sociais (característica 2), mas das formas de luta empregadas. Provavelmente em decorrência do que até aqui foi colocado, elas se caracterizavam pela quase total ausência de violência e de intervenção *direta* destes contingentes no encaminhamento das demandas; era a negociação intermediada a forma que pareceu dominar até quando

(9) Outras e mais complexas podem ser as vias pelas quais esta relação pode vir a se estabelecer, quando variam as formas de existência da reserva. Em outra oportunidade, e para outra análise de caso, desenvolvemos considerações a respeito (Castro, 1983: parte II, cap. 3).

ecloidiu a primeira "e breve", no dizer da imprensa, paralisação, realizada pelos trabalhadores do Núcleo Bandeirante.

Esta introduz a descontinuidade que nos permite sugerir que se esgotava o primeiro momento do movimento, estabelecendo-se um interregno para um outro de características totalmente diversas.

A força do desemprego e o emprego da força: o movimento em sua segunda forma de existência

A passagem do primeiro ao segundo momento de existência do movimento da "Turma da Boa-Vontade" pareceria incompreensível se a tratássemos de uma forma indeterminada, isto é, se esquecêssemos a dinâmica própria da conjuntura em que se insere, o movimento de transformação desta e o contínuo rearranjo nas relações de força que se estabelecem entre as distintas classes e segmentos sociais.

Eliminadas estas mediações, dificilmente entenderíamos a virulência das consignas, a violência das formas de luta e o caráter socialmente amplo e massivo do movimento que, apenas 10 dias depois da "breve paralisação" a que nos referimos, tomará de assalto algumas das principais localidades do Distrito Federal, especialmente a sua maior cidade-satélite (Taguatinga) e o seu mais tradicional centro populacional (o Núcleo Bandeirante – a "Cidade Livre").

Inicialmente, há que contabilizar o efeito favorável da conjuntura nacional, marcada não apenas pela clara ascensão das forças populares, mas também pela capacidade destas de fazer ganhar expressão política no pacto de poder algumas das suas mais veiculadas consignas. Exatamente no interregno entre o que aqui chamamos primeiro e segundo momento situa-se o comércio de 13 de março, indubitavelmente um dos fatos políticos de maior significação para o entendimento do processo de redefinição da correlação de forças entre as classes sociais na conjuntura.

Se é certo que o efeito mediador da conjuntura política nacional propiciava um claro estímulo à organização dos trabalhadores, esse incentivo parecia ganhar dimensão especial em se tratando de movimentos localizados na capital federal. Em que pese a sua pouca expressividade como centro de decisões, Brasília não deixava de ser uma das principais caixas de ressonância dos embates políticos, ao menos pela sua condição formal de sede da Presidência da República.

Não desconsiderando a importância destas determinações gerais, caberia recuperar ainda as determinações específicas, que conferem singularidade a esta rica conjuntura política no D.F., de modo a nos situarmos melhor no contexto em que amadurece o movimento da "Turma da Boa-Vontade".

Ao que parece, aquela segunda quinzena de março de 1964 começava de um modo particularmente efervescente. É como se Brasília vivesse um crescendo de mobilizações que, atingindo diferentes e cruciais setores na vida da cidade, propiciava a emergência de novas formas de expressão política.

Assim, logo ao se iniciar a quinzena entram em greve os trabalhadores da única empresa viária urbana, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB). Reivindicavam a municipalização da empresa, o enquadramento de trabalhadores e a readmissão de três demitidos, numa paralisação que, embora durando apenas o dia 16 de março, desestruturava *todo* o sistema de transporte coletivo da cidade.

No dia seguinte, 17 de março, iniciava-se o prazo de 48 horas dado pela União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Brasília (Umesb) para o atendimento à reivindicação de uma cantina para estudantes do Plano Piloto, caso contrário suspenderiam as atividades nos 23 ginásios de Brasília. O clima de expectativa dominava toda a rede de ensino secundário e as autoridades educacionais do D.F.

Simultaneamente, ocorre aquela que nos parece a mais importante mobilização dentre as oriundas de outras forças organizadas: entram em greve, em decisão unânime tomada na madrugada de 17 de março, os trabalhadores da construção civil do Distrito Federal: reivindicavam a elevação do salário mínimo para 72 mil cruzeiros, contra os 42 mil então vigentes e – observe-se –, reclamados pelos desempregados como pagamento mínimo ideal pelos serviços de limpeza que realizavam.

O clima de tensão parecia estar instalado na cidade, destacando a imprensa que, num dos piquetes, “em Taguatinga, chegou mesmo a se registrar um tumulto de pequenas conseqüências quando o policial Juvenal dos Santos, sacando do revólver, quis atirar contra os trabalhadores que vigiavam as obras. Foi felizmente contido pela turma que lhe tomou a arma e rasgou as vestes (...)” (CB 18.03.64:6).

Por outro lado, as próprias reações a esses movimentos indicavam a presença de outras forças sociais que elevavam ainda mais o nível de tensão reinante. Eram os chamados “retornistas”, sobre os quais considerava o então secretário da Educação do Distrito Federal: “Mais uma greve apenas viria inquietar a cidade e adubar a idéia dos deputados retornistas que querem a todo custo fazer com que a capital volte para o Rio. Todas essas greves seriam para eles um grande argumento” (CB 10.03.64:6).

É neste contexto que começaram a eclodir as primeiras mobilizações que, ao nosso ver, configuram o início da segunda fase no movimento da “Turma da Boa-Vontade”. Já naquele 17 de março tiveram lugar várias manifestações, dispersas por locais diferentes, mas quase sempre entremeadas por ameaças de depredações que levaram muitos estabelecimentos a fechar as suas portas, especialmente na cidade-satélite de Taguatinga.

As informações de jornais não são convergentes quanto à origem destas manifestações. O *Jornal do Brasil* sugere um caráter mais marcadamente espontâneo ao noticiar que “Cerca de dois mil trabalhadores, instalando barricadas ao longo de todas as entradas de Taguatinga, isolaram esta cidade-satélite de Brasília, em sinal de protesto pelo não cumprimento das promessas feitas

pela subprefeitura, que se recusou a pagar 60 mil cruzeiros a cada um por três meses de trabalho”(10).

“A promessa de pagar 20 mil cruzeiros por mês a cada um foi feita pela subprefeitura quando começaram os trabalhos. Depois de cumprirem a tarefa, organizaram-se em filas, para receber, constatando ali que só os casados ganhariam 20 mil cruzeiros por mês, cabendo aos solteiros apenas 5 mil cruzeiros”.

“Da fila de cobrança os trabalhadores partiram para as ruas de Taguatinga, decidindo estabelecer o cerco até que fossem pagos sem discriminação” (JB 19.03.64, Caderno 1:13).

Já o *Correio Braziliense* apresenta uma versão algo diferente desses mesmos fatos, sugerindo que “havia, antes, uma decisão segundo a qual, à meia-noite de anteontem para ontem, sairia uma grande passeata a pé até o Palácio do Planalto. À última hora, entretanto, outra decisão foi tomada. Assim, nasceu o bloqueio da cidade” (CB 19.03.64:6).

Desfilando pelas ruas de Taguatinga, os manifestantes pediam a adesão de todos e se dirigiam para a entrada daquela cidade-satélite, onde teve lugar um comício, após o qual foi suspenso o tráfego, “por uma multidão calculada por nossa reportagem em cerca de 10 mil pessoas” (*idem*), que clamavam ao governo por “trabalho para todos”.

“A insatisfação dos trabalhadores era geral, e a principal alegação era a de que estavam trabalhando sob promessa de emprego, mas recebiam apenas 10 e 5 mil cruzeiros, para os casados ou solteiros”.

“Em uma conversa informal que conseguimos ouvir, o desejo manifestado por todos era o de trabalhar, mas a insatisfação e a fome faziam chegar ao extremo. Até à tarde nenhuma autoridade havia comparecido ao local e dificilmente seria recebida se aparecesse. O tumulto tomava conta de tudo e a ausência completa de policiamento dava Taguatinga ao comando da população orientada por diversos líderes em muitos setores. O trabalhador que comandava todo o movimento desde o começo perdia a chefia ante uma votação improvisada do alto de uma cadeira...” (*idem*).

Enquanto isso ocorria em Taguatinga, no Núcleo Bandeirante (Cidade Livre) outros piquetes convocavam os trabalhadores a suspender as atividades, ao tempo em que os desempregados que ali constituíam a “Turma da Boavontade”, revoltados pelo não pagamento da quinzena, resolviam depredar o prédio da sub-prefeitura local. O comércio, temendo saques e outras depredações, fechava as suas portas.

“Aos gritos de ‘pão ou morte’, uma multidão calculada em cerca de 4 mil pessoas, depredou na tarde ontem a subprefeitura do Núcleo Bandeirante, depois de saquear um açougue e uma escola primária da Cidade Livre. O prédio

(10) Esta é a única fonte que fala em 20, e não 10 mil cruzeiros de gratificação. Imaginamos que haja aí qualquer equívoco.

da prefeitura ficou totalmente destruído, seus cofres e arquivos quebrados, calculando-se que os prejuízos ultrapassassem a casa dos 70 milhões de cruzeiros”.

“O Núcleo Bandeirante se encontra, totalmente, sitiado com as entradas bloqueadas pelos manifestantes, que armados de pás, enxadas e picaretas, reivindicavam a todo momento comida, trabalho e moradia, estando dispostos mesmo a somente suspenderem o movimento depois que as autoridades de Brasília se dispuserem a parlamentar com eles em busca de um denominador comum, que venha pôr fim ao movimento” (idem).

Apesar do enorme aparato repressivo, “os manifestantes – que se avolumavam cada vez mais – permanecem nas ruas em grande agitação, empunhando uma bandeira nacional” (idem).

Mas não foram só as cidades-satélites que se tornaram palco destas violentas manifestações que marcaram o dia 18 de março de 1964. Também no centro da capital federal, no Plano Piloto, ocorriam manifestações de vulto. E era especialmente ali onde mais claramente se integravam os dois movimentos que, apesar de distintos por suas demandas formais, refletiam conjuntamente os interesses de um mesmo segmento da classe trabalhadora: a ativa e a reserva da construção civil.

Convergindo para um dos canteiros de obras mais centrais, logo formou-se uma multidão calculada em pouco menos de duas mil pessoas. *Ali se reuniram, além dos desempregados, operários da construção civil, a essa altura em seu terceiro dia de greve.* “Os operários, de mãos erguidas, pediam o atendimento de sua reivindicação salarial, com a fixação em 72 mil cruzeiros o salário mínimo, no Distrito Federal. Na mesma ocasião reafirmavam a sua disposição em somente retornar ao trabalho depois de coroado de êxito o seu movimento paralista. Por outro lado, centenas de desempregados uniram-se aos grevistas reivindicando emprego e comida (...). A qualquer chamado todos acorriam aos gritos e manifestações de braços erguidos. Logo depois voltavam à grama verde do Eixo Monumental, onde deitavam, pesadamente, seus corpos cansados” (idem).

O temor de que também ali ocorressem saques e depredações levou o comércio do Plano Piloto a fechar igualmente suas portas. Entretanto, o movimento no local pareceu não tomar exatamente as mesmas formas que assumia nas cidades-satélites.

Ao final da tarde, após mais de 15 horas consecutivas de massivas manifestações em quase todas as localidades do Distrito Federal, os trabalhadores foram surpreendidos pela notificação (conjuntamente assinada pela prefeitura e Departamento Federal de Segurança Pública) de que a partir do dia seguinte seria assegurado trabalho em várias frentes de atividades, que poderiam absorver até 300 homens por dia; informava-se, também, que aqueles operários mais premidos pela necessidade de alimentos poderiam receber um adiantamento do sortimento padrão dos produtos a serem distribuídos.

Mas a resposta, autoritária somente na aparência, poderia pretender sanar a questão. E o dia 19 de março encontrará os desempregados das “turmas”

manifestando-se com redobrada virulência e sendo violentamente reprimidos. A delicada questão política que se cria com os levantes da população nas principais cidades-satélites terá, então, de ser conduzida diretamente pela Presidência da República.

Este recrudescimento provoca uma espécie de articulação dos vários movimentos de “turmas”, até então desconectados em sua expressão; eles passam a afluir em direção ao Núcleo Bandeirante, sem prejuízo da mobilização nas outras diferentes localidades, especialmente Taguatinga. Induz, ademais, à manifestação de formas concretas de solidariedade por parte de outras forças componentes do movimento popular, como é o caso dos estudantes. Consagra, por fim, a articulação reserva-ativa pela inclusão, na comissão de negociação, de chefes de “turmas” e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília.

As mais violentas ações voltaram a se dar no Núcleo Bandeirante. Ali, naquela manhã de 19 de março, cerca de duas mil pessoas aguardavam a chamada, pelo sub-prefeito, dos desempregados que deveriam ser designados para as frentes de trabalho nas circunvizinhanças de Brasília, onde atuavam empresas empreiteiras da Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

Reiniciaram-se, então, as manifestações que repudiavam aquele emprego, reivindicando a condição de funcionários da prefeitura do Distrito Federal, o pagamento do salário mínimo de 42 mil cruzeiros, além de alimentos para as famílias, trabalho próximo ao local de residência, e condução que interligasse a casa e trabalho.

“Alegando que somente poderia tomar esta medida após entrevistar-se com o prefeito Ivo de Magalhães, o subprefeito do Núcleo Bandeirante provocou, sem o sentir, os conflitos que eclodiram daí a instantes. A massa começou a protestar contra as autoridades, fazendo exigências e impondo condições. Já af ninguém mais se entendia. Reinava confusão e balbúrdia.

“Aos gritos de ‘vamos quebrar tudo’, os manifestantes iniciaram os primeiros momentos dos conflitos com a Polícia” (CB 20.03.64:6). Teve início, então, uma sucessão de episódios de violenta repressão policial (a princípio, com caminhões-tanques que jogavam jatos de água contra os manifestantes) e de depredações de casas comerciais, residências e da própria Delegacia de Polícia, apesar desta se encontrar fortemente guarnecida.

“Utilizando pedras, pedaços de pau, tijolos, estacas, etc., os manifestantes procuravam destruir tudo que lhes estava ao alcance, visando, particularmente, a Delegacia de Polícia” (idem). Os policiais, por sua vez, passaram a lançar mão de bombas de gás lacrimogêneo e a atirar contra os milhares de manifestantes, ferindo inúmeros destes (CB 20.03.64:6).

Somente com a presença do Chefe da Casa Civil da Presidência da República é que a situação tendeu a se acalmar, aceitando este que se constituísse uma comissão de negociação composta por representantes dos desempregados (Raulino da Luz Amaral, José Correia Agueira) e do Sindicato dos Tra-

balhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília (Humberto Schettini).

“Em solidariedade aos seus companheiros de reivindicações, chegaram ao Núcleo Bandeirante vários caminhões procedentes de quase todas as cidades-satélites, conduzindo voluntários para a campanha. O maior número deles procedia de Taguatinga, onde a situação também estava difícil e até certo ponto incontrolável. Esses veículos portavam faixas alusivas aos objetivos do movimento, às exigências que os populares que recusaram as colocações nas frentes de trabalho da PDF faziam às autoridades” (CB, idem:6).

O aguardo do retorno da comissão de negociação não arrefeceu o ânimo dos manifestantes que realizavam “comícios-relâmpagos” nos quais reafirmavam as suas reivindicações.

Tampouco em Taguatinga tiveram fim as manifestações que se iniciaram na véspera, dia 18 de março; “(...) às 19 horas recrudesceram os movimentos, com a interdição de algumas vias de acesso ao centro da cidade, obrigando os condutores de veículos a desviarem seus transportes por contornos e por fora da cidade. Enquanto isso, a tensão crescia e fazia com que a população e os comerciantes ficassem apreensivos, fechando as portas das residências e casas comerciais.

Além do Núcleo Bandeirante e de Taguatinga, era igualmente tensa a situação na Vila Planalto e mesmo no Plano Piloto. As tropas do Exército entraram em regime de prontidão e havia um clima de tensa expectativa nos Ministérios Militares.

A imprensa local buscava ver, por detrás dos manifestantes, a ação de supostos grupos “retornistas”, interessados em desestabilizar a nova capital. Assim, o conservador diário *Correio Braziliense* chega a sugerir em editorial que a “desusada agressividade” do movimento poderia estar a indicar a existência de manipuladores “retornistas”, igualmente responsável pelos boatos que se espalhavam pela cidade de que estaria iminente o retorno do Congresso para o Rio de Janeiro, ou mesmo sua mudança para São Paulo (CB 10.03.64:1).

Esses boatos foram tão insistentemente veiculados que a Câmara antecipou o encerramento dos seus trabalhos e, após reunião dos líderes partidários, o seu presidente proclamava que Brasília era a capital do país.

Os entendimentos entre a comissão de negociação, o Departamento Federal de Segurança Pública e a Presidência da República levaram à suspensão do movimento, sem que, entretanto, os desempregados houvessem logrado aquilo que demandavam em seu segundo dia de manifestação.

A suspensão do movimento sem ganhos pode ser considerada como o ponto em que parece esgotar-se o segundo momento no movimento das “Turmas da Boa-Vontade”. Esse momento difere profundamente do anterior, em sua qualidade. Em primeiro lugar, altera-se a natureza das consignas, expressas na luta por “trabalho para todos”; em segundo lugar, muda radicalmente o caráter das formas de luta, que adquirem o traço da violência, ao modo de um levante popular.

Em terceiro – e mais destacado lugar –, poderíamos dizer que os quebra-quebra, o bloqueio das cidades-satélites e, finalmente, o controle das localidades ocupadas, parecem exprimir a inserção da reserva no movimento geral de reivindicação dos trabalhadores da construção, que se expressa na greve dos contingentes na ativa. Esta imersão na cena política, abrupta e violenta, parece ser suficiente para garantir um direito mínimo da cidadania, qual seja, o de escolher seus representantes no processo de interlocução, forjado com a parceria dos trabalhadores da ativa, legitimamente representados pelo seu sindicato.

Hiato entre as formas de luta e a liderança: o movimento em sua terceira forma de existência

Suspensa o movimento, informa o *Correio Braziliense*: “Na manhã de ontem, desempregados esperavam ao lado dos cordões de isolamento, por sua vez de serem chamados para registro e na própria segunda-feira, embarcaram para os locais de trabalho. A primeira turma a seguir será de trezentos e cinquenta homens que irá acelerar os trabalhos da rodovia Pires do Rio sendo que os demais se destinarão às novas rodovias, que ligam a Capital da República a cidades dos Estados de Minas e Goiás” (CB 21.03.64:8).

Significativamente registra o jornal a seguinte observação daquele que lhe pareceu ser o líder mais notório do movimento: “Conforme nos revelou o sr. Raulino Amaral, uma das condições mais sérias impostas não somente pelo chefe da Casa Civil, como pelo próprio prefeito Ivo de Magalhães, será a de que *aquele que promover qualquer desordem perderá imediatamente o emprego. Havendo trabalho, para aquele líder operário, não pode haver baderna*, desde que a política nos deixe em paz e não faça como na sexta-feira, quando atirou em homens que apenas gritavam que tinham fome” (idem, grifos nossos).

É igualmente significativo que, apenas quatro dias depois desses acontecimentos, também regressem ao trabalho os operários da construção civil, sem que tampouco tivessem atendida a sua reivindicação de aumento do mínimo salarial. A constituição de uma comissão paritária, o pagamento dos dias paralisados e a não-punição dos grevistas foram as conquistas logradas.

Note-se que o claro atrelamento da estrutura sindical ao aparelho governamental permitiu que, imediatamente antes deste desfecho desfavorável, os dirigentes dos desempregados e do sindicato comparecessem ao Palácio para manifestar o seu apoio ao presidente João Goulart, que reconhece a justeza das suas reivindicações. Isto não foi, entretanto, suficiente para que elas viessem a ser alcançadas.

Parece transparecer então que, tanto quanto na promoção da mobilização, a estrutura sindical tem nesse caso um importante papel na desarticulação do movimento, especialmente quando ele ameaça fugir ao controle e exceder os limites permitidos à intervenção popular nos marcos do pacto populista. Só assim podemos entender o discurso, nitidamente marcado pelo tom de contenção, que desenvolve Raulino Amaral sobre a relação entre “trabalho” e “baderna”, no qual assume o papel de representante, não das demandas das “turmas”

frente às autoridades, mas das condições impostas por estas aos desempregados.

É igualmente curioso que o retorno ao trabalho dos operários da construção civil não tenha sido fruto de uma decisão majoritária do movimento (que houvera decretado unanimemente a paralisação). Assim, a proposta ministerial, aceita imediatamente pelos dirigentes sindicais e somente depois pelos patronais, previa que a Assembléia Geral dos trabalhadores seria realizada a 12 de abril, enquanto que o retorno às atividades se verificaria desde 25 de março.

Estes seriam, ao nosso ver, outros indícios do efeito claramente mediador que exerce a conjuntura política sobre as formas e o alcance da expressão dos interesses dos diferentes segmentos da classe trabalhadora. Mas este efeito de mediação se faz sentir contraditoriamente, refletindo em sua ação o próprio caráter contraditório das forças que se entrecruzam na conjuntura.

Assim, se parece ser verdadeiro que a organização sindical dos trabalhadores tenderia a frear o movimento, trazendo-o para o leito das formas e consignas não contraditórias com as forças hegemônicas no pacto populista, este esforço não é capaz de evitar que tenha lugar o efeito reprodutor da mobilização de uns setores da classe trabalhadora sobre outros. Desse modo a "solução" do problema das "turmas" dá lugar à ocorrência de uma greve entre os trabalhadores regulares do serviço de limpeza pública. Pouco sabemos sobre os desdobramentos desta, ficando apenas registrado na imprensa que protestavam contra "o excessivo número de tarefas que teriam a cumprir após a desativação das "Turmas da Boa-Vontade" (CB 26.03.64:6).

Mas é particularmente significativo que aquelas estruturas de contenção tampouco tenham sido capazes de evitar que se reproduzisse, no seio do próprio movimento, a tensão oriunda do efetivo malogro na obtenção das reivindicações de maior peso, aguçado pelo sobressalto que despertara a violenta repressão policial de que foram vítimas os manifestantes.

E, desse modo, nos estertores da segunda fase do movimento da "Turma da Boa-Vontade", tiveram lugar importantes desdobramentos que expressam a tensão entre as forças a que nos referimos, e que se resolve em formas extremamente contraditórias. Se, por um lado, redundam na aceitação das mesmas condições ocupacionais rejeitadas violentamente pelos desempregados, ao final do primeiro dia do "quebra-quebra", por outro lado parece ter deixado um saldo organizativo de tal modo importante que, mesmo ultrapassados os momentos dominados pela violência das massas, restam importantes marcas no processo de organização popular. Este saldo organizativo parece pôr o movimento no seu terceiro momento. Senão, vejamos:

"Fato inédito ocorreu domingo na Cidade Livre (dia 22.03), quando a 'polícia' da Boa-Vontade, na pessoa do seu 'comandante-chefe', Raulino da Luz Amaral, dirigiu-se ao Distrito do Núcleo Bandeirante, procurando o detetive José Custódio Filho e dando-lhe voz de prisão. 'Quando acabar o seu serviço, o senhor se apresente em nossa delegacia. O senhor está preso pelos acontecimentos verificados na sexta-feira passada, pois, temos a suspeita de que foi o

senhor que atirou nos operários'. Contido por outros policiais de plantão, que a princípio não esconderam seu pasmo pela audácia do 'comandante', Raulino se retirou para o 'quartel' " (CB 25.03.64:6).

Ou seja, pela ótica do estarecido diário local podemos depreender que as "turmas" teriam gerado como subproduto uma espécie de milícia popular – significativamente sediada no prédio destruído da sub-prefeitura –, que tomava progressivamente a si não apenas os episódios de violência política, como neste caso que acabamos de relatar, mas, também, o papel de polícia de costumes e de vigilância cotidiana da chamada ordem pública. Este é o seu momento de maior força relativa nesta terceira etapa do movimento.

"(...) chega a ser divertida a situação dos verdadeiros policiais da Cidade Livre, que nos disseram pouco terem o que fazer, uma vez que 'os policiais do outro lado' fazem todo o serviço. Fazem patrulhamento na Zona Boêmia, prendem ébrios e desordeiros que perambulam por lá (...). Observamos detalhes interessantes no 'quartel' da 'Polícia da Boa-Vontade'. Um praça ou qualquer subalterno se aproxima de Napoleão e pergunta: 'Dá licença, seu Tenente?'. O comandante infla o tórax e responde: 'Pode falar, praça' (...)" CB 26.03.64:6 , grifos nossos).

No afã de desmoralizar essa emergente forma de organização popular, a imprensa local não poupava espaços para veicular o que de pitoresco parecia existir na questão. Mas, contraditoriamente, e curioso, é também revelador da importância que parecia estar adquirindo a "Polícia da Boa-Vontade".

"Revelou-nos o 'tenente' Napoleão que, na noite de anteontem houve um entrevero entre duas mulheres da ZBM (Zona Boêmia), sendo que a mais ferida foi se queixar no Distrito e o delegado havia respondido que ela se dirigisse ao 'tenente' Napoleão, pois os casos policiais da Cidade Livre estavam afetos à 'Polícia da Boa-Vontade' e não ao Departamento Federal de Segurança Pública (...)"

As atitudes de diferentes autoridades policiais para com a "Polícia da Boa-Vontade" sugeria, de modo mais ou menos explícito, a consciência de que a desarticulação daquela organização seria uma simples questão de tempo. De fato, se era certo que a organização dos desempregados parecia poder controlar importantes localidades do D.F., as transferências para as frentes de trabalho, aliadas ao distanciamento da direção sindical, esvaziavam a liderança dos desempregados.

Alguns setores expressavam a crença "benévola" em que mais cedo ou mais tarde eles seriam absorvidos, até mesmo pela incorporação às forças policiais regulares dos efetivos da "Boa-Vontade".

"Exibindo um cartão do tenente-coronel José Lemos de Avelar, garantimos o sr. Napoleão Cláudio de Oliveira que o Chefe de Polícia lhe havia dito que a 'Polícia da Boa-Vontade' seria mantida até uma segunda ordem sua e que aquele cartão lhe permitia entrar no gabinete do Chefe de Polícia toda vez que desejasse. Afirmou, ainda, haver-lhe assegurado o coronel Avelar que iria enviar todos os seus esforços no sentido de aproveitar, no DFSP, o maior número

de homens da 'polícia da Boa-Vontade', principalmente os que soubessem ler e escrever" (idem).

Em outras áreas como, por exemplo, na Superintendência da Polícia Metropolitana, parecia haver a certeza de que, com o embarque dos últimos desempregados para as frentes de trabalho, a "Polícia da Boa-Vontade" deixaria de existir⁽¹¹⁾.

Como dizia o superintendente, "os tais 'praças' terão também que seguir" (CB 25.03.64:6). Perguntado sobre o que aconteceria se, após os embarques de desempregados, persistissem as atividades daquela "polícia", afirmou: "Então estarão querendo fazer baderna e ridicularizar a verdadeira polícia. Seremos forçados a *agir com todos os rigores da lei*" (idem).

E outro não foi o desdobramento da situação. O terceiro momento parece então entrar numa nova fase. Já no dia 26.03.1964 ocorreu a primeira prisão do comandante Raulino da Luz Amaral, em uma das Delegacias Circunscricionais do D.F. "Tudo aconteceu na noite de quinta-feira quando aquele capataz entrou no gabinete do delegado dando ordem aos gritos e pedindo uma viatura 'pois necessitava fazer várias prisões' (...)" (CB 29.03.64:8). A sua prisão por desacato configurava uma nova forma de atuação das autoridades policiais frente ao movimento de desempregados, esvaziado com a dispersão dos seus membros pelas nove frentes de trabalho organizadas fora do palco dos acontecimentos. Ao lado disso, divulga-se que a "polícia de Raulino" passava a estar sob a mira das delegacias do Núcleo Bandeirante (CB 31.03.64:8). É o início da retomada, pelas autoridades policiais, do controle total e efetivo da cidade, do seu poder de polícia.

Concomitantemente, o Departamento Federal de Segurança Pública passou a agir em outra frente, tentando evitar que novas levadas de migrantes recriassem as condições iniciais que levaram ao surgimento das primeiras "turmas da boa-vontade". Em apelo aos governadores dos Estados, aquele mesmo coronel Lemos de Avelar – que acenara com a incorporação do pessoal da "boa-vontade" aos efetivos do DFSP –, agora comunicava que exerceria rigorosa vigilância nas estradas que dão acesso a Brasília, proibindo a entrada de caminhões conduzindo emigrantes, decisão destinada "a evitar que novas levadas de desempregados se juntem à massa de seus companheiros do Distrito Federal, trazendo greves e sérios problemas para as autoridades" (CB 31.03.64:8). Parece configurar-se o fim do movimento aglutinador dos desempregados, com as autoridades intervindo, inclusive, no estancamento dos fluxos migratórios.

(11) O embarque era curiosamente supervisionado pelos contingentes da "polícia da Boa-Vontade" que, assim, viabilizava as condições para a sua própria desarticulação, na medida em que se distanciava daqueles que exatamente lhe conferiam força, impondo às autoridades a sua existência.

Os candangos: as várias faces da repressão burguesa

O movimento militar, que se mostrou vitorioso exatamente nesse momento, já encontrou em claro refluxo a mobilização da "Turma da Boa-Vontade". Sobre ela já se houvera abatido a repressão que caracterizara a conjuntura anterior, exprimindo-se de modo aparentemente tão contraditório quanto contraditórias eram as forças sociais que, naquele momento, tentavam impor a sua hegemonia à sociedade brasileira.

Assim, a desmobilização, pela via de dispersão dos desempregados pelo interior do Planalto Central, não excluiu a adoção de violentas medidas de força que se consubstanciaram nos poucos veiculados e esclarecidos massacres de trabalhadores, que teriam ocorrido nos dias 19 e 20 de março.

Por outro lado, a nova conjuntura política, aberta com a vitória militar, dava ainda mais liberdade aos novos ocupantes do poder para tratarem o fenômeno de migração rumo ao D.F. (especialmente a sua contenção) como uma questão de polícia. Prossegue-se adotando este tipo de medida, já agora com toda a radicalidade considerada necessária pelos seus autores.

Não queremos, com estas considerações, negar as diferenças ineludíveis que existem entre as conjunturas de março e de abril de 1964⁽¹²⁾. Acharmos entretanto necessário destacar, em primeiro lugar, que a repressão já se abatera sobre o movimento de desempregados *desde a conjuntura anteriormente vigente*, tendo sido a sua particular violência objeto de denúncias pelos manifestantes.

Em segundo lugar, gostaríamos de frisar a inexistência de descontinuidade no tratamento à questão dos desempregados entre o final de uma conjuntura e o início da outra. Seguem aliados, assim, dois tipos básicos de medidas: a repressão às tentativas de organização popular dos trabalhadores que permaneciam nas cidades-satélites, e o esforço em manter cada vez mais distanciados da cena política os trabalhadores das frentes.

No primeiro caso, registram os periódicos que já na madrugada de 4 de abril voltava a ser detido Raulino da Luz Amaral, desta vez juntamente com o "tenente" Napoleão Cláudio de Oliveira (*Jornal do Comércio*, 07.04.64:4). E a 09.04.1964 encontramos um novo registro de que "foi novamente preso na tarde de ontem o sr. Raulino da Luz Amaral quando tentava fazer novos levantes na Cidade Livre" (CB, p.6). Em balanço de suas atividades de abril, apresentado à imprensa, o Departamento Federal de Segurança Pública registra a realização de triagem de 800 elementos da "Boa-Vontade" (CB 21.04.64:8).

No bojo dessa primeira linha de medidas, amplia-se também o policiamento e a repressão nas cidades-satélites. Temos notícia de que só para Taguatinga fôra destacado um efetivo de 850 soldados, visando, entre outros ob-

(12) Dados de entrevista documentam que o principal dirigente do movimento, Raulino da Luz Amaral, encontrava-se no último semestre de 1964 preso em Brasília, em situação física e psíquica extremamente precárias, em virtude das torturas de que fôra vítima.

jetivos, “proceder buscas e batidas, tendo prendido grande número de agitadores comunistas, além de farto material subversivo” (CB 10.04.64:8).

Ao lado destas medidas, ampliam-se as atividades com vistas à dispersão física dos desempregados, já agora levadas às últimas conseqüências, não só com a repressão ao desembarque de novos contingentes de trabalhadores, mas com a virtual devolução dos candangos aos seus locais de origem, na forma do que se denominou “operação-retorno”.

“O Gabinete da Presidência da Novacap revelou ontem à reportagem (...) que aquele órgão iniciou o recambiamento dos candangos de Brasília para as cidades de origem. Salientou que para a remoção dos candangos estão sendo utilizados todos os meios de transporte no alcance da Novacap, principalmente, ônibus, carros e aviões” (CB 09.04.64:6).

Nesse sentido constituiu-se um grupo de trabalho envolvendo a prefeitura, a Novacap e o Departamento Federal de Segurança Pública, ao qual se delegava a tarefa de coordenar a operação-retorno. Esta atinge proporções tão amplas que chegou-se a prever o retorno de seis mil candangos desempregados e de suas famílias, como meta para *uma semana* de atividades (CB 11.04.64:8). Também os ocupados nas frentes de trabalho foram estimulados a retornar com o pagamento dos serviços e transporte facilitados (*Jornal do Comércio* 07.04.64:3).

Esse afã de dispersar fisicamente os trabalhadores desempregados parece não ter sido apenas conseqüência das manifestações ocorridas em março, que pareceram controladas pelo próprio governo Goulart. Há algumas evidências de que, após o golpe, alguns segmentos daquele contingente retomam a atividade, visando reunir formas de resistência ao movimento militar.

Assim, já havíamos nos referido a uma segunda prisão de Raulino, em abril, por tentar reorganizar desempregados. Igualmente temos referência a uma outra, de igual natureza, de que teria sido vítima Jair Cançado Paulino Amaral, pelo mesmo motivo⁽¹³⁾. É enfim significativo o aparecimento, sempre associado nos jornais às notícias sobre os esforços para dispersar os trabalhadores, de informações sobre um movimento armado de candangos, oriundos de Taguatinga, que tentam oferecer resistência ao movimento militar que acabara de ocorrer.

“O Comando Geral da Polícia Militar (de Minas Gerais) informou que uma parte do contingente militar, acampado em Brasília, foi mobilizado para perseguir e desbaratar um grupo armado de 1.500 homens que depois de ter saqueado a cidade-satélite de Taguatinga, entrou em território mineiro.

“Fortemente armados, os desordeiros receberam a polícia a bala. Durante o tiroteio que se travou morreram os soldados mineiros (...)” (*Jornal do Comércio* 14.04.64:8).

(13) No *Jornal do Comércio*, diário pernambucano, encontramos referência à existência de “constantes agitações em cidades-satélites” (14.04.64:8), razão para o Comando Militar haver recambiado 680 candangos.

Na versão do *Correio Braziliense*, informa-se que "os 'candangos', em número superior a mil, deixaram Taguatinga e provocaram assaltos e depredações, quando estourou a Revolução. Homiziaram-se em Unaf, para onde se movimentou uma companhia do 10º BI. Houve reação dos candangos seguindo-se violento tiroteio (...)" (CB 14.04.64:5).

No último registro encontrado, informa o *Jornal do Brasil* que "Novos choques armados poderão ocorrer nas próximas horas entre 600 candangos que vieram de Taguatinga para Unaf (sic) e os 1.500 soldados do 10º Batalhão da Polícia Militar de Minas, que receberam a incumbência de prendê-los" (12 e 13.04.62: Caderno 1:1).

Desapareceram, a partir de então, todos os registros sobre mobilizações de desempregados, encerrando-se, assim, o que nos parece constituir o último ato no movimento da "Turma da Boa-Vontade".

No momento em que o movimento de trabalhadores de reserva foi deixado à sua própria sorte, no contexto de uma nova conjuntura agudamente repressiva, assiste-se aos seus estertores enquanto movimento político com identidade própria, com uma dinâmica interna específica.

Embora diluído o movimento, parece haver restado militantes que vão ainda tentar levar às últimas consequências sua ação política, através do confronto armado com o novo regime.

Dá depreendemos uma outra característica deste momento final – a ausência de diferenciação entre ativa e reserva. O próprio trato conferido pela imprensa é sintomático, reforçando nossa suposição: já não são mais "os desempregados" ou "as turmas da boa-vontade", mas são os *candangos* aqueles que se constituem nos atores que constroem este desesperado epílogo de resistência armada.

BIBLIOGRAFIA

- BOSCHI, Renato Raul, (1971). "Marginalidade urbana, educação e aspiração (uma contribuição à teoria do comportamento político)". Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- CASTRO, Nadya Araújo, (1983). "Ejército de reserva: su especificidad y comportamiento político en el desarrollo del capitalismo en Brasil". Tese de Doutorado. México: Unam.
- CORNELIUS, Wayne, (1971). "The political sociology of cityward migration in Latin America: toward empirical theory". In: *Latin American Urban Research*. RABINOVIT, F. e TRUEBLOOD, F. (eds.). Califórnia: Sage Publications, Vol. I, pp. 95-147.
- EPSTEIN, David, (1973). *Brasília, plan and reality, a study of planned and spontaneous urban development*. Berkeley: University of California Press.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio, (1972). "The disruptive potential of marginal groups – a discussion". N. Jersey: Rutgers Univ. (mimeo).
- MARTINS, Carlos Estevam, (1970). "Integração social e mobilização política: a classe baixa urbana no Brasil". 2º Seminário Latinoamericano para el Desarrollo. Santiago: documento nº 10 (mimeo).
- NELSON, Joan, (1969). *Migrants, urban poverty and instability in developing nations*. Harvard: Center for International Affairs.

- PASTORE, José, (1969). *Brasília: a cidade e o homem*. São Paulo: Ed. Nacional e Ed. da USP.
- PERLMAN, Janice E., (1977). *O mito da marginalidade – favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RIBEIRO, Maria Terezinha, (1977). "Natureza de classe dos sindicatos no Brasil – um estudo de caso". Dissertação de Mestrado em Sociologia. Brasília: UnB (mimeo).
- SOUZA, Amaury, (1972). "Migração, expectativas crescentes e a promessa do protesto coletivo". Belo Horizonte: Cedeplar (mimeo).

ABSTRACT

"GOOD-WILL GROUPS": UNEMPLOYMENT AND CLASS ACTION

The author discusses the concept of marginality and criticizes certain perspectives of analysis in considering the possibility of a new theoretical construction for the study of political manifestations of the "reserve army". A case study involving the political action of unemployed workers in Brasília between 1962 and 1964 leads to a contribution to a new theoretical analysis of the articulation between reserve and active work force.

RESUME

"BANDES DE BONNE-VOLONTÉ": CHÔMAGE ET ACTION DE CLASSE

Partant d'une discussion sur le concept de marginalité et de critiques à certaines approches de la question, l'auteur considère les possibilités d'une nouvelle construction théorique autour de la manifestation politique de l'armée de réserve. L'étude d'un cas spécifique d'action politique de chômeurs à Brasília entre 1962 et 1964 conduit à une contribution pour une perspective d'analyse de l'articulation entre "reserve" et "active".

OS EFEITOS DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA BASEADA NA MICRO-ELETRÔNICA SOBRE O EMPREGO INDUSTRIAL NO BRASIL: ALGUNS DADOS E UMA INTERPRETAÇÃO**

Ruy de Quadros Carvalho*

RESUMO

Trata-se aqui de uma sistematização dos principais achados de estudos recentes sobre as implicações das inovações tecnológicas de base micro-eletrônica (ITM) para o volume e o dinamismo do emprego e para a composição da mão-de-obra da indústria automobilística e na indústria eletrônica. Parece haver uma correlação positiva entre incorporação das ITM e geração de empregos em alguns setores, o que não impede a demissão dos não qualificados. É necessário garantir, ao nível de cada empresa, que a transição tecnológica seja associada a um programa social negociado.

O objetivo deste texto é contribuir para a avaliação e interpretação das implicações do atual processo de modernização tecnológica da indústria, baseada na microeletrônica, com vistas ao emprego industrial no Brasil. Desde logo convém colocar as limitações que a tarefa impõe. A impossibilidade, no âmbito deste trabalho, de recorrer a uma base estatística ampla, referente à evolução recente do emprego e da produção nos diversos setores industriais e na indústria de transformação como um todo e, sobretudo, a inexistência de dados abrangentes sobre a difusão da nova tecnologia, são fatores que nos levaram a uma aproximação da questão a partir dos poucos estudos setoriais disponíveis.

Sistematizamos as principais conclusões desses recentes estudos, referentes às implicações das inovações tecnológicas de base microeletrônica (ITM), para o volume e o dinamismo do emprego e para a composição da mão-de-obra na indústria automobilística e na indústria eletrônica. Embora os estudos setoriais sejam insuficientes para uma mensuração rigorosa dos efeitos das ITM para o emprego na indústria como um todo, eles constituem fonte preciosa de informações para a interpretação de sua natureza e dinâmica.

Com efeito, tais estudos permitem relacionar emprego, produção, padrão de difusão tecnológica, mudanças no processo de trabalho e nos padrões de

* Técnico em Planejamento e Pesquisa do IPEA, mestre em Ciência Política pela Unicamp, doutor pelo Institute of Development Studies da Universidade de Sussex.

** Este texto baseia-se em resultados de pesquisas realizadas pelo convênio IPEA/IPLAN/CNRH – PNUD/OIT.

concorrência. Trata-se de um amplo conjunto de fatores que contribuem para a configuração de novos e específicos parâmetros de utilização da força de trabalho, de entendimento fundamental para futuras previsões de como a mudança tecnológica afetará o conjunto da mão-de-obra industrial. Apesar da ênfase nos aspectos setoriais, procura relacionar esses estudos também com as mudanças recentes por que tem passado a economia brasileira a partir da crise do início da década, tendo em vista, particularmente, a crescente importância do mercado externo para a produção industrial.

Repensando os termos do debate

O desenvolvimento de uma indústria moderna e diversificada e a impressionante expansão do setor terciário no Brasil, nas últimas três décadas, não foram capazes de resolver os sérios problemas de subemprego estrutural com os quais a sociedade brasileira vem convivendo. A isso veio associar-se a herança do desemprego legada pela recessão econômica entre 1981 e 1983. Esse quadro da realidade provocou temores, perfeitamente compreensíveis, estimulados pela inovação tecnológica, associada à atual fase de crescimento da economia.

Tudo indica que o processo de mudança na base técnica da produção – em curso na economia brasileira através da gradual incorporação das ITM –, veio para ficar, embora encontre-se num estágio inicial e afete, no momento, apenas os setores de ponta da indústria e dos serviços (Tauile, 1984). Dos vários fatores que contribuem para esse entendimento, os mais importantes são o alto grau de internacionalização da economia e a existência de uma política governamental agressiva de capacitação tecnológica.

Assim, em se tratando de uma tecnologia que tem sido associada à elevação dos índices de produtividade e aos altos níveis de substituição da mão-de-obra, teme-se que sua difusão comprometa a capacidade de geração de empregos da indústria na fase de expansão que se inicia, contribuindo para agravar ainda mais os problemas acima mencionados. Isso tem aquecido o debate político e acadêmico a respeito das implicações sociais da nova tecnologia.

No que se refere às relações entre capital e trabalho, a discussão tem-se polarizado entre a defesa da competitividade e a defesa do emprego. Debatedores de ambos os lados utilizam dados contraditórios, embora corretos, para elaborar generalizações em defesa de suas posições. Empresários que têm incorporado inovações tecnológicas de base microeletrônica no processo produtivo de suas firmas, exibem a evolução de suas vendas, sobretudo para o mercado externo, e o correspondente crescimento da produção e do emprego. O objetivo é sustentar a idéia de que, mesmo em termos sociais, o fundamental é garantir a competitividade e, portanto, a sobrevivência das empresas, através da inovação tecnológica. A pior fábrica é aquela que está fechada, dizem eles, e o em-

prego seria uma variável dependente que tenderia a ajustar-se automática e positivamente em função do sucesso das firmas.

De outro lado, líderes sindicais apresentam provas da redução do número de trabalhadores empregados nos departamentos produtivos, alvo de elevados investimentos em ITM. Embora não sejam contrários a inovações tecnológicas, o medo do desemprego, desqualificação profissional e redução dos salários coloca os trabalhadores numa posição defensiva e em luta por políticas dirigidas a compensar os custos sociais da informatização. A questão fundamental, dizem eles, é a defesa do emprego.

A colocação do debate, em termos estritos, pode levar a um equívoco. Do ponto de vista dos benefícios sociais, a busca da competitividade ou a defesa do emprego não são alternativas mutuamente excludentes. Se há realmente uma ameaça de eliminação de certos postos de trabalho, o que pode prejudicar categorias inteiras de trabalhadores, não é menos verdade que a opção por não automatizar ou retardar a modernização da indústria pode revelar-se ainda mais custosa socialmente, à medida em que redundar na perda de competitividade da indústria e a conseqüente redução de mercados, produção e empregos (Schmitz, 1985).

A saída dinâmica, do ponto de vista da política social, consiste em trabalhar ambos os pólos da questão, procurando balancear as exigências de manter a competitividade e a defesa do emprego. Isso implica buscar a compreensão do problema, deslocando-o da atual polaridade. Inicialmente, é preciso resolver a aparente contradição entre os dados apresentados no debate, fato possível apenas quando percebe-se que ambos são parte de um mesmo problema cujas manifestações se diferem dependendo do nível em que são tratados: a partir de um setor de fábrica, de uma firma como um todo, de um setor industrial e da economia como um todo (Kaplinsky, 1984).

Como veremos, é efetivamente no plano da empresa individual que mais se evidencia a relação entre inovação tecnológica, competitividade crescente, aumento da produção e incremento do emprego. Sobretudo nos setores cujas exportações representam parcela significativa das vendas, como no setor automobilístico, as empresas que mais investiram em ITM e na melhoria de seus produtos foram as que se saíram melhor na recuperação de vendas, produção e emprego – em termos absolutos – nos últimos dois anos. Todavia, a partir desses dados a questão do emprego só pode ser avaliada em termos de resultados líquidos. Se entramos nas empresas e examinarmos a situação de cada departamento, será possível notar – naqueles onde as ITM estão concentradas –, uma redução do número absoluto de certas categorias de trabalhadores em comparação com a quantidade empregada há alguns anos atrás, para um mesmo volume da produção.

Isso evidencia a importância de uma abordagem abrangente, que considere os diferentes níveis em que a questão deve ser tratada. É o que procuraremos fazer a seguir, diante dos dados coletados a partir da própria experiência de pesquisa na indústria automobilística.

Mudança tecnológica e emprego na indústria automobilística

Crise e Mudança Tecnológica

Após um período de 15 anos de crescimento vigoroso e ininterrupto, a indústria automobilística(1) sofreu sua primeira grande crise no início dos anos 80. Durante toda a década de 70 o emprego, na indústria automobilística, expandiu-se (ver tabela 1), acompanhando o crescimento da produção. De 1972 a 1980, a produtividade do trabalho no setor produtor de veículos manteve-se estável, variando entre 8,3 e 8,9 veículos/ano por trabalhador.(2)

Na conjuntura recessiva do início desta década, a elevação das taxas de juros, a explosão dos preços dos combustíveis, o desemprego e a queda generalizada dos salários reais levaram a uma brutal retração do mercado interno. Em 1981, a indústria automobilística produziu 33 por cento menos veículos do que em 1980, desencadeando um processo de demissões nas montadoras que somente atingiu seu limite em 1984, quando a redução da força de trabalho empregada no setor alcançava 22,1 por cento do total verificado em 1980.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, EMPREGO E EXPORTAÇÕES NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA^{a/}

ANO	Produção ^{b/} (1.000)	Exportação (1.000)	Emprego (média mensal)	Taxa Crescimento Anual das Exportações (%)	Exportação/ Produção (%)
1970	416	0,4	64.075		—
1971	516	1,7	70.272	325	—
1972	622	13	75.417	665	2
1973	750	24	88.625	85	3
1974	905	64	104.155	167	7
1975	930	73	104.455	14	8
1976	986	80	106.650	9	8
1977	921	70	110.772	(12)	7
1978	1.064	96	124.240	37	9
1979	1.127	105	127.081	9	9
1980	1.165	157	131.169	49	13
1981	780	212	115.871	35	27
1982	859	173	106.338	(18)	20
1983	896	169	103.517	2	19
1984	864	196	102.272	16	23
1985	966	207	115.083	6	21

Fonte: ANFAVEA.

Notas: a/ — Inclui apenas as montadoras. Não inclui fabricantes de auto-peças.

b/ — Inclui carros, peruas, utilitários, caminhonetas e caminhões. Não inclui tratores.

(1) Neste caso, referimo-nos ao setor produtor de veículos automotores.

(2) À exceção de 1976, quando a produtividade do trabalho atingiu 9,6 veículos/ano.

Além da retração do mercado interno, os tradicionais mercados de exportação da América Latina – até então responsáveis pela maior parcela das exportações de veículos brasileiros –, também tornaram-se extremamente competitivos, sobretudo com a intensificação de uma estratégia de exportação agressiva por parte da indústria japonesa (Tauile, 1984b). Para a indústria automobilística, os anos de ouro haviam, efetivamente, ficado para trás. A estratégia que as montadoras instaladas no Brasil escolheram para fazer frente a essa nova situação, inaugurou um novo momento na história da evolução do setor, marcado por sua crescente abertura ao mercado externo e por um significativo processo de inovação tecnológica.

A guinada estratégica das montadoras consistiu em acreditar na transformação das filiais brasileiras em bases de fornecimento de veículos e motores para o mercado internacional (Carvalho, 1986). Em função disso, as exportações passaram a ocupar um lugar bem mais destacado no faturamento das montadoras, funcionando, no período da crise, como uma compensação da retração da demanda interna. Desde então, como mostra a tabela 1, a produção destinada ao mercado externo elevou-se a um patamar de aproximadamente 20 por cento da produção global da indústria automobilística.

A diversificação e a maior agressividade no mercado externo só se tornaram possíveis graças a uma profunda e extensa reestruturação da produção e dos métodos de organização industrial e gerência, processo em que um dos elementos destacados tem sido a incorporação das ITM (Tauile, 1984b; Carvalho, 1986). “O ponto inicial foi a redefinição da linha de produtos. Nesse sentido, foi muito importante o conceito de carro mundial, com um mercado abrangente”. (André Beer – Relatório Especial – *Gazeta Mercantil*) (3)

Com efeito, o lançamento de novos modelos enquadrados naquele “conceito” tornou-se o carro-chefe da política mercadológica das subsidiárias instaladas no país. Entre 1982 e 1984, a General Motors lançou o Monza; a Ford, o Escort; a Volkswagen, o Santana; e a Fiat, o Uno. Agora prevalece a idéia de somente lançarem-se produtos que possam ter penetração no mercado mundial (CNRH, 1985 e 1986). Não obstante, os novos lançamentos também tornaram-se o ponto central da estratégia de concorrência no mercado interno, transferindo para este exigências estabelecidas nos mercados externos mais sofisticados.

Sem discutirmos o que vem a ser “carro mundial”, interessa-nos é ressaltar que os novos lançamentos têm-se orientado por padrões internacionais de concepção do produto e dos métodos produtivos. Para viabilizar a produção com as novas especificações, as montadoras têm investido quantias significativas na modernização de suas linhas de montagem, através da incorporação de diferentes tipos de equipamentos automatizados de base microeletrônica, entre

(3) A este respeito, ver também o depoimento de André Beer, presidente da Anfavea, em “Por que Aumentaram as Exportações”, no Relatório Especial da *Gazeta Mercantil* – “As Montadoras” de 25/04/85:5.

os quais os robôs configuram apenas uma modalidade. Em suma, como bem coloca Tauile (1984b), “carros com concepção e projetos similares devem ser fabricados com técnicas e padrões de qualidade similares”.

No entanto, é fundamental destacar que, em comparação com o estágio alcançado pelas fábricas de automóveis da Europa, Estados Unidos e Japão, *o grau de difusão da nova tecnologia no setor automobilístico brasileiro é baixo e seu ritmo mais lento* (Carvalho, 1986). Para isso contribuem vários fatores, os mais importantes dos quais referem-se ao baixo custo da mão-de-obra no país, em comparação com os valores médios praticados nos países do Primeiro Mundo; os altos custos dos investimentos; o fato de boa parte dos equipamentos convencionais serem de instalação recente, não tendo ainda sido depreciados; e as dificuldades de manutenção dos equipamentos importados, que responderem por grande parte dos investimentos, já que a produção nacional ainda não atende à demanda de equipamentos de automação industrial mais sofisticados (Tauile, 1984b).

Todos esses fatores contribuem para que *a difusão das ITM na produção do setor automobilístico brasileiro seja seletiva e atinja apenas determinados segmentos do processo de trabalho, muito embora esteja afetando as mais diversas etapas da produção* (Carvalho, 1986). Nota-se que os equipamentos de base microeletrônica estão entrando, sobretudo, em *postos de trabalho estratégicos, do ponto de vista da qualidade do produto e/ou da desobstrução do fluxo produtivo*. A automação seletiva significa que *é baixo o grau de substituição direta de trabalho vivo*. Assim, uma característica marcante do estágio atual de incorporação das ITM é a convivência, lado a lado, de equipamentos convencionais e de um grande número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores diretos com equipamentos automatizados de controle eletrônico.

Mesmo assim, a grande diversidade de aplicações parece indicar que os projetos de incorporação de ITM não se restringirão apenas a aplicações típicas, mas têm como perspectiva a informatização mais abrangente e a maior *integração* de todas as atividades das fábricas, apesar do critério de seletividade. Sobre esse ponto, há pelo menos dois aspectos a destacar: em algumas etapas específicas da produção, como soldagem, estamparia e pintura, já é possível encontrar, em certas empresas, um alto nível de integração interna ao setor, em comparação com os processos convencionais. Isso é decorrência da utilização de máquinas de transferência/transporte e estocagem de peças em processamento, bem como o controle microeletrônico, que integram diversos postos de trabalho, além dos equipamentos destinados a substituir o trabalho vivo em operações de transformação da matéria-prima – como por exemplo, robôs, máquinas e equipamentos com controle numérico.

Ao favorecer uma maior subordinação dos trabalhadores remanescentes às linhas de produção mecanizadas e integradas, a característica emergente do novo processo produtivo – em termos de organização do trabalho – é o apro-

fundamento ou extensão da linha de montagem fordista, nos setores da produção que até então se caracterizavam por baixo nível de integração. (4)

O segundo aspecto diz respeito aos investimentos das montadoras em ITM, que não se têm restringido aos equipamentos de produção. A partir de 1984, tem havido importantes aplicações em equipamentos microeletrônicos de apoio à engenharia de projetos (sistemas CAD), de controle da produção e de tratamento dos mais diferentes fluxos de informações gerenciais. Embora sejam evidentes os limites da difusão das ITM no setor automobilístico brasileiro, em comparação com os sistemas mais avançados, isto não impede que as montadoras que lideram o processo de difusão estejam ampliando substancialmente a competitividade de seus produtos. Entre os fatores que contribuem para o aumento da competitividade destacam-se, por ordem de importância, a elevação da qualidade dos produtos (que não é incompatível com a automação seletiva) e a redução de custos, sobretudo aqueles relativos ao desperdício de matéria-prima (CNRH, 1985 e 1986; Tauile, 1984b). Na verdade, a manutenção da competitividade dos produtos é que tem permitido às montadoras instaladas no Brasil, ampliar e diversificar seus mercados externos.

As considerações feitas permitem-nos concluir que, no que diz respeito à difusão das ITM, a indústria automobilística brasileira está vivendo uma etapa de *transição* (Schmitz, 1985), que se distingue claramente da fase de maturação já alcançada nos países que lideram a concepção e produção dos equipamentos baseados nessa tecnologia. Ter consciência desta diferenciação é fundamental, do ponto de vista de quem está interessado em analisar as implicações das ITM, para a utilização da força de trabalho. Isto porque “os efeitos que surgem no período de transição, diferem dos que aparecem na etapa de maturidade; e o período de transição e aprendizado pode durar muitos anos” (Schmitz, 1985: 673).

Como veremos a seguir, as implicações das ITM para o volume e o dinamismo do emprego, no setor automobilístico, parecem estar bastante marcadas pelas características específicas da transição tecnológica. Com o objetivo de apontar para as possibilidades de generalização do conceito de transição, resta acrescentar que os autores que realizaram pesquisas sobre o tema, em outros setores industriais brasileiros, evidenciam a emergência desse mesmo padrão de difusão. É o caso de Tauile (1984) – com seu trabalho pioneiro junto

(4) Na pesquisa da qual participamos, junto às duas montadoras que lideram o processo de introdução das ITM na produção – montadoras A e B – (CNRH 1985 e 1986; Carvalho, 1986), esse tipo de arranjo para projetos de automação microeletrônica, com substituição seletiva e um razoável grau de integração, foi encontrado na soldagem, estamparia e pintura de uma das empresas e na soldagem da outra. Pelos motivos já apresentados, acreditamos que esse é o arranjo que se consolidará e se estenderá a outras empresas, atingindo as mesmas fases do processo produtivo. A manutenção da lógica fordista de organização do trabalho em processos produtivos incorporadores de ITM, levou Coriat (1983) a caracterizar esse novo tipo de processo como “linha fordiana automatizada”. Tal conceito permite identificar uma etapa de transição diferenciada do estágio mais avançado de au-

aos usuários de máquinas-ferramenta com controle numérico, que se concentravam, majoritariamente, no setor metal-mecânico e, dentro deste, no segmento produtor de bens de capital —, e de Hewitt (1986), que pesquisou os segmentos produtores de equipamentos para informática (computadores e periféricos) e de bens de consumo com componentes eletrônicos, procurando, entre outros aspectos, avaliar o grau de automação de processos nestes segmentos.

Evolução recente do emprego na indústria automobilística(5)

Os dados apresentados na tabela 2 apontam as tendências de evolução do emprego e da produção na indústria automobilística, nos anos 80, que podem ser melhor visualizadas nos gráficos 1, 2 e 3. A síntese dessas tendências poderia ser formulada da seguinte forma: *Com o atual grau de difusão da tecnologia microeletrônica na indústria automobilística brasileira, não se pode falar de desemprego decorrente da inovação tecnológica. A nova tecnologia tem ajudado a viabilizar a retomada do setor, favorecendo a ampliação e a diversificação dos mercados externos. O grande fator de demissões no setor foi a crise. Desde a reversão da recessão, a produção no setor tem crescido e, com ela, o emprego. No entanto, nas empresas onde a difusão das ITM é maior, e particularmente nos departamentos produtivos onde se concentram os investimentos nos novos automatismos, o emprego cresceu menos do que a produção. Nessas empresas e áreas, há uma clara perda de dinamismo do emprego e o substancial aumento da produtividade do trabalho.*

A nível da indústria automobilística, ou melhor, do setor produtor de veículos (gráfico 1 e tabela 2), verifica-se que a produção caiu bruscamente em 1981, levando, a partir daí, três anos para apresentar uma tendência mais positiva de recuperação. O emprego caiu mais lentamente ao longo desse período, como se estivesse ajustando-se aos novos níveis de produção.

Uma das explicações para a queda menos acelerada do emprego, comparada aos índices de produção, pode ser a própria estratégia de recursos humanos das empresas. O ajuste à nova situação seria feito mais lentamente, levando-se em conta as possibilidades de recuperação do mercado e a intenção de não “queimar” demais os investimentos em treinamento de mão-de-obra. O raciocínio é válido sobretudo se relacionado à força de trabalho qualificada. A partir da recuperação iniciada em 1985, o emprego tem crescido juntamente

tomação, em que ocorre a virtual eliminação do trabalho produtivo direto e a lógica do processo produtivo passa a assemelhar-se com aquela dos processos em fluxo contínuo (por exemplo indústrias química, petrolífera, etc.).

- (5) Devo agradecer à colaboração inestimável de Leda Gitahy, com quem tive o prazer de discutir e desenvolver muitas das idéias apresentadas neste trabalho. Ela foi responsável por uma primeira versão desta análise, incorporada ao relatório de pesquisa do CNRH (1986). Na impossibilidade de desenvolvermos este texto na condição de co-autores, assumo a responsabilidade pelas idéias aqui apresentadas. Também nos beneficiamos das discussões com Hubert Schmitz e Tom Hewitt.

TABELA 2

ÍNDICES DE PRODUÇÃO, EMPREGO E PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA
INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA
1980 = 100

ANOS	PRODUÇÃO*			EMPREGO			PRODUTIVIDADE DO TRABALHO		
	PRODUTORES DE AUTO-VEÍCULOS**	MONTADORA A	MONTADORA B	PRODUTORES DE AUTO-VEÍCULOS**	MONTADORA A	MONTADORA B	PRODUTORES DE AUTO-VEÍCULOS**	MONTADORA A	MONTADORA B
1981	66,9	57,4	76	88,3	77,9	91,3	75,2	71,6	83,5
1982	73,7	63	87,3	81	75,4	86,3	91	84	101,3
1983	76,9	66,4	100,3	78,9	75,3	96	97,7	88,4	105,4
1984	74,2	58,8	108,5	77,9	73,6	99,4	95,5	79,6	109,5
1985	82,9	69,6	114,2	87,7	90	102,4	94,3	77	112,3
1986***	94,3	76,3	99,5	94,9	100,7	102,9	98,8	76,1	97,2

Fonte: ANFAVEA.

* Inclui carros, peruas, utilitários, caminhonetas e caminhões.

** Inclui todas as montadoras de veículos.

*** Janeiro a abril.

GRÁFICO 1
VARIÇÃO DOS ÍNDICES DE PRODUÇÃO E EMPREGO 1980=100

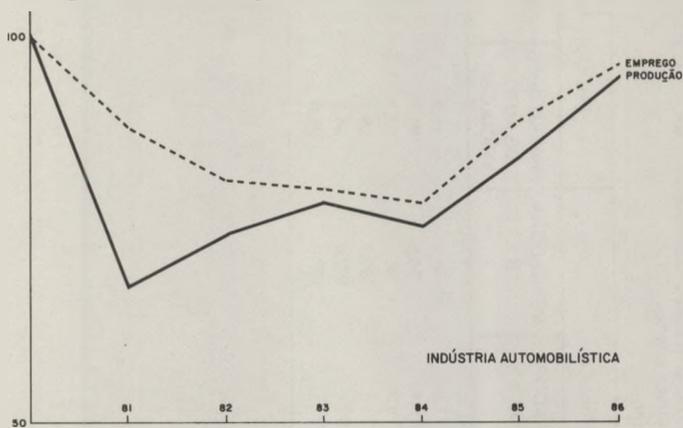


GRÁFICO 2
VARIÇÃO DOS ÍNDICES DE PRODUÇÃO E EMPREGO 1980=100

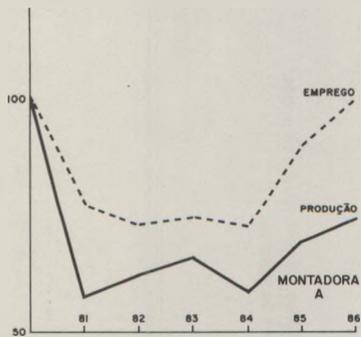
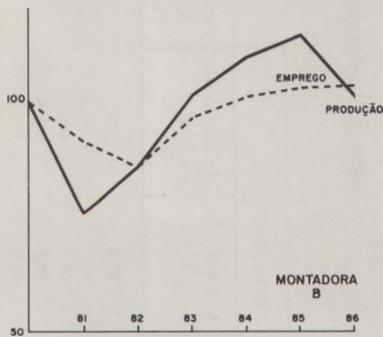


GRÁFICO 3
PRODUÇÃO DOS ÍNDICES DE PRODUÇÃO E EMPREGO 1980=100



com a produção, mostrando uma ligeira tendência de expandir-se à frente desta. Os índices de 1986, não obstante parciais, indicam uma aproximação das taxas de expansão dos dois fatores.

Os índices de produtividade do setor não apresentaram, até aqui, variação significativa para cima (tabela 2). Nos anos de recuperação, eles voltaram a aproximar-se dos valores prevaletentes na década de 70, entre 8,5 e 8,9. A conclusão que, a princípio, pode-se tirar desses dados é que, a *nível de setor*, não se pode falar, até o momento, em desemprego provocado pelas ITM. O emprego tem crescido, juntamente com a produção. Mais importante ainda: tem crescido ligeiramente à frente da produção. Uma das explicações para esta situação parece residir no fato de que – tomando-se o setor como um todo – o nível de difusão da nova tecnologia é baixo. Apesar de estar sendo utilizada pontualmente em diversas operações produtivas, só houve concentração de investimentos em ITM nos projetos integrados, em departamentos de algumas empresas. Em suma, *o grau de difusão, na fase atual, não foi suficiente para alterar o coeficiente geral de emprego do setor.*

Não obstante, a nova tecnologia parece ter contribuído para a recuperação da indústria. Ela foi importante para a diversificação dos mercados de exportações, favorecendo o grande crescimento destes em 1984 e 1985 (tabela 3). É necessário fazer uma ressalva a esta análise, para lembrar os limites de uma avaliação dos efeitos da nova tecnologia sobre o emprego, em um período de tempo tão curto. Torna-se indispensável, portanto, uma avaliação prolongada para que certas tendências ganhem contornos mais nítidos.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a efetivação de todo o potencial de ganhos de produtividade do trabalho, demanda um certo período de maturação, após o investimento, durante o qual as empresas aprendem a dominar as possibilidades do novo processo produtivo. Em segundo lugar, e mais importante, deve-se considerar que o padrão de transição caracterizado (automa-

TABELA 3

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DAS MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS

ANOS	Produtores de Automóveis		Montadora A		Montadora B	
	1.000 Unidades	Índice	1.000 Unidades	Índice	1.000 Unidades	Índice
1980	157	100	72	100	5	
1981	212	135	88	122	15	300
1982	173	110	37	51	16	320
1983	169	107	63	87	14	280
1984	196	124	50	69	32	640
1985	207	131	76	105	26	520
1986*	75	143	24	100	4	80

Fonte: ANFAVEA.

* Janeiro a abril.

ção seletiva), ainda está em constituição. Isto significa que, ainda na etapa de transição, muitos investimentos em ITM deverão ocorrer até que as empresas que ficaram para trás, no processo de difusão adequem seu processo produtivo ao padrão estabelecido por aquelas que estão à frente na utilização da tecnologia e apresentam projetos mais integrados de automação – embora seletivos –, num maior número de etapas da produção.

Este último ponto permite considerar que a análise do setor, tomado como um todo, esconde certas tendências que, em poucos anos, podem tornar-se predominantes. É aí que a análise, a nível de cada empresa, revela-se bastante útil. Se nos concentrarmos na empresa B (gráfico 3), a que mais investiu em ITM, é possível perceber que ali, ao contrário das tendências encontradas a nível do setor, desde o início da recuperação, o emprego vem crescendo a taxas menores do que a produção.

A recuperação da produtividade dessa empresa foi mais rápida do que a do setor, *superando os índices de 1980, a partir de 1983* (tabela 2). Suas exportações deram um verdadeiro salto, saindo do nível de 3 por cento em 1985 (tabela 3). Sua participação no mercado interno passou de 14 por cento, no início dos anos 80, para um patamar de 20 por cento no biênio 1984/85, seguindo dados da Anfavea. Essa reabilitação tem uma estreita semelhança com a nova tecnologia. Em 1984, no auge das vendas externas, as exportações do novo modelo representaram 73 por cento do total, reforçado por inovações de base microeletrônica em muitas de suas etapas (estamparia, funilaria e pintura).

Também na montadora B, o emprego recuperou-se juntamente com a produção. No entanto, *a oferta de trabalho expandiu-se menos do que a produção, mantendo-se ainda abaixo das taxas de crescimento de emprego para o setor* (tabela 2). Tal fato refletiu-se no significativo aumento da produtividade do trabalho até 1985 (tabela 2), que superou de longe a produtividade média do setor. No entanto, deve-se fazer uma ressalva sobre a queda da produção em 1986. É difícil avaliar este dado, à medida em que ele refere-se apenas aos quatro primeiros meses do ano. Este declínio relaciona-se com a queda brusca das exportações da montadora B, no primeiro quadrimestre do ano. Não dispúnhamos de informações a respeito desta oscilação, se decorreu da perda de contratos de exportação ou se é uma variação própria dos contratos estabelecidos.

De qualquer maneira, a evolução da produção e do emprego da montadora B, entre 1980 e 1985, mostra que, se a nova tecnologia foi importante na estratégia de recuperação da empresa, contribuindo para a expansão do emprego em termos absolutos, ela também foi responsável pela *perda do dinamismo expansionista*.

O caso da montadora A (gráfico 2) é bastante diferente. Ela foi uma das que mais sofreram os efeitos da crise. Perdeu uma fatia do mercado interno, caindo de 44 por cento do total das vendas, em 1980, para 37 por cento em 1985. Mas a queda nas vendas externas foi ainda mais substancial, como mostra a tabela 3. As exportações da montadora A caíram em 1982 e só mostraram sinais de recuperação em 1985. Ela passou da condição de líder dos

exportadores brasileiros de veículos, com uma participação de 54,3 por cento no total de unidades exportadas em 1979, para um segundo lugar em 1984, com um índice de 24,6 por cento.

A produção da empresa A sofreu, em 1981, uma retração violenta, bem mais pronunciada que a própria retração do setor, o mesmo acontecendo em relação à oferta de emprego (tabela 2). Este, todavia, embora tenha sido ajustado para baixo, entre 1981 e 1983, período em que a produção estava recuperando-se, manteve sempre seus índices em níveis superiores aos da produção, fato que está ligado à mobilização dos operários contra o desemprego. Entre 1981 e 1984, após o primeiro corte massivo de 13 mil funcionários, a empresa manteve um programa de racionalização do trabalho, visando diminuir os custos com a mão-de-obra. No entanto, a forte pressão dos operários e do sindicato impediu a continuidade das demissões em massa.

A empresa recuperou significativamente a produção em 1984 e 1985, acompanhando a retomada do crescimento do setor. Todavia, o dado mais intrigante desta história, é o salto do emprego nesses dois anos bem à frente da produção, ultrapassando, em 1986, o índice de 1980 – o que não ocorreu com o setor – (tabela 2). A explicação mais plausível para isso parece estar no fato de que, nos últimos dois anos, a montadora A ampliou substancialmente sua produção de caminhões, em relação à produção de automóveis, o que explicaria a queda do indicador de produtividade, medido pelo número de unidades produzidas por trabalhador. Outro fator pode ter sido uma contratação concentrada nos primeiros meses de 1986, tendo em vista a necessidade de cumprir um importante e volumoso contrato de exportação nos dois anos seguintes.

O que nos importa salientar nisso tudo é que, no caso da montadora A, tomada como um todo, não há qualquer evidência até aqui de desemprego ou de perda de dinamismo do emprego decorrentes da introdução das ITM. Mas isso tem de ser associado ao fato de que o grau de difusão da nova tecnologia nesta empresa é muito baixo, em comparação com o que foi possível observar na montadora B. A entrada de equipamentos industriais com controle eletrônico – embora fazendo-se presente em pontos distintos da produção – só se concentrou na área de soldagem, onde há maior integração, permitindo sentir como a nova tecnologia poupa mão-de-obra.

A montadora A vem aplicando todos os seus esforços para tentar abrir novos mercados no exterior. Sua administração considera que o crescimento das exportações, até o final da década, é seu mais importante desafio (CNRH, 1985). A continuidade da inovação, com base nas ITM, está, assim, garantida: a empresa implantou, esse ano, mais 16 robôs em uma de suas linhas voltadas para a exportação e, nos próximos anos, promete introduzir muitas mudanças com relação ao quadro atual.

A tendência de perda de dinamismo do emprego, verificada na empresa mais automatizada, é ainda mais acentuada se se restringe a análise às áreas da produção onde se concentraram os novos automatismos (pontos de introdução da nova tecnologia). Aí, a comparação de linhas convencionais e linhas

automatizadas evidencia uma significativa redução dos postos de trabalho nestas últimas, para volumes de produção equivalentes.

As informações constantes da tabela 4 são bastante expressivas. Elas se referem aos setores de soldagem (funilaria) das duas empresas pesquisadas e se baseiam na comparação de duas linhas de produção ativas, uma convencional e outra automatizada microeletronicamente.(6)

TABELA 4

ELETIVOS DE PESSOAL E PRODUÇÃO NO SETOR DE SOLDAGEM
LINHA CONVENCIONAL X LINHA AUTOMATIZADA
MONTADORAS A E B

LINHA	ELETIVO DE PESSOAL ^a	PRODUÇÃO ^b	ELETIVOS AME	% ELETIVOS CONVENCIONAL
Convencional "A" ^{**}	198	200		83,3%
Automatizada "A"	166	200		
Convencional "B" ^{***}	362	371		60,7%
Automatizada "B" ^{***}	220	385		

Fonte: Setores de Soldagem (armação) das Montadoras "A" e "B".

a - Dados agregados para os dois turnos. Somente horistas de produção, excluídos os de manutenção.

b - Produção diária.

* Dezembro de 1984.

** Julho de 1985.

Os dados revelam que a entrada das linhas automatizadas, no lugar de outras linhas que usavam tecnologia convencional e foram desativadas, está levando a uma *redução dos postos de trabalho diretos das áreas de soldagem*. Para volumes de produção semelhantes, as novas linhas empregam menos trabalhadores do que as convencionais. O caso mais destacado, e não podia deixar de ser, é o do setor de soldagem da montadora B: a soldagem de carrocerias na linha automatizada a empresa empregava, em julho de 1985, aproximadamente *40 por cento menos operários de produção* do que a linha convencional, para volumes de produção quase iguais.

Devemos fazer a ressalva de que esta redução não resulta apenas das ITM, mas também do "design" do novo produto, que seguiu a orientação de buscar reduzir o número de pontos de solda necessários. De qualquer maneira, este é o resultado do conjunto das inovações tecnológicas. É importante observar que tal redução ocorre apesar do grau de substituição direta de homens por máquinas não ser muito elevado. As economias indiretas, decorrentes da intensificação do trabalho obtida com sua maior integração às linhas (resultado da

(6) Os modelos comparados na montadora B equivalem-se em tamanho; no caso da montadora A, o novo modelo é maior e recebe um maior número de solda.

redução da porosidade da jornada de trabalho e, eventualmente, da intensificação do ritmo), também estão contribuindo, possivelmente na mesma proporção que a substituição, para a economia global de mão-de-obra.

É certo que os dados da tabela 4 referem-se a um setor específico das fábricas, que emprega menos de 10 por cento do total da força de trabalho. Eles não são bons referenciais do que ocorre na fábrica como um todo, mas são significativos como *indicadores do potencial de liberação de mão-de-obra da nova tecnologia*, pois referem-se à área onde ela está sendo introduzida com maior intensidade. Neste sentido, servem de *alerta* para o que poderá ocorrer à medida que aumente o grau de difusão das ITM, mesmo com a manutenção de sua característica seletiva.

À medida que projetos integrados de automação, como os encontrados nas áreas de soldagem das montadoras pesquisadas, se difundam para um maior número de empresas e se diversifiquem no sentido de atingir outras etapas produtivas, a tendência à diminuição da capacidade de geração de novos empregos poderá tornar-se predominante no setor. Este alerta ganha sentido à medida que há indicadores (CNRH, 1985 e 1986) de que a incorporação da nova tecnologia seguirá sendo feita, nos próximos quatro a cinco anos, a despeito do ritmo e seletividade atuais.

Os setores mais visados continuarão sendo a estamperia, a soldagem e a pintura das montadoras, que utilizam um grande contingente de mão-de-obra semi-qualificada. Mas também as áreas de ferramentaria, que basicamente são operadas por oficiais mecânicos altamente qualificados, serão atingidos pela incorporação de máquinas-ferramenta com controle numérico.

O processo prosseguirá à medida em que as últimas linhas convencionais sejam substituídas por novos modelos. O maior ou menor sucesso das indústrias nacionais fabricantes de robôs – cujos projetos já estão em desenvolvimento –, também influenciará o ritmo futuro. Por outro lado, uma tendência que se acentuou no último ano é a da informatização massiva das atividades de engenharia e gerência, afetando o emprego do pessoal de escritório. Este deve ser um ponto importante, a nosso ver, de qualquer agenda de pesquisas futuras sobre a inovação tecnológica na indústria.

No caso de deslocamentos futuros da mão-de-obra, como resultado da maior difusão das ITM, a ocorrência ou não de demissões dependerá de dois fatores. De um lado, da capacidade de pressão e negociação das comissões de fábrica e dos sindicatos. A partir delas, os trabalhadores poderão obter uma transição tecnológica negociada, com programas de reabsorção do pessoal deslocado, como exemplificam os programas de mão-de-obra temporária adotados em 1983.

Do outro lado, perspectivas otimistas só podem ser mantidas num quadro de recuperação sustentada do crescimento econômico e da indústria automobilística, que viabilize a continuidade da expansão da produção e do emprego.

As alterações na composição da mão-de-obra

De que maneira as mudanças tecnológicas em curso na indústria automobilística estão acarretando alterações na composição da mão-de-obra? Esta pergunta encontra resposta na análise das modificações ocorridas na composição da mão-de-obra horista⁽⁷⁾ da montadora B, tomando como base sua distribuição na estrutura de cargos da empresa, que foram agrupados em função do grau da qualificação e da natureza do trabalho.

As tabelas 5 e 6 nos mostram que houve um aumento da proporção dos trabalhadores classificados nas categorias mais especializadas. Em outros termos, *a parcela qualificada da força de trabalho aumentou, em termos relativos, como decorrência do processo de inovação tecnológica*⁽⁸⁾.

Trata-se de um aumento pequeno, mas suficiente para revelar as tendências de alteração da estrutura da mão-de-obra. É interessante perceber o grande crescimento (73 por cento) do pessoal ligado à manutenção (tabela 5), afimcluída a ferramentaria. O fato de haver crescido a um índice três vezes maior do que a taxa de crescimento dos operários de produção, levou à ampliação de sua participação, de 8,2 para 11,1 por cento, no total da mão-de-obra horista.

TABELA 5

COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA HORISTA POR OCUPAÇÃO* MONTADORA B

OCUPAÇÃO	1982		1984		1984/1982
	Nº DE TRAB.	% DO TOTAL	Nº DE TRAB.	% DO TOTAL	
Operários de Produção	4.095	91,8	5.127	88,9	1,25
Operários de Manutenção**	368	8,2	639	11,1	1,73
Total	4.463	100	5.766	100	1,29

Fonte: Departamento de Pessoal da Montadora B.

* Refere-se à mão-de-obra horista das seguintes áreas: Usinagem, Carroceria, Pintura e Montagem Final.

** Inclui mecânicos, eletricitas, eletricitas-eletrônicos e ferramenteiros.

(7) A pesquisa em que nos baseamos restringiu-se a levantar os dados relativos aos trabalhadores horistas, que correspondem, grosso modo, aos operários. Os trabalhadores mensa-listas (administrativos e chefias de produção) não foram abrangidos.

(8) Esta tendência, por si mesma, não deve ser interpretada como um aumento da qualificação do conjunto da força de trabalho. A avaliação das mudanças na qualificação exige uma análise do conteúdo das tarefas. A escala ocupacional, embora sirva como uma referência dos níveis relativos de qualificação dos cargos, também reflete os aspectos salariais, que são influenciados por outros fatores.

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA HORISTA POR CATEGORIA DE
ESPECIALIZAÇÃO – MONTADORA B*

OCUPAÇÃO	1982		1984		1984/1982
	Nº DE TRAB.	% DO TOTAL	Nº DE TRAB.	% DO TOTAL	
Semi-Qualificados**	4.010	89,8	5.029	87,2	1,25
Qualificados***	453	10,2	737	12,8	1,62
Total	4.463	100	5.766	100	1,29

Fonte: Departamento de Pessoal da Montadora B.

* Usinagem, Carroceria, Pintura e Montagem Final.

** Inclui os níveis (graus) de 6 a 9.

*** Inclui os níveis de 10 a 14.

Isso reflete-se na proporção entre trabalhadores semi-qualificados e qualificados. Como a maioria dos trabalhadores de produção estão classificados em cargos considerados pela empresa como semi-especializados(9) – ao passo que os trabalhadores de manutenção encontram-se *todos* entre os graus considerados especializados na estrutura de cargos, há uma perfeita simetria na estrutura ocupacional entre operários de produção e semiquualificados, de um lado, e operários de manutenção e qualificados, de outro.

A tabela 6 mostra, assim, o aumento da proporção dos trabalhadores qualificados no total da mão-de-obra horista da montadora B, reforçando nossas observações. Vale a pena identificar como estas tendências, mais amplas, estão se desdobrando em categorias e setores de produção específicos. Na área de submontagem (soldagem), a proporção dos operários de produção em relação ao total da mão-de-obra horista da fábrica caiu de 19,6 por cento em 1982 para 17,7 em 1984(10), refletindo a perda de dinamismo do emprego comentada anteriormente. Já o crescimento da proporção de trabalhadores de manutenção ocorreu para todas as categorias enquadradas como tal, sendo mais pronunciado entre os eletricitistas e eletricitistas-eletrônicos.

A conclusão mais importante a que se chegar destas considerações pode ser assim sintetizada: *com a tecnologia microeletrônica, a expansão dos*

(9) A maioria dos trabalhadores não-qualificados estão alocados em tarefas de limpeza, zelandoria, etc. É muito pequena a parcela de não-qualificados diretamente envolvida com a produção. O processo de inovação tecnológica não tem afetado seu trabalho e por isso não foram considerados nesta análise.

(10) De acordo com as informações do Departamento de Pessoal da Empresa B, o total, no caso, refere-se apenas à soma do número de horistas da usinagem, carroceria, pintura e montagem final.

empregos classificados como qualificados foi bem maior do que a dos classificados como semi-qualificados, aumentando a proporção dos primeiros no total da força de trabalho horista. Isso decorreu, sobretudo, da grande expansão do contingente de trabalhadores de manutenção.

A conclusão é reforçada pelo exame das modificações ocorridas na estrutura de cargos de horistas da montadora B.

Embora, no conjunto, seja baixo o grau de alteração desta estrutura (com a preservação da quase totalidade das ocupações desenhadas em função da tecnologia anterior), *todos os novos cargos criados* (Pintor de Reparos, Eletricista-Eletrônico, Inspetor de Verificação do Padrão de Uniformidade) *correspondem a funções qualificadas* (Carvalho, 1986 e CNRH, 1986).

O outro lado da moeda: novas tecnologias criam empregos

Avaliações como a precedente, nos setores industriais cujos processos produtivos estão sendo afetados pela nova tecnologia, são importantes no que diz respeito às *perdas* de empregos, reais ou potenciais. Afinal, é no nível dos setores usuários que tais perdas se manifestam ou podem vir a se manifestar. Todavia, elas são insuficientes quando se trata de considerar a avaliação dos macroefeitos líquidos da nova tecnologia para o nível de emprego (Schmitz, 1985). Torna-se necessário considerar que "as novas tecnologias também têm o efeito de criar empregos" (Schmitz, 1985: 648).

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que se criam empregos nos setores que produzem a nova tecnologia, particularmente nas indústrias produtoras de bens de capital de base microeletrônica (computadores e periféricos; equipamentos de automação) e na indústria de componentes eletrônicos. Hewitt (1986) salienta que enquanto o emprego no conjunto do setor eletro-eletrônico sofreu um significativo declínio entre 1980 e 1984, acompanhando o comportamento da indústria de transformação, o número de empregados no segmento nacional da indústria de computadores e periféricos cresceu de quatro mil trabalhadores em 1979 para aproximadamente 30 mil, no fim de 1985 (Hewitt, 1986:13).

A garantia de reserva para as firmas nacionais no segmento mais dinâmico do mercado (micro e mini-computadores) foi a principal responsável por este crescimento, ao mesmo tempo que responde também pela estagnação do emprego entre o grupo de empresas multinacionais do setor.

Os dados são ainda mais significativos quando são considerados alguns aspectos da composição da mão-de-obra. A partir de uma amostra de oito empresas produtoras de equipamentos de informática, para as quais dispunha de dados suficientemente desagregados, Hewitt (1986:25) constatou que, entre as empresas nacionais, considerando apenas as atividades de produção, pesquisa e desenvolvimento, o número de engenheiros e técnicos correspondia a 22,5 por cento do total da mão-de-obra empregada, ao passo que para as empresas

multinacionais da amostra o número de engenheiros e técnicos, nas mesmas atividades, correspondia a 13,2 por cento do total da força de trabalho.

Isto expressa a maior capacidade do segmento nacional, que não pode recorrer às suas "matrizes", de criar ocupações qualificadas. As implicações de tal situação para o futuro do emprego no setor são significativas. Como bem coloca Hewitt (1986:19), "uma indústria intensiva em trabalho semi-qualificado pode trazer a vantagem de criar empregos muito necessários; todavia, se isto não é combinado com a presença de uma força de trabalho mais qualificada, então as condições para internalizar qualificações e capacitação tecnológica e a dinâmica futura de indústria se tornam, para dizer o mínimo, precárias."

Não é possível, no âmbito deste trabalho, estendermo-nos mais sobre a situação da indústria de computadores e periféricos. Apenas pretendemos, com os dados apresentados, exemplificar o potencial de criação de empregos proporcionado pela internalização da indústria produtora de equipamentos e componentes de base microeletrônica. Em particular, é possível perceber a importância, neste sentido, de uma política nacional agressiva, destinada a garantir não apenas a produção local desses equipamentos, mas também a internalização da capacitação tecnológica. Nesse sentido, a extensão da reserva de mercado para a indústria produtora de equipamentos de automação industrial, com controle eletrônico, parece um passo socialmente sensato.

No entanto, a reserva de mercado, embora necessária, não constitui condição suficiente para o melhor aproveitamento do potencial de geração de novos empregos da indústria emergente, sobretudo no que se refere às ocupações qualificadas. O estudo de Hewitt também demonstra grande escassez de técnicos e engenheiros em qualidade e quantidade para atender à demanda da indústria de equipamentos de informática. O principal determinante de tal escassez, segundo o autor, é a insuficiência dos esforços destinados a expandir e adaptar as universidades e escolas técnicas para proporcionar o treinamento necessário voltado para a criação da força de trabalho qualificada em eletrônica. Ele conclui que "há uma necessidade urgente de reforçar e expandir a infraestrutura voltada para o treinamento de recursos humanos em eletrônica" (Hewitt, 1986:8).

Além dos efeitos de criação de empregos decorrentes do desenvolvimento das indústrias produtoras de bens de capital e componentes microeletrônicos, é possível ainda correlacionar positivamente a inovação tecnológica e a geração de empregos de outra maneira. Voltamos, assim, a um argumento colocado no início deste trabalho. Com o agravamento do endividamento externo da economia brasileira, o desempenho das exportações passou a ter uma nova importância estratégica para o país. Desde então, o Brasil não tem podido contar com recursos externos para a obtenção de divisas, dependendo, para tanto, quase que exclusivamente do saldo de sua balança comercial.

Este parece ter sido o principal determinante da *mudança estrutural do comportamento da demanda de manufaturados brasileiros*. Nos últimos cinco anos, se tomarmos a produção industrial como um todo, é possível constatar

um deslocamento significativo de sua destinação do mercado interno para o mercado externo. Enquanto a produção da indústria de transformação está hoje se aproximando dos níveis de 1980, as exportações de manufaturados não cessaram de crescer, de maneira que a participação das últimas, em relação à primeira, cresceu mais de 70 por cento entre 1981 e 1985 (Suzigan e Kandir, 1986).

O aumento da competitividade dos manufaturados brasileiros no mercado externo assentou-se numa multiplicidade de fatores: política cambial agressiva, aumento da produtividade e redução dos salários reais, entre 1981 e 1984. Mas certamente um dos indicadores mais destacados foi a modernização de boa parte dos setores exportadores (bens de capital, armamentos, aeronáutica, automobilística), com base na incorporação de ITM. As pesquisas disponíveis (Tauille, 1984 e 1984b; CNRH, 1985 e 1986) atestam que a principal contribuição da nova tecnologia para o aumento da competitividade dos produtos é a melhoria de sua qualidade, ou seja, a obtenção de uma produção mais precisa, homogênea e confiável.

Considerando estes argumentos, parece razoável estabelecer uma correlação positiva entre incorporação das ITM e geração de empregos, a partir do entendimento de que a opção, por não modernizar a indústria, não é uma opção neutra do ponto de vista do emprego. A questão que se coloca é: que perdas de mercado, produção e emprego ocorrerão, sobretudo nas indústrias exportadoras mais intensivas em capital e tecnologia, caso elas se tornem obsoletas?

Obviamente, esta conclusão não descarta a necessidade de uma política social atuante destinada a proteger o emprego nos setores que estão se modernizando. Afinal, para um oficial-mecânico desempregado da indústria metal-mecânica, pouco ajuda a crescente oferta de empregos para técnicos eletrônicos na indústria de computadores. Nesse sentido, a implantação de uma legislação que fortaleça a capacidade de negociação dos trabalhadores parece indispensável, para que se possa garantir, a nível de cada empresa, que a transição tecnológica seja associada a um programa social negociado, que evite demissões, perdas de salários e contribua para que os trabalhadores possam participar dos ganhos de produtividade.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, R. Q., (1986). "Automação e trabalho – implicações sociais da tecnologia microeletrônica na indústria automobilística brasileira". Tese de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, IFCH. Campinas: Unicamp.
- CNRH/IPEA, (1985). "Estudo de caso na montadora "A" de automóveis, relatório de pesquisa do Projeto Impactos Econômicos e Sociais da Tecnologia Microeletrônica na Indústria Brasileira". Relatório de pesquisa, por J. C. Peliano, M. M. Cassiolato, N.H.B. Sousa, R. Neder e R. Q. Carvalho. Brasília: CNRH/IPEA.
- _____, (1986). "Estudo de caso da montadora "B" de automóveis". Relatório de pesquisa, por J. C. Peliano, M. M. Cassiolato, L. Gitahy, N. H. B. Souza e R. Q. Carvalho. Brasília: CNRH/IPEA.
- CORIAT, B., (1983). "autômatos, robôs e a classe operária". Novos estudos CEBRAP, Vol, 2, nº 2, julho. São Paulo: CEBRAP.
- HEWITT, T., (1986). "Internalising the social benefits of electronics: case studies in the Brazilian Informatics and Consumer Electronics Industry". Preparo para o Projeto OIT/P-NUD/CNRH/IPEA (BRA/82/024). Brasília.
- KAPLINSKY, R., (1984). *Automation – the technology and society*. Londres: Longman.
- SCHMITZ, H., (1965). "A microeletrônica: suas implicações sobre o emprego e o salário". In: *Pesquisa e planejamento econômico*. Rio de Janeiro: IPEA, nº 15 (3), dezembro.
- SUZIGAN, W., e A. Kandir, (1986). "O desempenho da indústria em 1985". In: *Revista de Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, Vol. 6, nº 2, abril-junho.
- TAUILE, J. R., (1984). "Microeletrônica, automação e desenvolvimento econômico: o caso das máquinas-ferramenta com controle numérico no Brasil". Tese de Doutorado. Nova Iorque: New School of Social Research.
- _____, (1984b). "Employment effect of micro-electronic equipment in the Brazilian Automobile Industry". *Working paper, world employment programme research*. Genebra: OIT, WEP 2-22/WP.

ABSTRACT

EFFECTS OF TECHNOLOGICAL INNOVATION BASED ON MICRO-ELECTRONICS ON INDUSTRIAL EMPLOYMENT IN BRAZIL

The author synthesizes the main results of recent studies on the implications of technological innovations in micro-electronics (TIM) for the volume and the dynamism of employment and for the composition of the work force in electronics and automobile industries. He detects a positive correlation between TIM incorporation and generation of employment, which does not exclude resulting unemployment among less qualified workers. It is necessary to assure, within each industrial company, that technological transition be associated with a negotiated social program.

RESUME

LES EFFETS DE L'INNOVATION TECHNOLOGIQUE DE BASE MICRO-ELECTRONIQUE SUR L'EMPLOI INDUSTRIEL AU BRÉSIL

Il s'agit ici d'une systématisation des résultats d'études récentes sur les implications d'innovations technologiques de base micro-électronique (ITM) pour le volume et le dynamisme de l'emploi et pour la composition de la main-d'oeuvre dans l'industrie automobile et l'industrie électronique. L'auteur identifie une corrélation positive entre l'incorporation d'ITM et la création d'emplois, ce qui n'empêche pas le licenciement des moins qualifiés. Il faudrait assurer, au niveau de chaque entreprise, que la transition technologique soit associée à un programme social négocié.

MULTINACIONAIS E “PELEGUISMO” NO BRASIL: O CASO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SALVADOR, BAHIA**

João Gabriel Teixeira*

RESUMO

Tentativa de mostrar como o atrelamento do sindicato ao Estado e o incentivo ao “peleguismo” assistencialista, podem ser utilizados eficazmente pelas sucursais das empresas multinacionais, localizadas em Aratu (Salvador, Bahia). A experiência de “peleguismo” aqui analisada, pode servir de modelo comparativo para outros estudos sobre o sindicalismo brasileiro contemporâneo.

Este trabalho tem como objetivo mostrar a relação entre as ações políticas – postas em prática pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador (SMS) – e a conformação ideológica dos operários do mesmo setor, no Centro Industrial de Aratu, implantado na periferia da capital baiana na década de 60. Secundariamente, insinua-se como o sistema de relações industriais introduzido pelas firmas (do qual as práticas do SMS faziam parte), funcionou na estratégia do grande capital industrial da Bahia.

A pesquisa que levou a este “paper” foi realizada nos anos 1979 e 1980 em “Aratu”, e foi atualizada até 1982, na sua parte histórica. Ela resultou na tese de doutoramento⁽¹⁾ da qual foram condensados dois capítulos para constituir a base deste trabalho. No decorrer da pesquisa – que visava estudar a ideologia dos operários de “Aratu”, enquanto caso de industrialização recente –, tornou-se igualmente coincidente e conveniente que o trabalho de campo fosse viável em duas fábricas incluídas ao agregado metalúrgico. Ambas as indústrias metalúrgicas estudadas empregavam operários que estavam sob a jurisdição sindical e na área geográfica compreendida pelo SMS⁽²⁾, que tinha sido instru-

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Sussex, professor e chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

** Versão revista a partir de críticas e sugestões de colegas e pareceristas.

(1) *Os Metalúrgicos de Salvador, Bahia, Um Estudo de Ideologia Operária*, submetida ao Departamento de Sociologia da Universidade de Sussex, foi aprovada em junho de 1984.

(2) O Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador (SMS) abrange operários dos setores metalúrgico, mecânico e de material elétrico. Embora sediado em Salvador, o SMS “cobre” operários dos mesmos setores, na maioria das cidades da Região Metropolitana de Salvador e do “Recôncavo Baiano”: Simões Filho, Catu, Lauro de Freitas, Camaçari, Pojuca, São Francisco do Conde e Candeias, além de Alagoinhas e Feira de Santana – o segundo centro urbano-industrial da Bahia.

mental, pelo menos durante 15 anos (1964-1979), do processo de conformação e comprometimento dos metalúrgicos de Salvador aos empregos industriais nessas e nas demais fábricas do setor em "Aratu".

Tentaremos mostrar que, se se aceitam os sindicatos ou o sindicalismo como um aparato ideológico importante da classe operária, a experiência de "peleguismo"⁽³⁾ no SMS é bastante significativa. Primeiro, porque representa uma versão baiana do tipo de sindicalismo então grassando em outras áreas do país; e, segundo, pela época em que se deu seu surgimento. Essa forma regional de "peleguismo" coincidiu com o começo da repressão ao movimento operário brasileiro em 1964, quando o regime militar apontou uma direção "pelega" para o SMS. Além do mais, essa experiência de "peleguismo" forma o quadro sindical referente aos anos de maior "pique" do processo de instalação de novas fábricas em "Aratu" (1966-1975).

Primeiramente, teceremos algumas considerações a respeito das consequências sociais e ideológicas da implantação de "Aratu" para, então, colocar brevemente o tema, do ponto de vista da teoria marxista sobre a relação entre sindicalismo e ideologia. A seguir, narraremos a história do SMS e, finalmente, retomaremos as questões teóricas propostas, sobre o pano de fundo do papel do SMS junto aos operários de "Aratu".

"Aratu" e a face rasgada de Salvador

O projeto de construção de "Aratu" foi elaborado em 1965, como um grande complexo industrial planejado pelo governo, que tinha como principal objetivo – junto com esforços similares em outros estados brasileiros – a descentralização da economia brasileira, concentrada no Sudeste do país. "Aratu", na verdade, começou em 1966, quando a área recebeu as primeiras unidades industriais beneficiadas com incentivos fiscais federais e locais. Essas fábricas foram atraídas principalmente pela acessibilidade a lotes urbanizados, vendidos a preços subsidiados, além de estímulos financeiros e fiscais.

Criticando os fundamentos econômicos desses projetos industriais descentralizantes, M. Brandão (1982) afirma: "Os novos centros industriais ou pretensos pólos de desenvolvimento têm em comum o fato de serem, da perspectiva da região hospedeira, realizações de fora, i.e., iniciativas do governo central, envolvendo maciças transferências de capital, materializadas em pequenos intervalos de tempo. Ainda que o processo decisório envolvido não desconheça pressões de origem local, o fundamental dessa nova fase de industrialização fora do Sudeste é a sua absoluta autonomia em relação aos processos de acumulação e distribuição da renda, vigentes até o momento na re-

(3) Neste trabalho, o termo é usado no sentido do rótulo empregado para líderes sindicais, que fraquejam em tomar posições, quando em negociações trabalhistas, em favor dos operários que representam. Literalmente, "pelego" é uma pele de carneiro, que se coloca entre o montador e a sela do cavalo, com parte lanosa para cima, amaciando a "montaria" do cavaleiro.

gião recipiente, inclusive face aos próprios empreendimentos da industrialização recente. Isto é, não há qualquer relação necessária entre as atividades dos novos complexos e as mais modernas indústrias instaladas na mesma área, na década de 60" (p. 6).

No âmbito local, o principal objetivo de "Aratu", nas palavras de representantes do governo estadual, era "curar" a enigmática "involução industrial baiana"⁽⁴⁾. Dessa forma, a criação do pólo rapidamente mudou o perfil industrial da Bahia e especialmente a face geográfica da Região Metropolitana de Salvador. Brandão (op. cit.) confirma: "... Enquanto o emprego industrial total cresceria, no Estado, nos anos 60, apenas 19 por cento, nos setores de minerais não-metálicos, química, metalurgia, mecânica, material elétrico, comunicações e transporte, quase todos concentrados na região de Salvador, ele aumentou em 80,35 por cento. . ." (p. 10).

Além disso, de 1963 a 1975, 75 por cento dos empregos industriais e 95 por cento do valor dos investimentos que haviam sido alocados para o Estado da Bahia pela Sudene, estavam ligados a setores industriais quase inteiramente novos à região. Principalmente como resultado da implantação de "Aratu" e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), o número de operários industriais na RMS cresceu 92 por cento de 1970 a 1978. O número de empregos fabris, na RMS, no entido restrito, podia ser estimado em 52 mil em 1978, contra pouco mais de 27 mil em 1970, o que representa um aumento de quase 94 por cento⁽⁵⁾.

"Aratu", junto com outros centros industriais similares do mesmo período, tem sido considerado um "pólo de desenvolvimento" ou "enclave", dependendo do posicionamento do estudioso em relação às suas conseqüências sociais. Aqueles que defendem a primeira definição acreditam que "Aratu" era, pelo menos parcialmente, a "mola propulsora" de um crescimento econômico harmonioso na região. Por outro lado, aqueles que preferiram denominá-lo de "enclave", tinham em mente suas "descontinuidades estruturais". De qualquer forma, nossa resposta à questão parece ser irrelevante.

Para os nossos propósitos cabe, porém, a informação de que o salário mínimo legal mensal dos metalúrgicos, em maio de 1979, era de Cr\$ 3.600, ou seja, duas vezes o salário mínimo regional de Cr\$ 1.797. Numa das fábricas estudadas, a maioria dos operários não qualificados e semiquilificados percebia, em média, quase três vezes o salário mínimo da categoria. Na outra, por outro lado, mais de 70 por cento dos operários semiquilificados recebiam entre um e dois salários mínimos da categoria, enquanto mais de 70 por cento dos qualificados recebiam quase três salários mínimos da categoria. Além disso, a

(4) Carvalho (1969) registrou no Estado da Bahia, no final do século passado, uma diversidade de manufaturas que não existia nas décadas de 40 ou 50. Esse fenômeno levou Tavares (1966), por exemplo, a sugerir uma "involução industrial baiana".

(5) Todos os números e percentagens mencionados foram retirados de Brandão (op. cit.), que usou os resultados do PNAD para 1978 e o Censo Industrial de 1975.

PNAD de 1978 mostrou que mais de 60 por cento da população economicamente ativa da RMS recebia rendas inferiores a dois salários mínimos regionais e quase 23 por cento entre dois e cinco salários, enquanto a percentagem daqueles recebendo acima de cinco salários mínimos regionais era de apenas 14,6 por cento. Essas informações sobre renda na Região Metropolitana de Salvador e os salários recebidos nas duas fábricas mostram que os metalúrgicos realmente formavam uma porção relativamente privilegiada da PEA na RMS.

Entretanto, deve-se enfatizar também que a descentralização seletiva das atividades industriais, da qual "Aratu" era apenas uma versão baiana, excedia os limites da economia industrial do país. Em outras palavras, as duas fábricas estudadas, além de formarem parte do grande parque industrial de "Aratu", eram ambas sucursais de corporações multinacionais.

F.1 é uma fábrica de alumínio, possuindo duas unidades de fabricação em "Aratu". A maior das duas unidades produz o alumínio puro. A menor, molda esse alumínio em cabos e fios. F.1 é considerada uma das maiores empresas de "Aratu" em número de empregados (762 em junho de 1979). Foi constituída em 1966 e começou a operar em 1969, inicialmente apenas com a unidade de cabos. Em 1971, a segunda unidade começou a produção de tarugos e lingotes de alumínio. Tem sido repetidamente incluída na lista das 15 maiores empresas industriais da Bahia, em termos de volume de capital, produção, lucro líquido e consumo de energia elétrica.

A segunda fábrica (F.2) é muito menor, além de possuir apenas uma unidade fabril montadora de brocas e outros implementos usados na perfuração de poços de petróleo em "Aratu". É sucursal de uma corporação de origem norte-americana e, em dezembro de 1979, possuía 306 empregados, dos quais apenas 198 estavam diretamente ocupados na produção. Embora F.2 tenha participado muito raramente da lista de *200 Maiores Indústrias da Bahia* publicada pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEBA), é também uma fábrica importante no contexto de "Aratu", devido à alta especialização dos seus produtos. É a única do seu tipo no Brasil e 70 por cento da sua produção de brocas tritônicas, "*slip dogs*", "*tool joints*" e "*fillers*", utilizadas na extração de petróleo e na mineração, atende às demandas diretas da Petrobrás.

Sindicalismo e ideologia

Existe uma longa tradição na literatura marxista a respeito do papel dos sindicatos no desenvolvimento da consciência política de trabalhadores. Em geral, essa tradição indica uma divisão entre duas linhas de avaliação deste papel. Hyman (1975) diz que "... alguns dos mais profundos e duradouros 'insights' da sociologia do sindicalismo derivam de escritores com objetivos acadêmicos menos estreitos". Isto posto, Hyman sumaria as perspectivas que os teóricos socialistas têm gerado em duas amplas categorias: "... aquelas abordagens que discernem um potencial revolucionário significativo na atividade sindical e

aquelas que argüem que tal atividade em si mesma, não facilita (ou mesmo que inibe) a transformação revolucionária da sociedade capitalista” (p. 1 e 2)⁽⁶⁾.

A primeira perspectiva apresenta uma avaliação otimista do papel dos sindicatos, como está exemplificada nos escritos iniciais de Marx e Engels. Eles consideravam os sindicatos *combinações* que se tornavam verdadeiras *trincheiras* dos trabalhadores, na sua luta contra os empregadores, necessários para destruição da *competição* entre os operários⁽⁷⁾. A segunda perspectiva (ou visão pessimista) pode ser identificada na crítica de Lênin aos sindicatos, por sua tendência a acomodarem-se dentro do sistema capitalista e na sua defesa do Partido como o único organismo capaz de desenvolver o potencial revolucionário dos trabalhadores. Lênin considerava, em 1902 que, isoladamente, o movimento operário possuía capacidade de desenvolver apenas a consciência sindical ou “obreirista” dos operários. Hyman (op. cit.) confirma que “a análise do sindicalismo apresentada por Lênin em *O Que Fazer?*, permanece influente: é lugar comum que os sindicatos, sendo capazes de alcançar seus objetivos econômicos dentro do sistema capitalista, demonstrem uma tendência natural à integração a este mesmo sistema” (p. 14).

Marx e Engels, em seus escritos posteriores, também vieram a expressar reservas acerca da capacidade dos sindicatos em desenvolver a consciência de classe dos operários. Referimo-nos às críticas dos mesmos aos sindicatos britânicos da segunda metade do século passado: (1) os sindicatos representavam não apenas a totalidade da classe operária, mas uma minoria aristocrática e privilegiada; (2) a corrupção dos líderes traidores da classe; (3) o aburguesamento da classe operária britânica, resultante da posição monopolista do capitalismo inglês naquela época. Esses fatores transitórios ou temporários eram vistos por ambos como a ausência de iniciativa revolucionária nos sindicatos britânicos. Não obstante, Marx escreveu ainda em *O Capital* que o sindicalismo é a rota pela qual “a produção capitalista cria, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação”.

Embora reconhecendo o papel limitado dos sindicatos no processo de formação da ideologia operária, parece que, no caso dos metalúrgicos baianos, é a ausência de uma forte tradição de sindicalismo o fator central na explicação da incipiente consciência de classe, dado revelado posteriormente em nosso estudo. Encontramos apoio para esta posição no convincente argumento de Hyman (op. cit.): “A evolução do capitalismo industrial fornece as pré-condições para a organização coletiva, juntar os trabalhadores em grandes aglomerações e ao criar as privações que os levam à união. Essa união, transcendendo a competição no mercado de trabalho, em si mesma ameaça a estabilidade do capitalismo: ela também desenvolve a consciência de classe dos trabalhadores e os treina em métodos de luta. As limitadas conquistas econômicas dos seus sindicatos, levam os trabalhadores a adotarem formas políticas de ação e, em

(6) As traduções para o português, de textos originalmente em inglês, são da nossa autoria.

(7) Veja-se, a respeito, Engels, *op. cit.*, p. 205 e Marx, *op. cit.*, p. 172.

última análise, a desafiar diretamente a estrutura da dominação capitalista” (p. 3). Diríamos que tal colocação é particularmente relevante ao processo de conformação dos trabalhadores às necessidades industrializantes da Bahia.

Primeiro, sua participação em atividades sindicais foi bastante “ritualística”. Segundo, a liderança do SMS não era confiável, em termos de vontade e habilidade de fornecer informações sobre os fatores que afetavam as relações industriais em “Aratu”. Terceiro, havia rumores amplamente difundidos sobre a colaboração da liderança do SMS com o Estado, na repressão de ativistas sindicais a partir do golpe militar de 1964.

Michels, numa discussão em 1911 sobre o movimento sindical, afirma que neste “o caráter autoritário dos líderes e sua tendência a governar organizações democráticas de forma oligárquica são mais ainda pronunciadas que nas organizações políticas” (p. 159). Acreditamos que a aplicação dessa “lei de ferro da oligarquia” aos sindicatos é relevante para explicar o caso da imposição de uma liderança burocrática ao SMS, durante 18 anos (1964-1982).

Vale ressaltar também que a liderança sindical formada no SMS, nos anos que antecederam (1959-1964) à burocracia imposta, emergiu num momento histórico em que a aliança de classes do populismo desenvolvimentista necessitou do fortalecimento dos sindicatos. Essas condições, por outro lado, engendraram a possibilidade de intervenção no SMS, via liderança “pelega”, e o surgimento de outros constrangimentos ao desenvolvimento do sindicalismo local.

Não obstante, também é relevante explicar que um sindicalismo combativo não se desenvolveu entre os operários baianos no passado, e isto é particularmente verdadeiro sobre os metalúrgicos. Quando se examina a memória do movimento operário na Bahia, a experiência do Sindicato dos Petroleiros, no início da década de 60, é a mais freqüentemente mencionada. As maiores greves foram lideradas por outros grupos ocupacionais, como as famosas greves de 1922 e 1934 em Salvador. Em ambas as ocasiões, operários da companhia fornecedora de eletricidade e de bondes elétricos destacaram-se como os mais combativos. Parece razoável afirmar que o lento desenvolvimento do sindicalismo acompanhou o processo de “involução industrial” na Bahia por toda a primeira metade deste século. Ademais, apenas recentemente é que o movimento operário baiano tornou-se o foco do interesse de estudiosos e pesquisadores acadêmicos, de forma que a história do sindicalismo, na Bahia, ainda está por ser escrita.

Para produzir este curto registro histórico do SMS, por exemplo, tivemos que nos valer da memória – hoje esvanecida –, de velhos líderes sindicais do período que vai até 1964, e de recortes de jornais para a última parte(*). A falta de conhecimento dos operários, com relação às atividades do seu sindicato, no período anterior a 1964, e de informações sobre as greves de 1961 e 1962 era

(*) Queremos agradecer a colaboração das alunas Elizabeth de Freitas e Mercedes Araya na organização e análise preliminar destes dados.

quase completa. Deve-se explicar, todavia, que a grande maioria dos trabalhadores de “Aratu” ainda não se havia tornado operários industriais àquela época.

A história do SMS pode ser dividida em três períodos: (1) o período entre 1919 – quando surgiu a organização precursora do SMS – e 3 de abril de 1964⁽⁸⁾; (2) o período entre abril de 1964 e 1982, quando surgiu a oposição à diretoria “pelega” do SMS, sob a forma da Oposição Sindical Metalúrgica (OMS); e (3) de 1982 até o presente, incluindo a vitória da OMS na eleição de 1982 e sua posse na diretoria do SMS.

SMS – Um pequeno relato histórico

Em apoio à nossa afirmação sobre a falta de influência de um sindicato combativo, no período de 1964 a 1978 (o que inclui também a ausência de um grupo de oposição significativo), na formação da ideologia dos metalúrgicos, começaremos por descrever como o SMS foi criado e seu desenvolvimento histórico anterior à manhã do dia 3 de abril de 1964.

De 1919 a abril de 1964

Em 1919, um grupo de oito operários da Cia. de Navegação Baiana reuniu-se numa velha casa do bairro da Massaranduba, da então periferia da cidade velha de Salvador, para organizar a Associação dos Metalúrgicos da Bahia, que tornou-se o embrião do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica.

A associação visava criar a União Sindical da Bahia e, segundo consta, somente logrou reconhecimento oficial em 1931, por decreto do ministro Lindolfo Collor, da primeira gestão de Getúlio Vargas. Até então, parece que a entidade teve uma existência precária devido à inexpressiva filiação. Aparentemente, o reconhecimento do sindicato fez parte de uma série de casos similares, no processo de liberalização das organizações sindicais patrocinado por Vargas. O SMS, contudo, não parece ter sido muito ativo, embora em 1946 tenha sofrido a primeira intervenção governamental, devido à participação de sua liderança no congresso realizado em São Paulo, para criar o Movimento Unificador dos Trabalhadores do Brasil.

A maior parte das informações coligidas foi-nos fornecida por João dos Passos, representante do SMS naquele congresso. Passos foi militante do movimento operário baiano desde 1928. Ele lembrou que o SMS sofreu novo período de intervenção em 1953, após uma turbulenta reunião de seis ou sete militantes, em apoio à greve geral daquele ano em São Paulo. Passos foi seu primeiro presidente eleito e dirigiu o SMS de 1959 a 1964. Ele recordou que, à época em que tornou-se presidente, em 1959, o Sindicato tinha apenas 25 membros regulares.

(8) Naturalmente, esse período comporta subdivisões que consideramos irrelevantes para nossos propósitos atuais.

As duas únicas ocasiões em que os metalúrgicos de Salvador fizeram greve foi durante o período em que Passos era presidente do SMS. A primeira greve ocorreu em 1961 e mobilizou os trabalhadores de duas fábricas apenas. A segunda, em 1962, mobilizou todos os metalúrgicos de Salvador. Ambas as greves foram organizadas em apoio à reivindicação de aumentos salariais substanciais; na segunda delas, o aumento de 100 por cento foi conseguido. Passos foi reeleito duas vezes e afirmou que em 1964, quando foi banido do SMS, o número de associados tinha crescido para 1.000 operários.

Em 3 de abril de 1964 o escritório do SMS, na sede do Sindicato dos Ferrovários, foi arrombado pela Polícia Militar. Passos foi exemplo da direção do sindicato e caçado pelo aparato repressivo envolvido no golpe militar. O SMS teve todos os seus bens confiscados, incluindo Cr\$ 150 mil em dinheiro, mas Passos guardou a chave do escritório, a qual entregou simbolicamente à nova diretoria eleita em dezembro de 1982.

Na última assembleia do SMS antes do golpe, em 22 de março de 1964, foi escolhida a delegação baiana que participaria do Segundo Congresso Nacional dos Metalúrgicos, a ser realizado em São Paulo. Manoel dos Santos, que havia sido associado do sindicato por apenas três meses, foi indicado como membro da delegação por um velho militante que era seu colega numa fábrica de pregos local. No dia 3 de abril, antes, portanto, da realização do congresso, o sindicato foi invadido e, poucos dias depois, os militares colocaram Santos como presidente temporário, posição que ele consolidou e manteve até dezembro de 1982.

De 1964 a 1982

Entretanto, reporta-se que em 1967 houve uma tentativa, por parte de associados do SMS, de organizar uma chapa para a sua direção em oposição a Santos e sua "clique". Santos conseguiu não só dissolver a tentativa como superar outros esforços nesse sentido. Várias fontes também o acusaram de fraudes freqüentes para garantir sua reeleição, como a manipulação do mínimo de votos exigidos.

Também em 1967, uma parada repentina das máquinas foi tentada na sucursal baiana da Magirus Deutz. Embora não fossem encontrados maiores detalhes sobre a ação, a participação de Santos na repressão aos trabalhadores envolvidos foi mencionada. No ano seguinte, houve tentativas de ação sindical independente em Osasco (São Paulo) e Contagem (Minas Gerais), que representaram o começo da luta dos trabalhadores brasileiros contra o atrelamento sindical, fato que tornou-se um dos principais temas do movimento operário no Brasil.

Os metalúrgicos entrevistados em nossa pesquisa fizeram constantes acusações contra o desempenho de Santos como líder "pelego" do sindicato. Uma delas afirmou que ele fora escolhido pelo aparato repressivo para tomar o SMS e preparado para isso mesmo antes da "Revolução". A segunda acusa-

ção é que ele fora pessoalmente responsável pela denúncia de operários à gerência das fábricas ou polícia política, quando ousavam expressar suas queixas nas reuniões do SMS. Por exemplo, entre maio e julho de 1979, cerca de 12 membros da OSM foram demitidos de indústrias de “Aratu”, após declararem sua oposição à liderança “pelega” de Santos, nas manifestações do Dia do Trabalho. Novamente sugeriu-se que Santos participara na preparação da lista de operários a serem demitidos.

As eleições para a diretoria do sindicato, realizadas em outubro de 1979 (quando fazíamos o trabalho de campo), foram marcadas por protestos e boicotes dos operários da oposição. Eles achavam que Santos tinha manipulado intencionalmente os procedimentos para registro de chapas e processo eleitoral. Durante o trabalho de campo fomos informados, por alguns membros da OSM, que o gerente de relações industriais de F.2 havia ajudado Santos no processo de desorientar os membros da OSM, com relação às regras e prazos para a eleição em pauta. Santos deveria, de acordo com a Delegacia Regional do Trabalho, imprimir duas convocações em pelo menos um jornal local, além do edital publicado no *Diário Oficial*. Adicionalmente, deveria enviar ofícios a todas as fábricas onde o sindicato possuía associados, a serem afixados em quadros de avisos. Os membros da OSM, em F.2, estavam esperando o ofício ser afixado no quadro do Departamento de Relações Industriais. Eles nos informaram que o ofício fora colocado no quadro durante apenas algumas horas, tendo sido retirado antes que pudessem lê-lo, depois do encerramento do turno de trabalho. O núcleo da OSM nesta fábrica formava a base da OSM em Salvador. Santos conseguiu ser reeleito, a despeito da oposição quase generalizada à sua continuidade no posto, e também devido à falta de experiência e vacilação da OSM no sentido de valer-se do direito de apresentar candidatos à eleição.

As sementes da OSM parecem ter sido plantadas em 1967, quando alguns de seus membros organizaram ações coletivas em algumas indústrias locais. O caso mais bem sucedido foi a parada da montadora local da Magirus Deutz por duas horas. Em todas essas tentativas, porém, segundo consta, Santos tomou posição contra os interesses dos operários que, a despeito de seus esforços para se organizarem independentemente, somente conseguiram dar forma à OSM em 1974. A partir daí, ela começou a crescer consistentemente até 1979, quando conseguiu publicar seu primeiro boletim – *1º de Maio* –, em comemoração ao Dia do Trabalho daquele ano. Nessa publicação denunciaram as manipulações de Santos e mostraram suas dificuldades em competir pela liderança do SMS.

A partir de então, a OMS realizou reuniões para organizar-se com vistas à eleição que se aproximava, com o apoio de padres católicos progressistas e do Sindiquímica – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica do Estado da Bahia, o mais forte e combativo do Estado. Alguns dos seus membros participaram ativamente das manifestações de apoio aos colegas de São Paulo, durante a famosa greve destes em 1979. Foi apenas a 7 de outubro de

1979, dois dias antes das eleições, que a OSM realizou reunião pública, com o apoio das lideranças sindicais independentes de Salvador, especialmente o Sindiquímica, Sindicato dos Eletricitários e dos Jornalistas.

Lufs Ignácio da Silva (Lula), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, também esteve presente nessa reunião. Ficou decidido que os metalúrgicos baianos boicotariam as eleições. Durante a reunião, soube-se que operários sindicalizados haviam recebido um memorando de Santos, ameaçando-os com um desconto de 30 por cento do salário mínimo caso se abstivessem de votar. Lula, que estava na Bahia liderando a campanha nacional pela formação do novo Partido dos Trabalhadores, foi providencial para remover os temores dos trabalhadores e aconselhou aos membros da OSM que organizassem piquetes para evitar que operários inexperientes fosse enganados pelo memorando ameaçador de Santos.

Naquela época, os registros do SMS contavam com 3.150 associados regulares, ou seja, aqueles que haviam pagado todas as suas contribuições e, portanto, podiam votar. Nas fábricas maiores, tais como na Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA), onde havia 250 associados do SMS – dos 1.050 operários –, apenas 13 sindicalizados compareceram às urnas. Em F.1, de 118 associados, apenas dois votaram, enquanto que em F.2, de 67 operários sindicalizados, 35 votaram. Dois operários qualificados da F.2 participavam da claque de Santos e foram reeleitos para a diretoria do SMS. A pressão de suas presenças na fábrica contribuiu para o maior comparecimento de votantes às urnas em F.2.

Um desses operários era um antigo “supervisor”, encarregado do controle de qualidade, a quem muitos operários de F.2 deviam favores pessoais por havê-los incluído na lista de espera para a aquisição de habitações construídas para populações de baixa renda, pelos programas governamentais em Salvador, além da concessão de pequenas bolsas de estudo e empréstimos. Portanto, os operários agraciados sentiram-se na obrigação de retribuir os favores, votando em seu candidato. Ademais, foi relatado na imprensa local que em algumas fábricas, onde a OSM não fizera piquetes, os operários foram pressionados a votar, pela gerência ou por partidários de Santos, sob a ameaça de multa.

Havia 14 postos de votação, 12 localizados nas fábricas maiores e um posto móvel que coletava os votos das fábricas menores e periféricas. Não havia qualquer controle da OSM em alguns desses postos. Na contagem, seis urnas tinham *exatamente o mesmo* número de votos e de votantes. O resultado final registrou 2.131 votos, sendo 1.839 em favor de Santos e sua *claque*, 193 nulos e 96 em branco. Esses números foram suficientes para reeleger Santos e seus partidários. Na verdade, eles obtiveram 161 votos a mais do que necessitavam, de acordo com a legislação eleitoral em vigor. Além disso, matérias publicadas pela imprensa local informavam que algumas das urnas não haviam sido seladas adequadamente antes de serem guardadas, à noite, na sede do sindicato.

Após sua reeleição, em outubro de 1979, Santos publicou uma longa carta na imprensa, defendendo-se contra a acusação de fraude e fornecendo ao leitor uma longa lista de realizações durante seu "reinado" de 15 anos na direção do SMS: (1) aquisição da sede do SMS, um grande e velho sobrado num bairro residencial central de Salvador; (2) compra de um grande terreno próximo a uma das praias elegantes da periferia norte de Salvador, onde pretendia construir uma colônia de férias para os metalúrgicos; (3) instalação de serviços médico, odontológico e laboratório de análises na sede do sindicato, além da aquisição de uma ambulância para transportar associados doentes; (4) assistência jurídica fornecida no sindicato por advogados contratados, com hora marcada; (5) finalmente, uma lista de benefícios alcançados para os metalúrgicos, tais como pagamento de triênios e quinquênios de permanência em serviço, um salário mínimo mais elevado que o obrigatório, garantia de emprego durante a gravidez e pagamento suplementar para operários em licença para tratamento de saúde.

Até onde podemos decifrar, os últimos benefícios integravam as políticas trabalhistas promovidas pelo governo em todo o país, e não parece que qualquer sindicato tivesse de lutar separadamente para assegurar seu direito àqueles benefícios. Certamente Santos teve acesso a recursos financeiros fornecidos pelo *imposto sindical*, o qual, como se sabe, prescinde da associação obrigatória do trabalhador ao sindicato. Esses recursos tornaram possível ao SMS alcançar as metas mencionadas, e para reforçar sua imagem como uma entidade preocupada exclusivamente com o provimento de assistência social a seus associados. Nesse sentido, o caso do SMS constituiu-se apenas num exemplo corriqueiro do processo de despolitização do sindicalismo no Brasil, após 1964.

O jornal paulista *Movimento*, de 24-30 de agosto de 1981, publicou um resumo do desempenho das OSMs nas eleições para 12 sindicatos metalúrgicos do país. De acordo com aquela publicação, as OSMs conseguiram vencer em apenas seis daqueles sindicatos, no período de julho de 1980 e agosto de 1981. Portanto, as dificuldades encontradas pela OSM da Bahia não eram casos isolados. O artigo revelou também novas instâncias do sindicalismo "pelego" em outras áreas do país. Por exemplo, um caso similar de manipulação (isto é, a OSM ficou impedida de competir) foi descoberto no Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, na área do ABC paulista.

De dezembro de 1982 até o presente

Após ser derrotada na eleição de 1979, a OSM começou a desenvolver um programa extensivo para fortalecer sua influência nas bases metalúrgicas. A tentativa de processar Santos por fraude, no Tribunal Regional do Trabalho, não foi bem sucedida. Os três anos seguintes foram de preparativos e de organização. Alguns de seus membros estiveram ativamente envolvidos na criação do Partido dos Trabalhadores. Além disso, a totalidade do movimento operário brasileiro desenvolvia-se rapidamente, promovendo encontros nacionais de tra-

balhadores para a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se tornou o foco do processo. Novamente, membros da OSM foram participantes ativos nesses encontros, onde tiveram a oportunidade de obter apoio de seus colegas de outras partes do país.

Em maio de 1982, a OSM finalmente conseguiu organizar o I Encontro dos Metalúrgicos Baianos, com duração de três dias e do qual participaram cerca de 200 metalúrgicos. As reuniões receberam boa cobertura da imprensa e certamente fizeram a OSM mais respeitada entre os metalúrgicos.

A vitória dos candidatos da OSM deu-se na eleição de 1982, no SMS. Nessa votação, a OSM obteve 1.745 votos, contra os 466 obtidos pela facção de Santos. Reivindicaram-se mais 18 votos para Santos, obtidos por uma terceira chapa competidora, que parecia ter sido uma última tentativa inútil de confundir os metalúrgicos. Dos 3.409 associados do SMS, 2.207 votos foram contados. Em 4 de dezembro de 1982, João dos Passos entregou a chave da sede do SMS ao presidente eleito. Uma das primeiras metas da nova diretoria foi realizar uma campanha para aumentar o número de associados e em um mês o SMS já havia conseguido 500 novos sócios. Parece que, com a participação do Sindiquímica na reorganização do movimento operário da Bahia, ao lado da utilização da experiência de seus colegas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a nova liderança do SMS estava pronta para construir uma nova reputação para seu sindicato.

Conclusões

Retomando a interpretação sugerida por Michels (op. cit.), acrescentamos que sua afirmação sobre a liderança sindical nos é especialmente útil: "Quando os líderes não são pessoas de meios e quando não têm qualquer outra fonte de renda, se agarram firmemente às suas posições por razões econômicas, chegando a encarar as funções que exercem como suas por direito inalienável. Isto é especialmente verdadeiro para trabalhadores manuais que, desde que se tornam líderes, perdem a aptidão para sua ocupação anterior. Para eles, perder as suas posições seria um desastre financeiro e, na maioria dos casos, lhes seria totalmente impossível retornar ao seu estilo de vida anterior" (p. 207). Anteriormente, Santos fora 'assistente de batedor de pregos' numa fábrica local. Embora não possamos dizer que ele tivesse perdido a aptidão para sua antiga ocupação, era evidente que a perda de sua posição à frente do SMS seria um desastre financeiro, aliado à impossibilidade de retomar seu velho estilo de vida, após 18 anos como o "pelego-mór da Bahia", como era conhecido no movimento operário baiano. Na visão de Michels, esse controle oligárquico (nós diríamos burocrático-autoritário, no caso do SMS), é reforçado pela apatia da massa, ou, em suas palavras, "a maioria dos associados dos sindicatos são tão indiferentes a estas organizações, como a maioria dos eleitores são ao Parlamento" (p. 50 e 51).

Precisamos destacar, também, a relação entre as atitudes conformistas, tomadas pelos operários com relação a uma variedade de questões trabalhistas chaves, e o papel assistencialista que eles desejavam para o sindicato. A posição de Santos como “chefe” do SMS, durante a construção de “Aratu”, foi também providencial, no sentido de que ele ajudou a fortalecer os mecanismos pelos quais um sistema “adequado” de relações industriais pudesse operar na Bahia. Esse sistema foi requisito primordial para a expansão do grande capital industrial no Estado, através da implantação de “Aratu”.

As mudanças no papel e na orientação da direção do SMS, a partir de 1964, e seus efeitos sobre o sistema de relações industriais, formam uma parte importante do *background* ideológico dos metalúrgicos baianos. Também pode-se concluir que Santos e seu “peleguismo” são um produto resultante da relação de atrelamento dos sindicatos ao Estado, que, por sua natureza, os expõe a uma variedade de experiências, que vai de populista a conservador, num espectro ideológico determinado, no final das contas, pelo governo em vigor.

Uma avaliação das dificuldades da OSM aponta para duas linhas de análise, em relação ao movimento operário na Bahia: (1) suas dificuldades foram as de militantes de uma categoria ocupacional, cujo sindicato havia sido desenvolvido no período das alianças populistas de classe no Brasil (1959-1964). Portanto, seu crescimento tinha-se baseado no apoio tácito ou claro do governo. A natureza transitória desse apoio tornou o SMS mais suscetível à intervenção governamental e, mais tarde, ao desenvolvimento de um tipo de “peleguismo” do qual não conseguiram livrar-se por 18 anos; (2) essa avaliação torna-se ainda mais clara se a comparamos com o desenvolvimento recente do Sindiquímica, que foi fundado em 1978, num período em que o sistema de aliança de classes havia sido quebrado. Cinco anos depois o Sindicato já havia formado um corpo de associados de cerca de sete mil sócios, de um total de 14 mil petroquímicos⁽⁹⁾. A organização começou a desenvolver-se na Bahia após a criação do Centro Petroquímico de Camaçari (COPEC), no final dos anos 70. Uma revisão apressada da história do Sindiquímica mostra um rápido crescimento em número de associados, uma militância incansável, lutas vitoriosas por melhorias salariais e de condições de trabalho, e a capacidade de mobilizar assembléias de até quatro mil associados e a participação em campanhas de solidariedade a operários grevistas em outras partes do país.

Além disso, a importância do estado de subdesenvolvimento do sindicalismo, na Região Metropolitana de Salvador – onde a experiência de “peleguismo” no SMS é um caso exemplar –, não pode ser enfatizada suficientemente, mesmo por comparação, com o ativismo e a consciência política dos metalúrgicos do ABC de São Paulo. No caso do SMS, a inatividade e complacência de sua liderança “pelega” tornaram os metalúrgicos de Salvador objetos ainda mais adequados ao nosso estudo sobre a ideologia operária na Bahia.

(9) Ver, a propósito, Freitas (1984).

Finalmente, vale a pena ressaltar os mecanismos de repressão política, introduzidos em "Aratu" por uma maioria de empresas multinacionais, inclusive F.1 e F.2, aproveitando-se da existência e manutenção do "peleguismo" no SMS e da apatia que essa permanência gerou entre os operários. Não queremos dizer, com isto, que essas empresas inventaram o "peleguismo", fenômeno anterior à expansão do capital industrial – internacional e nacional –, através da implantação de "Aratu", na Bahia. Nosso estudo visa mostrar como o atrelamento do sindicato ao Estado e o incentivo ao "peleguismo" assistencialista de Santos, puderam ser utilizados eficazmente pelas sucursais das empresas multinacionais localizadas em "Aratu". Acreditamos que exemplos similares podem ser encontrados em outras situações e regiões do país. Neste sentido, a experiência de "peleguismo" aqui narrada, poderá servir de modelo comparativo para outros estudos sobre o sindicalismo brasileiro contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Maria de A., (1982). A "regionalização" da grande indústria no Brasil: aspectos emergentes de um novo padrão de crescimento urbano-industrial. Trabalho apresentado no "Le Nouvel Espace Energétique et Industriel: Brésil, Mexique, Venezuela, France". Encontro internacional realizado no Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine. Paris: Universidade de Paris III/CNRS.
- CARVALHO, Inaiá maria Moreira, (1969). *Operários e sociedade industrial na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Estudos Baianos, nº 4.
- ENGELS, Friedrich, (1982). *The condition of the working class in England*. Toronto: Sidney e Nova Iorque: Granada.
- FREITAS, Elizabeth S. de, (1984). *Sindiquímica. Inovador do movimento sindical na Bahia*. Dissertação de Graduação, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.
- HYMAN, Richard, (1975). *Marxism and the Sociology of trade unionism*. Londres: Pluto Press.
- LENIN, (1963). *What is to be done?* Oxford: At the Clarendon Press, Vol. 1.
- MARX, Karl, (1976). *Capital, a critique of political economy*. Hamondsworth: Penguin Books, Vol. 1.
- MICHELS, Robert, (1963). *Political parties. A sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy*. Nova Iorque: The Free Press e Londres: Collin McMiller Publishers.
- TAVARES, Luiz Henrique Dias, (1966). *O problema da involução industrial na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Jornal citado*
- MOVIMENTO, São Paulo, 24-30, agosto, 1981.

ABSTRACT

MULTINATIONALS AND "PELEGUISMO" IN BRAZIL

This article demonstrates how the ties between trade union and State and the incentives to what is called in Brazil "peleguismo", can be used efficiently by branches of multinational companies situated in Aratu (Salvador, Bahia). The experience analysed here may serve as a comparative model for other studies about contemporary Brazilian trade unionism.

RESUME

MULTINATIONALES ET "PELEGUISMO" AU BRÉSIL

Cet article essaye de démontrer comment les liens entre syndicat et Etat et ce que l'on appelle au Brésil le "peleguismo" peuvent être efficacement utilisés par les branches locales des entreprises multinationales situées à Aratu (Salvador, Bahia). L'expérience analysée ici peut servir de modèle comparatif pour d'autres études sur le syndicalisme brésilien contemporain.

ESTADO CAPITALISTA: TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA DE INTERVENÇÃO E O PAPEL DAS BUROCRACIAS

Pedro Roberto Jacobi*

RESUMO

Esse artigo apresenta uma tentativa de explicitar um marco conceitual, que possibilite captar alguns elementos constitutivos da dinâmica da intervenção estatal. O autor procura verificar a pertinência, para o capitalismo periférico, de teorias elaboradas no contexto do capitalismo avançado para analisar o caráter das políticas sociais no Brasil pós-64. O objetivo é aprofundar questões relativas à implementação das políticas no contexto burocrático-autoritário, às transformações no plano da intervenção e ao papel das burocracias na definição das políticas sociais.

Estado Capitalista em ação – do capitalismo avançado ao periférico: aspectos convergentes e diferenças estruturais

Esta reflexão representou um esforço no sentido de explicitar um marco conceitual que possibilite captar alguns elementos constitutivos da dinâmica da intervenção estatal. A partir de uma sucinta revisão de algumas das abordagens teóricas elaboradas no contexto do capitalismo avançado, procuramos verificar a sua pertinência na análise do quadro do capitalismo periférico e, mais especificamente, analisar o caráter assumido pelas políticas sociais no Brasil pós-64. Esta formulação em torno da ação do Estado permite-nos aprofundar questões relativas à implementação das políticas no contexto burocrático-autoritário, às transformações que ocorrem no plano da intervenção e ao papel desempenhado pelas burocracias na definição das políticas sociais.

Em primeiro lugar, ao tratarmos do Estado capitalista, estamos nos referindo a uma dinâmica contraditória das classes sociais, expressa através da aliança de frações de classe, cujos interesses conflitantes variam segundo o contexto (Poulantzas, 1981). Por outro lado, verifica-se que as transformações das relações entre o Estado e a economia, remetem a modificações substanciais das relações de produção capitalistas em toda sua complexidade e diversidade.

* Pesquisador do CEDEC, professor da PUC de São Paulo e da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

Assim, a partir das transformações que ocorrem no plano da intervenção estatal e dos processos de socialização da produção, surgem novas abordagens que começam a questionar o que foi denominado uma concepção "instrumentalista" do Estado, que o vê como o agente executor dos interesses da burguesia e do capital⁽¹⁾. Esta argumentação maniqueísta e reducionista escamoteia um dado fundamental: o de que a contradição é essencial para se compreender o caráter do Estado e das relações de classes.

Assim, se é inegável que o Estado capitalista expressa os interesses das classes hegemônicas, não se pode negar que também se configura enquanto a condensação de uma relação de forças sociais, expressando portanto as contradições das classes. Para Hirsch, *"a autonomia relativa do Estado com relação ao proletariado e à burguesia torna possível uma rede complexa de relações entre as classes da sociedade capitalista, rede estruturada de modo específico e mediatizada pelo Estado: a dominação da burguesia efetua-se por laços de diferentes tipos entre o Estado e as classes (e frações de classe) dominantes e dominadas. Isto quer dizer que a forma institucional concreta e o modo de ação do Estado são determinados pela estrutura (resultante das condições funcionais do exercício da dominação burguesa) destas relações de classe e pelas relações de força estabelecidas nas lutas de classe"*. (Hirsch, 1977:89).

A dominação é contraditória porque, se por um lado o Estado exclui as classes dominadas, em certos momentos, face a necessidades geradas dentro do contexto da acumulação, suas demandas são introduzidas na dinâmica do processo decisório da intervenção estatal (Hirsch, 1977:93).

A concepção pautada na polarização da relação Estado/movimentos sociais tende a negar um dado cada vez mais presente na dinâmica das sociedades capitalistas, ou seja, o de que o Estado se bem age para assegurar a reprodução do capital, também se concretiza em domínios de ação funcionalmente vinculados à reprodução da força de trabalho, esfera vinculada à ação dos movimentos sociais.

Nesse sentido, o papel das instituições estatais e das diferentes funções concretas do Estado tem de levar em conta o campo das relações de classe, cujo eixo de articulação organizacional é o Estado, que freqüentemente não aparece como ele é (O'Donnell, 1980:80-81).

O Estado assume o papel de articulador e organizador da sociedade, independentemente de sua condição de suporte da vigência de certas relações de dominação, assumindo o papel de fiador de relações sociais. Nesses termos, o Estado capitalista não é diretamente o Estado dos capitalistas (O'Donnell, 1980:81). Trata-se de um Estado que tem de exercer funções contraditórias, de acumulação e de legitimação para criar as bases de um consenso, através da ação das suas instituições. Assim, *"a existência dessas instituições e seu peso notório na sociedade é uma das razões para que o Estado seja experimentado como exterioridade. Essa aparência de exterioridade fun-*

(1) Veja nota explicativa no final do artigo.

damenta-se no mascaramento da dominação, que subjaz as relações capitalistas de produção, e que determina que o Estado só apareça (como instituição) quando eventualmente invocado para apoiá-las” (O’Donnell, 1980:81).

Além de suas funções tradicionais, o Estado tem adquirido uma presença crescente no contexto da valorização do capital, notadamente na expansão da intervenção estatal nas atividades produtivas. Nas economias capitalistas desenvolvidas, sua crescente participação na economia decorre das necessidades de um capitalismo plenamente desenvolvido, que enfrenta problemas de sobre-acumulação. O reflexo disso é que, em função do seu novo papel econômico e das transformações dos espaços da política e da economia, muitas das funções que consistiam em fazer funcionar contratendências à baixa tendencial da taxa de lucro tornam-se, elas mesmas, fatores de uma crise que transcende o econômico: a crise do Estado e suas contradições⁽²⁾.

Assim, nos países capitalistas desenvolvidos, o Estado passa a assumir funções produtivas diretas, transcendendo a sua dinâmica tradicional restrita a funções regulamentadoras ou representativas, configurando uma mudança estrutural na esfera pública, reflexo da crescente crise de legitimidade. Passa a cumprir um papel que nem é explicado em relação às condições prévias da contínua existência da dinâmica de produção, nem derivadas do movimento imanente do capital. Assim, muitas das despesas do Estado podem ser relacionadas em parte às demandas politicamente organizadas pelos setores não articulados. Para Poulantzas, *“a ‘intervenção’ orgânica do Estado em uma série de domínios, que, de marginais que eram anteriormente, estão a ponto de se integrarem, ampliando-se no espaço mesmo de reprodução e de acumulação do capital (urbanismo, transportes, saúde, ‘meio ambiente’, equipamentos coletivos, etc.), tem como efeito uma politização considerável das lutas das massas populares nesses domínios, na medida em que estas massas confrontam-se aí diretamente com o Estado. Elementos de crise política já importante, mas que, se acentua pelo próprio fato de que estas intervenções do Estado, visando entre outras coisas a elevação da taxa de mais valia (relativa) pela reprodução-qualificação capitalista da força de trabalho, aumentam consideravelmente em períodos de crise, mas despojando-se de seu aspecto-logro da ‘política social’ ”.* (Poulantzas, 1977:35-36).

A crise do Estado representa, assim, o desabamento do mito do Estado-providência. Já no caso dos países subdesenvolvidos, a intervenção do Estado tem sido determinante no setor industrial, infra-estrutural e energético e frágil no aspecto regulamentador e na reprodução da força de trabalho. A amplitude da intervenção no setor infra-estrutural configura um complemento essencial: a inserção dos países na divisão internacional do trabalho. O Estado investe, prin-

(2) Para Poulantzas, a crise do Estado representa a maneira pela qual as contradições de classe (crise econômica e crise político-ideológica) repercutem no próprio seio do Estado. Para uma análise detalhada, consultar POULANTZAS, N. (*org.*) O Estado em Crise (1977).

cialmente, visando criar condições para a reprodução e expansão do capital privado, provocando um enorme ônus nas condições de reprodução da força de trabalho, configurando uma visível defasagem nos níveis de apropriação dos serviços públicos urbanos essenciais (Mathias e Salama, 1983).

Estado capitalista e políticas sociais: exigências e ambigüidades

No contexto do capitalismo avançado, a modificação dos espaços do Estado e da economia, em razão de mudanças nas relações de produção, na divisão do trabalho, na reprodução da força de trabalho e na extração de mais valia, gera um conjunto de novos domínios de atuação. Estes domínios, como é o caso da qualificação da força de trabalho, urbanismo, transportes, saúde, educação, integram-se diretamente ao espaço de reprodução e valorização do capital.

Nesse sentido, o conjunto das funções do Estado – sejam repressivas, ideológicas ou de outra natureza –, não podem ser consideradas isoladamente do seu novo papel econômico. Elas incorporam-se, assim, na materialização institucional dos seus aparelhos e consubstanciam-se através das políticas sociais que expressam as contradições inerentes às relações Estado e Sociedade (Poulantzas, 1981). Portanto, *“o Estado não mais pode ser concebido como uma entidade monolítica a serviço de um projeto político invariável, mas deve ser visualizado como um sistema em permanente fluxo, internamente diferenciado, sobre o qual repercutem, também, diferencialmente demandas e contradições da sociedade civil”* (Oszlak, 1980:81).

Nesse sentido, o que O'Donnell denomina de *“... arquitetura institucional do Estado e de suas decisões (e não decisões) são, por um lado, expressão de sua cumplicidade estrutural e, por outro lado, o resultado contraditório e substantivamente irracional da modalidade também contraditória e substantivamente irracional, de existência e reprodução de sua sociedade”* (O'Donnell, 1980:88).

Trata-se de discutir *“quais são os problemas que entram na agenda da atenção das instituições estatais; em que sentido são definidos como tais; quem são as partes ‘autorizadas’ para o seu debate; e quais as modalidades de sua resolução? Isto é o resultado de lutas que recolocam, contínua e complexamente, a importância das bases de dominação que se encontram em jogo. São também o resultado silencioso de outras lutas, suprimidas antes de chegar à consciência dos sujeitos, pela capacidade de dominação social e pela complexidade estrutural do Estado. Por isso, o Estado, como toda relação social, é uma relação de forças. E por isso também, seu direito e suas instituições, apesar da aparência de neutralidade que recompõem continuamente, estão entrecruzados pelas lutas da sociedade”* (O'Donnell, 1980:89).

As políticas sociais estão permeadas pelas contradições e tensões entre os imperativos da reprodução do capital e as necessidades de reprodução da força de trabalho. E o Estado torna-se interlocutor das demandas sociais dos

diferentes movimentos reivindicatórios, bem como agente indutor das políticas que regulam a dinâmica geral da sociedade.

Estas são contradições assimiladas através do que Offe denomina de “mecanismos seletivos que regem a lógica das políticas públicas”⁽³⁾. Segundo este autor, quando os mecanismos seletivos do Estado funcionam eficazmente, torna-se virtualmente impossível verificar de forma empírica a natureza classista do Estado. Mas nos períodos de crise política, os mecanismos seletivos começam a desintegrar-se e o Estado vê-se obrigado a sustentar-se de forma crescente na repressão, a fim de garantir o seu caráter classista. Por outro lado, Offe afirma que as contradições internas do Estado obstaculizam o desenvolvimento estatal de uma política efetiva, em função dos interesses do capital como uma totalidade (Offe, 1984).

Na perspectiva do autor, o Estado age de acordo com as normas da política geral, na medida em que as políticas regulamentadoras têm de ser efetivadas segundo as regras já incorporadas ao funcionamento da administração pública. Por outro lado, a diferenciação interna do Estado capitalista, decorrente das contradições entre a economia e a política, coloca em pauta a relevância das funções estatais. Assim, fica muito difícil imaginar-se um Estado, em qualquer sociedade capitalista, executando com eficácia todas as funções, simultaneamente.

Essa circunstância é bem explicitada por Offe: *“Em outras palavras, o Estado capitalista está sujeito a uma dupla determinação do poder político – segundo sua forma institucional, este poder é determinado pelas regras do governo democrático representativo; e segundo o seu conteúdo, é determinado pelo desenvolvimento e pelos requisitos do processo de acumulação”* (Offe, 1984:125).

O Estado contemporâneo fica dividido entre tarefas e exigências dificilmente conciliáveis e, nesse compasso, freqüentemente as políticas governamentais refletem as ambigüidades. Decorre disto a emergência freqüente de uma crise de legitimação, fruto do fato de que a intervenção maior do Estado e a expansão dos seus aparelhos não são acompanhadas de nenhum aprofundamento de participação política democrática. A crise de legitimação surge quando as demandas crescem mais rapidamente do que as recompensas ou respostas (Habermas, 1980).

(3) Na sua construção teórica, Offe formula a questão do caráter de classe do Estado em termos dos mecanismos que relacionam a estrutura interna do Estado e a esfera da acumulação. O conceito – chave que Offe introduz para compreender a estrutura interna do Estado é o de “mecanismos seletivos”. Estes constituem um amplo espectro de mecanismos institucionais dentro do aparelho estatal: a) a seleção negativa: os mecanismos seletivos excluem sistematicamente da atividade estatal os interesses anticapitalistas; b) a seleção positiva: a partir do espectro de alternativas restantes, o Estado seleciona as políticas que favorecem os interesses do capital no seu conjunto, em detrimento de grupos locais e específicos de capitalistas; e c) mascaramento: as instituições públicas buscam manter as aparências de neutralidade de classe, ao mesmo tempo que marginalizam efetivamente as alternativas anticapitalistas (Offe, 1984).

Isso nos leva a refletir sobre o caráter das relações entre a política do Estado e as demandas. A política do Estado capitalista configura-se como um conjunto de estratégias mediante as quais se produzem e reproduzem constantemente as contradições de classe e a intensidade das lutas políticas. Assim, face ao problema da formação de políticas, Offe desenvolve um método analítico que procura dar conta das diferentes lógicas, como a questão da burocracia, a ação intencional e o consenso. No caso das burocracias, as determinantes da ação são expressas através de elementos estruturais de tipo ideal, conforme o modelo weberiano. A ação intencional está relacionada com a idéia de planejamento e racionalidade técnica, no caso de consenso, o determinante principal da ação administrativa e o conflito entre interesses ou o acordo em torno de interesses comuns que existem, seja no ambiente administrativo, seja entre os membros da esfera administrativa. Decorre disso uma tensão fundamental entre as funções que o Estado capitalista deve realizar e sua estrutura interna. O problema principal é o de estabelecer e institucionalizar um método de produção de políticas que configuram um equilíbrio entre as atividades requeridas pelo Estado e sua estrutura de tomada de decisões interna (Offe, 1975:135-136).

Offe afirma, ainda, que essas tensões e conflitos variam conforme a formação social considerada, atuando como fontes permanentes de instabilidade para o sistema de poder. A nível das políticas sociais, o sistema de poder busca essencialmente dirigir sua intervenção para mitigar as lutas sociais.

Evidentemente, a relação entre demandas sociais e políticas públicas não é meramente casual, sendo que diversos fatores atuam como determinantes na emergência dessas demandas, assim como na formulação das políticas.

Nos regimes de tipo parlamentar ou liberal-democráticos, as políticas sociais representam essencialmente medidas compensatórias destinadas a re- mediar situações graves, derivadas diretamente da deterioração das relações sociais – que atinge a reprodução da força de trabalho de grupos e camadas sociais – e do aguçamento de conflitos industriais e de alterações da estrutura populacional e do emprego.

Já nos regimes autoritários, as políticas sociais sempre foram elaboradas em função das necessidades do capital; entretanto, não implicam na ausência de certas estratégias que buscam a construção da legitimidade através do chamado “consenso passivo”. Isto posto, torna-se relevante discutir o caráter assumido pelas políticas sociais, assim como seu processo decisório.

Em decorrência de sua especificidade e da dinâmica de funcionamento burocrático, o Estado capitalista apresenta-se como um sistema hierarquizado de filtros, barreiras, instâncias de transformação e de tratamento das exigências políticas. De acordo com Hirsch, “... o processo de tomada de decisão burocrático, no nível governamental, está estruturado de tal modo que as exigências que conseguem penetrar nele podem ser tratadas como (e reduzidas a) uma dimensão ‘funcional’ e o aparelho de tomada de decisões políticas se compõe de um complexo de burocracias que operam de modo relativamente autônomo,

e que tem suas competências, suas clientelas e percepções próprias dos problemas. Daí resulta um modo de tomada de decisão política que impede uma tematização sistemática da relação social e do caráter de classe específico das diferentes estratégias administrativas” (Hirsch, 1977:102).

Estado burocrático-autoritário e política social no Brasil pós-64

O regime autoritário que dominou a cena brasileira nos últimos 20 anos configura uma forma de Estado centralizado, altamente integrado por funções burocráticas. A partir de 1964, esse papel é redefinido e sua intervenção na economia expande-se para todas as esferas da vida social, através da articulação do tripé empresas estatais/empresas multinacionais/empresas nacionais, com franca hegemonia das duas primeiras.

O Estado investe maciçamente na criação de condições gerais para a acumulação dentro do “novo quadro de dependência”, que começa a configurar-se a partir de meados da década de 50. A centralização do poder e dos instrumentos de regulação econômica em segmentos da burocracia estatal permite implantar mudanças significativas na gestão da força de trabalho, basicamente através da intervenção nos sindicatos e na repressão às atividades reivindicativas. Como afirma Santos, esse processo configura o retorno “... a um estágio quase que pré-organizado, política e socialmente, na exata medida em que os partidos políticos que vieram a substituir os antigos, nenhuma participação efetiva possuem na administração do governo, e em que os sindicatos são mantidos sob severa vigilância, bem como as entidades estudantis, entre outras” (Santos, 1979:101).

De acordo com a retórica da nova elite governamental, passa a ser fundamental criar as condições para um desenvolvimento da dinâmica produtiva e da infra-estrutura para a sua realização.

Nesse contexto, a política social do Estado cumpre uma ambígua função de amortecedora de tensões, o que se torna evidente pela comparação entre os gastos relativos às necessidades de reprodução do capital e os destinados à reprodução da força de trabalho.

A política social representa um processo denominado por Andrade como “normatividade reguladora das relações sociais”. Para este autor, “o modelo social brasileiro caracteriza-se por uma contradição entre a necessidade de assimilar os trabalhadores a uma ordem política nascida de um movimento antipopular – o que requer esforço dobrado – e a capacidade política que tem o regime de impor aos trabalhadores sacrifícios econômicos de toda sorte. O peso dos interesses capitalistas na formulação e execução da política social, a ênfase no objetivo de normalização, a expansão dos serviços associada à burocratização e à ineficácia, bem como as dificuldades de assimilação na empresa – todas essas características são a contrapartida da selvageria do capitalismo no país, da qual o Estado é mantenedor e da qual o Estado, contraditoriamente, tem de ser o disciplinador” (Andrade, 1980:109).

No Brasil pós-64, a posição das políticas sociais no contexto das prioridades governamentais caracterizam-se pela implementação de um novo conceito de eficiência, no qual os interesses econômicos prevalecem sobre os interesses sociais. Como reflexo disso, as políticas governamentais nas áreas de bem-estar coletivo – saúde pública, saneamento, educação, habitação e nutrição –, tem pequeno destaque na agenda governamental, ou são objeto de formulações de caráter discutível, como é o caso mais explícito das políticas habitacional e previdenciária. Desse modo, não se altera significativamente o perfil de desigualdade social dominante, o que somado à compressão salarial e ao desemprego, configura um crescente agravamento das condições gerais da população.

Como já foi mencionado, a política habitacional constitui um exemplo concreto da transformação de uma política supostamente de caráter social em instrumento poderoso de acumulação, onde os capitais administrados pelo BNH servem para estimular certos setores estratégicos da economia, privilegiando os segmentos de maior renda⁽⁴⁾. Quanto à política de saúde, conforme veremos adiante, a situação não é muito diferente, registrando-se uma crescente privatização e auto-sustentação, graças à canalização de fundos públicos através da previdência social. Quanto ao saneamento básico, a perspectiva dominante torna-se a realização de investimentos, eliminando subsídios aos usuários, possibilitando a expansão dos serviços e a rentabilidade do capital investido.

Assim, a partir de 1964, consolida-se uma dinâmica onde *"o Estado opera por intermédio de uma série de organismos, numa espécie de simbiose entre o público e o privado, na qual as empresas de capital monopolista desempenham papel importante, tanto pela transferência de tecnologia quanto pelo controle direto das sociedades assim constituídas"* (Cignolli, 1985:107).

Nesse sentido, as chamadas políticas ecumênicas de gastos sociais do Estado têm pouca efetividade social. Configura-se, assim, o aspecto excludente que marca os investimentos sociais do Estado. E, à medida em que começam a emergir crescentes demandas sociais, esse Estado vê-se obrigado a ampliar suas intervenções, face às demandas que se multiplicam em virtude do nível de pauperização de crescentes parcelas da população.

Na resposta do Estado, através das suas práticas institucionais, predomina o que Offe denomina de "seletividade estrutural negativa" (Offe, 1984). Assim, durante muitos anos, a formulação de políticas deixa de ser o resultado de um processo de negociação e compromisso com diferentes setores sociais e forças políticas e passa a depender, principalmente, do que se convencionou chamar "ação tecno-burocrática", através da ênfase nos programas de racionalização e organização do setor público. Acrescente-se, também, a significativa

(4) O principal mecanismo que sustenta essa forma de intervencionismo estatal é o FGTS – um fundo constituído por oito por cento dos salários pagos mensalmente aos trabalhadores enquadrados na CLT. A massa de recursos arrecadada através dessa fonte passou a ser o principal responsável pelos recursos do BNH.

influência dos “anéis-burocráticos” como mecanismos de articulação entre as burocracias e os interesses privados (Cardoto, 1975).

Esse processo de crescimento e modernização de segmentos da burocracia de Estado, através da coexistência de lógicas diferenciadas da ação estatal (Mathias e Salama, 1983), configura, “... *uma multiplicidade de orientações a nível da definição de políticas inter e intra-setoriais, criando-se constantemente jurisdições burocráticas (feudos) que obstaculizam modificações de forma automática e mecânica, segundo os interesses das classes, frações e aparelhos de representação política, mesmo das camadas dominantes*” (Silva, 1983:77).

Isso nos dá ensejo de explicitar as várias faces que se formalizam na relação do Estado com as demandas sociais, onde as contradições de classe também se inscrevem no seio do Estado, através da divisão interna da sua burocracia. Acentuam-se as divisões internas entre os setores voltados para as “atividades empresariais do Estado” e aqueles voltados para a “questão social”, configurando um conflito inscrito na ossatura organizacional do Estado, como condensação material de uma relação de forças entre classes⁽⁵⁾. Nesse sentido, o Estado concentra não apenas a relação de forças entre frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas.

Com a crescente perda da legitimidade do regime autoritário, emerge com maior nitidez essa tensão dentro do aparelho estatal, que busca novos mecanismos de articulação e intervenção a partir de pressupostos pautados pela construção de uma nova institucionalidade política, que recoloca as relações entre Estado e demandas sociais.

(1) As teorias instrumentalistas têm-se concentrado essencialmente na análise da natureza da classe que governa, nos mecanismos que vinculam essa classe ao Estado e às relações concretas entre as políticas estatais e os interesses das diferentes classes sociais. Diante dessa perspectiva, o funcionamento do Estado é compreendido em termos do exercício instrumental do poder pelas pessoas que ocupam posições estratégicas, seja diretamente através da condução das políticas do Estado, seja indiretamente, pressionando o próprio Estado (Gold et alii, 1979).

Por outro lado, a análise estruturalista recusa a noção do Estado enquanto um instrumento nas mãos da classe dominante. Na sua crítica ao trabalho de Ralph Miliband, Nicos Poulantzas afirma que as funções do Estado estão amplamente determinadas pela estrutura da sociedade e suas contradições. Para Poulantzas, o estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe, inseridas na própria estrutura do Estado. Porém, as divisões internas do Estado não se reduzem às contradi-

(5) Sobre isso, diz O'Donnell: “nada mais errado, portanto, do que o conceito do Estado com entidade monolítica, que impede o reconhecimento, por um lado, de que suas instituições costumam interiorizar o peso relativo das classes subordinadas, mas que, por outro lado, isto não apenas não obstaculiza mas é condição de possibilidade para o mosaico de instituições, decisões e não decisões, em que se concretiza a cumplicidade estrutural do Estado” (1980:90).

ções entre classes e frações do bloco no poder, mas dependem principalmente do papel do Estado frente às classes dominadas (Gold et alii, 1979).

Aos poucos, toma-se evidente para os teóricos marxistas que, tanto a perspectiva instrumentalista quanto a estruturalista, não explicam adequadamente o papel do Estado no contexto capitalista. A primeira, ao analisar de forma esquemática os vínculos entre a classe dominante e o Estado, desconsiderando as relações que se estabelecem no contexto estrutural; e a segunda, ao estabelecer sistematicamente as determinações do Estado pelas contradições do sistema capitalista, focalizando a política como um objeto de estudo autônomo.

Diversos trabalhos têm sido desenvolvidos, na perspectiva de superação das limitações das análises das escolas instrumentalista e estruturalista. Entre elas destacam-se os trabalhos de James O'Connor, numa interpretação em torno da crise fiscal, enraizada no processo de acumulação do capitalismo monopolista; e de Claus Offe, que representa a vertente hegeliano-marxista, numa orientação próxima de Habermas.

James O'Connor desenvolve a teoria do orçamento estatal, a partir de elementos concretos da realidade da sociedade americana contemporânea. O'Connor constrói sua teoria com base em três elementos: (1) o reconhecimento de que o Estado capitalista deve exercer duas funções contraditórias – acumulação e legitimação; (2) as análises do Estado como um elemento integrante do processo de acumulação; e (3) a análise da relação entre gastos públicos e função de acumulação. O'Connor vê, por um lado, o crescimento do Estado como causa e efeito do processo de expansão do capital monopolista e, por outro, que a acumulação de capital social e despesas sociais, é um processo contraditório que cria tendências a crises econômicas, políticas e sociais (Gold et alii, 1979).

Claus Offe procura transcender as limitações instrumentalistas e estruturalistas, através de uma definição mais precisa das características especificamente capitalistas do Estado capitalista. O autor propõe a necessidade de analisar-se os mecanismos que vinculam a estrutura interna do Estado e a esfera da acumulação de capital. Seu interesse reside em conceitualizar o aparelho estatal enquanto mecanismo seletivo e, mais do que isso, em determinar que seleções específicas o Estado deve realizar, de forma a caracterizar-se capitalista. Offe define o Estado em função de sua forma específica e dos modos de funcionamento burocrático internos, enquanto um sistema profundamente escalonado de filtros, visando, por um lado, manter a dominação da classe burguesa e, por outro, formular um interesse geral (Offe, 1984). Assim, usando mecanismos de seleção, o Estado constitui-se como realidade contraditória, que deve resolver suas próprias contradições (Gold et alii, 1979).

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Regis de Castro, (1980). "Política social e normalização institucional no Brasil". In: *América Latina, novas estratégias de dominação*. Petrópolis: Vozes.
- CIGNOLLI, Alberto, (1985). *Estado e força de trabalho no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- GOLD, D, LO, C. e WRIGHT, E., (1977). "Recientes desarrollos en la teoría marxista del Estado capitalista". In: *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. SONNTAG e VALLECILLOS (orgs.), México: Siglo XXI.
- HABERMAS, Jurgen, (1980). *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HIRSCH, Joaquim, (1977). "Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise". In: *O Estado em crise*. POULANTZAS, N. (org.). Rio de Janeiro: Graal.
- MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre, (1983). *O Estado superdesenvolvido*. São Paulo: Brasiliense.

- O'DONNELL, Guillermo, (1980/81). "Anotações para uma teoria do Estado". In: *Revista de Cultura Política*. São Paulo: Cedec, nºs 3 e 4.
- OFFE, Claus, (1975). "Theory of the capitalist State and the problem of the policy formation". In: *Stress and contradiction in modern capitalism*. LINDBERG, L. (org.), Lexington, D.C., Heath.
- , (1984). "Dominação de classe e sistema político sobre a seletividade das instituições políticas". In: *Problemas estruturais do Estado capitalista*. OFFE, Claus, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OSZLAK, Oscar, (1980). "Políticas públicas y regímenes políticos: reflexiones a partir de algunas experiencias latinoamericanas". In: *Estudios CEDES*. Buenos Aires: CEDES, Vol. 3, nº 2.
- POULANTZAS, Nicos, (1977). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal.
- , (1981). *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos, (1979). *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus.
- SILVA, Pedro Luiz, (1983). "Políticas e perfis de intervenção em atenção à saúde no Brasil: elementos para análise de ação estatal". In: *Cadernos Fundap*. São Paulo: Fundap, ano 3, nº 6, julho.

ABSTRACT

CAPITALIST STATE: CHANGES IN THE DYNAMICS OF INTERVENTION AND THE ROLE OF BUREAUCRACIES

This article constitutes an effort to define the conceptual framework for the analysis of elements constituting the dynamics of State intervention. The author questions the pertinence to peripheral capitalism of theories elaborated within the context of advanced capitalism for the analysis of the character of social policies in Brazil after 1964. The objective here is to clarify certain questions relative to the implementation of policies in a bureaucratic-authoritarian context, to the changes at the intervention level and to the role played by bureaucracies in the definition of social policies.

RESUME

L'ETAT CAPITALISTE: TRANSFORMATIONS DANS LA DYNAMIQUE D'INTERVENTION ET LE RÔLE DES BUREAUCRATIES

Cet article essaye de définir le cadre conceptuel qui permette de capter quelques éléments constitutifs de la dynamique de l'intervention de l'Etat. L'auteur cherche à vérifier la pertinence, pour le capitalisme périphérique, de théories élaborées dans le contexte du capitalisme avancé pour analyser le caractère des politiques sociales au Brésil après 1964. L'objectif est d'approfondir certaines questions concernant la mise en oeuvre des politiques dans un contexte bureaucratique-autoritaire, les transformations au niveau de l'intervention et le rôle joué par les bureaucraties dans la définition des politiques sociales.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém, Pará: CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi.

Eduardo Biavati Pereira*

Atualmente, boa parte dos estudos referentes à recente expansão do capitalismo no norte do país, concentra-se na análise das transformações engendradas por esse processo nas regiões de fronteira. Contudo, o presente trabalho de Violeta R. Loureiro, tem como foco central uma das mais antigas zonas de exploração agrícola e pesqueira de toda a Amazônia: a zona do Salgado, em especial da cidade de Vigia, situada ao norte de Belém.

O estudo pretende dar conta exatamente do processo de reorganização da estrutura produtiva e social daquela comunidade de pequenos produtores, onde predominam relações sociais de produção, não tipicamente capitalistas, mas caracterizadas pela parceria, à medida em que analisa a diferenciação social que a modernização tecnológica alimenta, e no sentido da qual o Estado tem predisposto uma ação fortemente indutora.

A hipótese básica desse trabalho é a de que os pequenos produtores da pesca não podem reproduzir-se senão subordinados ao capital, ainda que a pequena produção pesqueira desenvolva-se em condições não tipicamente capitalistas, expressadas na prática cotidiana da parceria. Assim, é na situação de não proprietários que os parceiros proporcionam aos proprietários, as condições necessárias à reprodução dos meios de produção destes, ao mesmo tempo em que petrificam suas próprias condições de reprodução, enquanto produtores diretos e parceiros despossuídos.

A autora explica, por fim, que apesar da exploração a que se acha submetida, a pequena produção pesqueira apresenta, historicamente, uma tendência à sobrevivência. O livro está estruturado em sete capítulos. *No primeiro* deles, a autora busca resgatar a forma pela qual a estrutura produtiva de Vigia estava organizada, de modo a possibilitar ao homem da região a dupla e simultânea condição de agricultor-pescador.

A integração da pequena produção agrícola e pesqueira propiciava ao homem vigiense uma forma de articulação com a natureza, que lhe garantia a posse das condições objetivas de trabalho – conferindo aos meios de produção um caráter artesanal que até hoje persiste, e viabilizava a subsistência do nú-

* Aluno do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

cleo familiar com razoável autonomia, em relação ao consumo de bens de origem industrial.

A abertura de caminhos rodoviários ligando a zona do Salgado a Belém, em meados deste século, demarca a aceleração de um processo de crescente vinculação das unidades produtivas vigienses ao mercado daqueles bens, e engendra a conseqüente reorganização da unidade familiar em torno da atividade pesqueira.

O segundo capítulo explicita a ruptura do binômio agricultor-pescador – resultado do processo de minifundização das propriedades rurais de Vigia e as conseqüentes implicações da conversão do camponês em outro personagem: o pescador. A migração do agricultor para a cidade de Vigia conforma a atividade da pesca artesanal como a mais antiga e dinâmica da região, e responde pela alta rotatividade da mão-de-obra no setor da pesca – devida ao excesso de oferta de força de trabalho.

A integração do agricultor e sua família ao mercado de trabalho, como produtor autônomo ou trabalhador livre, aparece como alternativa que lhes repõe os meios de vida, ainda que em níveis de miséria crescente; apesar de que essa integração conserva quase sempre a parceria como relação de produção fundamental.

O terceiro capítulo destina-se à análise dos diferentes segmentos envolvidos na pesca artesanal, mediante a descrição do processo de trabalho de cada um desses grupos. O critério mais marcante, na categorização dos pescadores, consiste na identificação das zonas de pesca onde cada grupo de pescadores desenvolve seu trabalho produtivo. Assim, há uma relação, de certa forma diretamente proporcional, entre a distância do local da pescaria e uma maior ou menor incorporação de capital aos meios de produção, o nível tecnológico dos aparelhos, a extensão da jornada, as formas de remuneração da força de trabalho e as formas de expropriação do excedente gerado.

É interessante notar que, uma vez que a remuneração dos pescadores é convertida em dinheiro apenas ao final da semana, eles são obrigados a recorrer ao crédito para realizarem as compras destinadas ao consumo familiar que, fora esses produtos, mantêm-se com a parte da cota de produção de peixe destinada a cada pescador.

A autora destaca, ainda, que compete à própria tripulação a manutenção da embarcação e dos aparelhos utilizados, antes do início de cada viagem. Essa obrigação força o prolongamento da jornada de trabalho, como condição da sustentação do rendimento familiar. Mesmo no caso das embarcações um pouco mais sofisticadas tecnologicamente – as que contam, por exemplo, com um motor –, os custos de manutenção dos meios de produção são sempre socializados, como parte do contrato da parceria, ainda que às custas da redução da parte da produção concernente a cada pescador.

Dessa forma, nem sempre a modernização dos meios de produção se manifesta uma correspondente melhoria na remuneração do trabalho; verifica-

se, pelo contrário, a intensificação do ritmo do trabalho com vistas ao aumento da produtividade e à sustentação do nível mínimo de renda do pescador.

O *quarto capítulo* enfoca o problema da modernização e tecnificação no setor pesqueiro no Pará, sua indução, pelo Estado, no sentido de valorizar o grande capital internacional e do Centro-Sul do país e os conflitos sociais daí decorrentes. Ao contrário do que se poderia supor, não há conflito direto entre a frota pesqueira industrial e os pescadores artesanais, posto que não concorrem comercialmente, pelo mesmo mercado consumidor. Isso deve-se ao fato de que a frota industrial trabalha com uma produção especializada de pescado.

O núcleo do conflito estabelece-se em torno da predação do espaço comum de produção e dos estoques pesqueiros, promovida pela frota industrial. Essa predação do meio ambiente não apenas coloca em jogo a própria reprodução da atividade, por um período de tempo mais longo, como implica na redução da produtividade média dos pescadores artesanais. Este fato tem como consequência a necessidade de a unidade produtiva artesanal deslocar-se cada vez mais para o Norte, forçando uma extensão ainda maior da jornada de trabalho e, obviamente, a modernização da embarcação e dos aparelhos de pesca – o que deixaria de fora da atividade pesqueira boa parte dos pescadores de Vigia, estratificando-os ainda mais pelo volume de investimento exigido.

O *quinto capítulo* dissecar a estrutura e os mecanismos de distribuição da produção da parceria, conforme ela se desenvolve na pequena produção pesqueira de Vigia. A parceria funda-se numa relação distributiva desigual do produto da pesca: qualquer que seja a produção diária, metade dela corresponde à remuneração do capital investido pelo proprietário dos meios de produção, enquanto a outra metade é dividida em três partes iguais como remuneração do trabalho de cada pescador.

Como o montante do valor da remuneração dos pescadores está diretamente vinculada à produtividade da unidade e à modernização da embarcação e dos aparelhos, pelo menos duas formas de estratégias de sobrevivência institucionalizaram-se em Vigia: o arroz e o extra. Ambos permitem ao pescador recuperar alguma parte do produto excedente da pescaria que lhes caberia como renda. Uma vez que o aumento de produtividade das diversas categorias de pescador não se reflete num aumento da renda, a conversão desses pequenos produtores em proprietários dos meios de produção vê-se obstaculizada pela impossibilidade de acumulação.

Por fim, o *sexto capítulo* demonstra as formas pelas quais a pequena produção pesqueira de Vigia, estabelecida em termos não tipicamente capitalistas, vem-se mostrando necessária à valorização do capital comercial – que se reproduz fora da esfera produtiva –, como resultado das condições em que são determinados os preços de mercado para o pescado.

Como há a necessidade de um preço para o produto no mercado que remunere todos os capitais envolvidos no processo produtivo, é a partir dos limites de preços fixados para o pescado que se processa a disputa pela parte que cabe a cada agente produtivo.

Dessa forma, a exploração do trabalho realiza-se indiretamente, via resultado do trabalho, além daquela que se processa durante o período de trabalho, mediante a produção baseada na parceria. De uma forma geral, o trabalho de Violeta R. Loureiro tem o mérito de repensar criticamente a Amazônia de hoje. E ao fazer isso, denuncia uma série de mitos criados em torno das vantagens do desenvolvimento tecnológico, no quadro do sistema capitalista de produção.

Numa perspectiva a longo prazo, a persistência da pequena produção pesqueira não implica, necessariamente, na conversão desses pescadores em proprietários dos meios de produção, nem tampouco na sua transformação em assalariados; mas significa a reprodução deles, enquanto pequenos produtores, a níveis cada vez mais absolutos de exploração e pobreza.

ROUANET, Sérgio Paulo. (1987). *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Maria Angélica Madeira*

Uma das mais lúcidas contribuições do ensaísmo brasileiro ao debate que se desenrola nesta última década, no cenário intelectual, é o livro de S. P. Rouanet, *As Razões do Iluminismo*, publicado recentemente pela Companhia de Letras. Trata-se, na verdade – no contexto da crise de cultura contemporânea – de fazer a defesa da razão a crítica de toda uma vertente do pensamento atual, que ousa deslocar-se dos paradigmas traçados pela modernidade.

Apesar de constituir-se de diferentes ensaios e artigos publicados, em sua maioria, entre 1985 e 1986, em jornais e revistas. Isso faz com que cada peça guarde autonomia; a obra em questão ganha sua unidade pela cerzidura teórica rigorosa dos temas, que vão sendo modulados a partir da preocupação central do autor: o resgate do conceito de razão, legado da tradição ilustrada.

Distinguindo com Erasmo a sábia razão da razão louca (ou pseudo-razão), o autor constrói seu "*plaidoyer*" a favor da primeira e, com a sofisticada erudição que o caracteriza, convida ao debate pensadores ilustres, "herdeiros legítimos do iluminismo autêntico": Kant, Hegel e os Enciclopedistas, Marx, Freud, os pensadores da Escola de Frankfurt e até mesmo Foucault podem reivindicar o seu pertencimento a essa tradição.

A sábia razão só é defensável, hoje, se for capaz de distinguir-se da razão do século XVIII pois, não sendo ingênua, conhece seus limites externos e internos, tão claramente enunciados por Marx e Freud: a distinção entre razão e ideologia e a vulnerabilidade da razão ao irracional.

* Doutora em Semiologia pela Université de Paris VII, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, coordenadora da Pós-graduação em Sociologia da universidade.

Só a sábia razão teria o poder da crítica e da autocrítica, de denunciar os desmandos da razão, da barbárie fantasiada de razão. Só a sábia razão saberia compreender e transformar o presente, dando continuidade ao projeto moderno, ainda não exaurido em sua plenitude.

Após instigante introdução onde todos esses temas são esboçados, Rouanet abre o livro com um grupo de três ensaios sobre a obra de Walter Benjamin. O primeiro deles – visando especificamente a relação da modernidade com a história –, é uma bela e longa exegese sobre “O Trabalho das Passagens”, texto póstumo do autor comentado e ainda inédito no Brasil.

As vozes dos ensaístas se fazem ouvir num discurso bivocal, estilisticamente divergente, duplamente orientado: Benjamin fala da Paris ocupada, fala por fragmentos, estilhaços, percepções, sensações, notas de leitura; Rouanet, meio século depois, dá acabamento, ordena, harmoniza e interpreta, destacando o motivo do sonho coletivo de cada época, capaz de arrancar a tradição ao conformismo e impregná-la do germe da utopia. É esse filão esclarecido que guiará Rouanet na defesa de sua tese mais polêmica e controvertida: a defesa da continuidade do moderno como néo-moderno, numa perspectiva dialética entre a razão dominante e razão libertadora.

A discussão, competente e exaustiva prolonga-se em outros ensaios, na elucidação dos limiares diferenciais do pensamento de Horkheimer e Adorno, pela análise das aporias da razão que pensa, após ter perdido este direito, resgata o anticonceitual através do conceito e, desde Nietzsche, utilizando seus próprios instrumentos, se auto-crítica.

No combate acirrado que trava contra a “tolice humana”, Rouanet não poupa as ideologias, relicários e estereótipos que têm tido livre curso na cultura brasileira atual: o irracionalismo, o anti-elitismo e o populismo. Desmistifica essas teses por serem obscurantistas, conservadoras e suburbanas e denuncia a falácia de um sistema intelectual auricular que, avesso a toda reflexão teórica séria, propicia uma recepção equivocada de teses de ultramar. Não pelo fato de serem de ultramar – “a inteligência não tem pátria” –, mas, sim, por serem equivocadas, pois “Adorno tem mais a ver com o Brasil, com a construção de uma cultura nacional e com a compreensão dessa cultura, do que um sociólogo positivista nascido em Vitória de Santo Antão”.

Assim, o autor vai argüindo a tradição filosófica por ele eleita, com extremo rigor e “aisance”, com o objetivo de construir seu próprio projeto utópico, liberal e néo-moderno: um racionalismo novo, validado pelo consenso entre o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo, encontrando na teoria habermasiana da ação comunicativa um habitat, mesmo que seja na retórica do futuro do subjetivo, para a “sábia razão”.

Nesse passo, enquanto vislumbra uma saída, ele se distancia dos pensadores assim chamados de pós-modernos. Na crítica que faz a essa tendência da cultura, Rouanet segue a pista de dois autores cujos paradigmas são essencialmente modernos, Habermas e Jameson, que interpretam o pós-moderno como uma tentativa de ruptura com o moderno.

Aí, talvez, resida o maior mal-entendido de todo o debate. Para o pensamento moderno, trata-se de criar o novo, o néo, trata-se de ser original. O pressuposto da ruptura está implicado na própria noção de vanguarda. Ora, o pós-moderno não quer ser vanguarda e nenhuma palavra é mais estranha ao seu vocabulário do que a palavra ruptura. Não está preocupado em romper com nada, muito menos com o moderno, do qual ele é um pós, uma simples seqüência. Absorve e cita o passado, não ordenando linhagens e colocando aspas, mas produzindo novos agenciamentos; não rompendo, mas deslocando a geografia do pensar.

Ninguém ignora, evidentemente, que a recepção desse pensamento, ultra atual e desconcertante, deu-se, no Brasil, a partir das inevitáveis simplificações que atingem todos os temas quando são assim alardeados, com força total, pela grande imprensa. Ninguém ignora também que o rótulo de pós-moderno, aplicado indistintamente às diferentes esferas da produção econômica, social, política e cultura, não passa de uma generalização que articula, num automatismo rígrado, a relação entre essas esferas e a história. Transbordado da estética, onde os princípios do moderno passaram a exercer uma função normatizadora, o pós-moderno espalhou-se por todos os domínios, sob pressão das mutações ocorridas na sociedade. Essa vertente do pensamento contemporâneo deslança um processo que violenta o bom senso e a boa vontade. Ela quer forçar os limites da sensibilidade ao atual, até os limites do pensamento.

Visto assim, o pós-moderno é mais do que uma etiqueta da moda. Ele traz consigo essa atmosfera de desencanto, de falta de saída. Rouanet tem razão quando diz que o homem contemporâneo está cansado da modernidade. "O pós-moderno é muito mais a fadiga crepuscular de uma época – que parece extinguir-se ingloriamente –, do que o hino de júbilo de amanhã que despontam". É certo que para o homem pós-moderno não há mais bandeiras nem ideologias defensáveis; só há o desejo de despedir-se das esperanças traídas, dos sonhos transformados em pesadelos. Tal homem reivindica o direito de capitular. O pós-moderno é o encerramento de um capítulo. Eis aí a nova perplexidade.

MOONEY, P.R. (1987). *O escândalo das sementes; o domínio na produção de alimentos*. Tradução e prefácio Adilson D. Paschoal. São Paulo: Nobel. 146 p.

Cyro Mascarenhas Rodrigues*

A edição deste livro, no Brasil, ocorre oito anos após o seu lançamento, originalmente em inglês, sob o título *Seeds of the earth – a private or a public resource?*, pela Canadian Council for International Cooperation, durante o Encon-

* Pesquisador da Embrapa.

tro do Conselho mundial de Alimentos das Nações Unidas, realizado em Ottawa, em 1979.

Certamente não será o sugestivo título em português – “O Escândalo das Sementes” – que atrairá o público diretamente ligado ou medianamente interessado na temática. Afinal, no país da impunidade, onde os escândalos se sucedem quase que diariamente, ocupando espaços cada vez maiores nos jornais e noticiários do rádio e da TV, um escândalo a mais não impressionaria tanto. O que realmente pode sensibilizar o leitor é a perspectiva de obter um lastro substancial de informações, para formar opinião a respeito de uma questão polêmica, agora ressuscitada na Constituinte, onde os “lobbies” das multinacionais juntam-se a outros grupos de interesse, para a aprovação de uma lei que proteja os cultivares.

Essa lei que, em outras palavras, é a consagração do direito de patentes e controle do mercado de sementes, além das implicações negativas de ordem econômica e social para os países do Terceiro Mundo, pode trazer, segundo o autor, conseqüências desastrosas para a humanidade com um todo. As exigências legais para a garantia de direitos do melhorista, encoraja a uniformidade genética, eliminando variedades, o que pode significar a destruição do germoplasma natural, da maioria das culturas alimentares utilizadas pelo homem, deixando-as vulneráveis a epidemias devastadoras.

Para chegar a essa conclusão, o autor estrutura a sua obra em três partes principais, focalizando, em primeiro lugar, a situação das sementes no mundo. Explica, de forma didática, que a quase totalidade dos alimentos consumidos pelo homem tem a sua origem em não mais de uma dezena de centros de extrema diversidade genética, os chamados Centros de Vavilov, que ocupam menos de um quarto das terras do mundo (áreas do Mediterrâneo, Oriente Próximo, Afeganistão, Indo-Birmânia, Malásia-Java, China, Guatemala-México, Andes Peruanos e Etiópia). As nações ricas e industrializadas, a exemplo dos Estados Unidos, que são originalmente pobres em genes, não teriam meios de minimizar sua vulnerabilidade genética contando apenas com os recursos genéticos do seu território.

Ocorre que os antigos centros de diversificação de culturas do Terceiro Mundo estão desaparecendo, em razão do fenômeno denominado pela FAO de erosão genética. Trata-se da destruição maciça de material de diversidade genética inestimável para o trabalho de melhoramento de plantas. Programas intitulados de revolução verde, levados a efeito pelas fundações Rockefeller, Ford e Kellogg, contribuíram decisivamente para esse processo erosivo, ao induzirem os agricultores de subsistência a abandonarem as suas variedades tradicionais, mais resistentes, por outras altamente produtivas, de uniformidade fenotípica, mas exigentes de produtos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) para manterem os seus padrões de qualidade. É aí que o livro mostra de que forma articula-se a chamada revolução verde com a revolução das sementes, a penetração da indústria agroquímica na produção de sementes e o efeito da legis-

lação varietal restritiva na produção agrícola e suas implicações para os Centros de Vavilov.

Quanto à conservação dos recursos genéticos do mundo, através de uma rede internacional de bancos de genes, Mooney – referenciando outros cientistas –, levanta dúvidas quanto à segurança das espécies em extinção armazenadas nesses bancos. Apontam-se vulnerabilidades como falhas no circuito elétrico, que poderiam aumentar a temperatura de armazenamento ou elevar a umidade; falta de verbas para a manutenção dos bancos; possibilidades de incêndios, enchentes e até mesmo a negligência na documentação do que é coletado e armazenado, são eventualidades que poriam em risco as coleções. A Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, ao constatar falhas na coleção de germoplasma na América, nos últimos 35 anos, advertiu: “depois de avaliar todas as medidas disponíveis para preservar espécies ameaçadas sob condições controladas, somos repetidamente levados à conclusão de que o único método confiável reside no ambiente natural” (p.33).

Contudo, para o Terceiro Mundo a situação é mais dramática. Enquanto aumenta o fluxo de material genético dos Centros de Vavilov para os bancos internacionais de genes dos países industrializados, o material original vem sendo destruído e substituído pelas novas variedades associadas a produtos químicos, introduzidas pelos centros internacionais de pesquisa ou organizações comerciais. Pat Mooney explica textualmente: “A emergente rede de bancos de genes apodera-se dos tesouros genéticos das nações do Terceiro Mundo, que são armazenados no exterior. Na verdade, tais recursos nacionais ultrapassam a fronteira tecnológica, passando a ser um verdadeiro roubo de herança legítima dos melhoristas originais do mundo – os agricultores de subsistência –, deixando os governos do Terceiro Mundo dependentes do Primeiro Mundo quanto ao acesso a seu próprio germoplasma. Na África já existem casos de nações que pagaram para importar descendentes genéticos dos seus recursos nacionais” (p.119).

Na segunda parte do livro, o autor dedica-se mais especificamente à revolução verde e sua conexão química, mostrando quem realmente se beneficiou com ela: a indústria de fertilizantes, de agrotóxicos, de bombas para irrigação, de máquinas e implementos agrícolas, produzidos principalmente nos Estados Unidos. Os programas de ajuda bilaterais e multinacionais tornaram possível a expansão desse lucrativo negócio para os mercados do Terceiro Mundo (Ásia, África e América Latina). Aos pequenos agricultores – excetuando a minoria mais capitalizada que realmente se beneficiou –, restou o caminho do êxodo para os grandes centros urbanos, engrossando o exército de reserva de mão-de-obra. Vivendo miseravelmente nos cortiços e favelas, eles adquirem, a preços elevados, os cereais cultivados possivelmente “nas mesmas terras onde eles, certa vez, colheram leguminosas de baixo custo” (p.49).

O desdobramento da revolução verde acontece no âmbito da indústria de sementes, que passa a ter novos donos. Com o advento da legislação de direitos dos melhoristas, nos países industrializados, as pequenas empresas produto-

ras de sementes desaparecem para dar lugar ao oligopólio de multinacionais de agroquímicos, onde se incluem as que têm como fonte principal de lucro os produtos farmacêuticos e os derivados de petróleo. Consolida-se o domínio do mercado por grandes corporações como a Ciba-Geigy, Sandoz, Pfizer, Upjohn, Monsanto, Union Carbide e Royal Deutch/Shell, além da Anderson Clayton, Cargill e ITT. Todas elas se preparam para a indústria estratégica de suprimentos genéticos, criando os seus próprios centros de pesquisa genética, sistemas de referência vegetal e de investigação no âmbito da química animal e humana. Não resta dúvida que o desenvolvimento de variedades nesses centros, persegue padrões de produtividade, uniformidade e processamento que se vinculam à pesquisa química, resultando na oferta de um pacote de sementes + fertilizantes + herbicidas + inseticidas + fungicidas e outros produtos que possam trazer lucro a essas companhias.

A terceira parte da obra completa o quadro analítico, voltando o foco da discussão para a questão da legislação varietal restritiva ou os direitos dos melhoristas de plantas. Aqui são apresentados depoimentos de cientistas americanos, canadenses e ingleses, ressaltando a importância da diversidade genética e contrapondo-a aos direitos restritivos dos melhoristas, que conduzem à erosão genética e conseqüente destruição paulatina dos Centros de Vavilov. Outra conseqüência nefasta apontada é a limitação do livre intercâmbio de germoplasma, fato que preocupa seriamente tanto os melhoristas públicos quanto os privados. Mas as surpresas maiores estariam reservadas aos países do Terceiro Mundo: "Na verdade, as companhias podem reclamar 'direitos' de patentes por variedades que são tradicionais nos países em desenvolvimento, e mantê-las para seus próprios propósitos de mercado, ou para manter o germoplasma fora do alcance dos seus concorrentes. Por exemplo, conforme o pesquisador David Bakin, na cidade do México certa cerealista obteve uma variedade certificada do governo mexicano e depois patenteou-a na Europa. Bakin também relata que dois estabelecimentos de sementes dos EUA literalmente roubaram variedades do programa CIMMYT, mandaram multiplicá-las no outro lado da fronteira, no Texas, e depois patentearam o material sob o Ato de Proteção às variedades de Plantas dos EUA. Para a Europa e América essa situação significa novas e excitantes variedades de plantas, mas o Terceiro Mundo certamente delas não se beneficia" (p.91).

Depois de discutir as tendências no melhoramento corporativo que apontam para a uniformidade genética e a utilização de produtos químicos, ao invés das linhagens múltiplas e cruzamentos visando a resistência a doenças, o autor chama a atenção para a necessidade de preservar a base genética mundial, através da proteção aos programas de melhoramentos públicos e contenção da expansão da indústria multinacional de sementes. Para tanto, entre outras ações, recomenda: (1) medidas específicas de conservação dos germoplasmas, através de uma campanha liderada pela Junta Internacional de Recursos Genéticos Vegetais; (2) providências legais internacionais, através de organismos das Nações Unidas, para que não haja a apropriação de plantas

por formas de controle exclusivo (leia-se patentes e marcas registradas) e sejam consideradas recursos de heranças comuns a todos os povos; (3) providências governamentais pelas nações do Terceiro Mundo, no sentido de inventariar os seus recursos genéticos e protegerem-se contra a legislação varietal dos países industrializados, que ameaça os seus programas nacionais de conservação e melhoramento de plantas.

Não poderíamos concluir este comentário sem registrar a importante contribuição que o professor Adilson Paschoal agrega ao texto, prefaciando a obra. Com a segurança e o conhecimento de um batalhador das causas conservacionistas e da agricultura regenerativa no Brasil, ele resgata acontecimentos ainda desconhecidos para muitos, sobre os caminhos tortuosos e as tramas de bastidores nos escalões governamentais, para que fosse aprovada pelo Congresso Nacional a "Lei de Proteção aos Cultivadores", proposta pela Associação Brasileira de Sementes (Abrasem).

A origem de tudo remonta a 1974, quando a International Plant Breeders, controlada pela Royal Deutch/Shell, campeã de vendas de sementes no mundo, instala-se no sul do país para negociar com cultivares de trigo e soja. Em documento entregue ao Ministério da Agricultura, intitulado "Four Lines plan for Brazilian Agriculture", a Royal Deutch/Shell sugere a legislação do patenteamento de sementes e a transferência do controle, da pesquisa e da produção de sementes básicas do poder público para o setor privado. As démarches deste processo e a reação contrária dos agrônomos, SBPC, FAESP, OCESP e alguns políticos (que termina por inviabilizar o projeto de lei, em 1977, antes mesmo de ser votado), são relatadas pelo professor Paschoal, constituindo uma motivação a mais para a leitura desse livro que recomendamos sem reservas.

RIVIÈRE D'ARC, Hélène (org). (1987). *Portraits de Bahia: Travail et Modernisation dans quatre régions agricoles d'un État du Brésil*. Paris: Collection Brasília, ed. de la Maison des Sciences de l'Homme.

Vilma de Mendonça Figueiredo*

Retratos da Bahia é a sexta publicação da coleção Brasília, que teve início em 1981 com o livro de Sérgio Miceli, *Les Intellectuels et le Pouvoir au Brésil (1920-1945)*; seguindo com Guy Martinière, 1982, e a publicação de *Aspects de coopération franco-brésilienne: Transplantation culturelle et stratégie de la Modernité*; Maria Andréa Loyola, 1983, *L'esprit et le corps: des Thérapeutiques populaires dans la banlieve de Rio*; Fernando Henrique Cardoso, 1984, *Les idées à leur Place: le concept de Développement en Amérique Latine*; Celso Furtado,

* PhD em Sociologia, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

1987, *Le Brésil après le Miracle*; e prevê, para breve, Hélijo Trindade, *Brésil: Le temps du Fascisme*. Desse modo, a Coleção Brasília vem perseguindo seu objetivo de divulgar, na França, obras de cientistas sociais brasileiros, bem como tornar mais conhecidos os trabalhos de pesquisadores franceses que contribuem para o conhecimento do Brasil. Esse é o caso de *Retratos da Bahia*, produzido principalmente por pesquisadores franceses.

Christian Gros, Hélijo Rivière d'Arc e Hervé Théry responsabilizam-se pelo primeiro capítulo, intitulado "A riqueza tradicional: as terras úmidas do cacau"; Bernard Bret, em colaboração com Marie-Dominique de Suremain, assina o capítulo "A irrupção do café no planalto de Conquista"; Jean Pierre Bertrand, Martine Droulers e Lena Lavinas produziram os capítulos três e quatro que tratam, respectivamente, de "Juazeiro-Petrolina: um pólo de horticultura no coração do Sertão" e "A frente pioneira de Além São Francisco".

Um livro de quatro capítulos e escrito por diversas mãos, não poderia deixar de conter assimetrias de estilo e diversidade de ênfase nas dimensões analisadas, ainda mais que cada um deles trata de microrregiões/cidades específicas, com características próprias. Ênfase e estilos distintos, porém, não comprometem a unidade temático-teórica da obra, que é claramente explicitada na introdução e desenvolvida nos capítulos, revelando uma coordenação competente não só na estratégia de levantamento de campo, mas também na análise e exposição dos dados.

O livro tem como tema central a questão do trabalho e tenta esclarecer como, na Bahia, os mercados de trabalho que se criam em torno de afinidades modernizadas, influem na gestão da mão-de-obra, criam categorias sociais e novas relações de trabalho. As hipóteses gerais que orientaram o estudo foram: 1. que existe no Brasil e particularmente na Bahia, o equivalente daquilo que, na França, identifica-se como *pays* – espaços relativamente pequenos, dedicados a uma atividade produtiva principal e geralmente centralizados por uma cidade que controla a valorização dos recursos regionais; esses espaços corresponderiam aproximadamente, segundo seus autores, às microrregiões homogêneas do IBGE; 2. que a organização desses pequenos espaços é feita por centros urbanos regionais. Supõe-se, então, que as formas de organização do trabalho rural são, freqüentemente, determinadas por proprietários citadinos, não se reconhecendo, *a priori*, ruptura entre os mercados de trabalho urbano e rural, e colocando como problema de investigação as passagens e combinações entre os dois setores.

O levantamento de dados foi feito em 1983 e 1984, em quatro regiões agrícolas do Estado, diversas do ponto de vista da atividade dominante e vinculadas às cidades de 1. Ilhéus e Itabuna; 2. Vitória da Conquista; 3. Juazeiro e Petrolina; 4. Barreiras. Desse modo, cobriram-se as regiões de cacau, onde a acumulação na agricultura é dominante e justifica a abordagem das relações de trabalho em termos de oferta e demanda; perímetros irrigados do vale do São Francisco, onde as formas híbridas de trabalho ou a simples monetarização são abordadas pela análise de cada tipo de exploração, por ramo de atividade ou

por micro-espaco geográfico; novas zonas de cultura do café, de ocupação antiga e que recorrem intensamente à mão-de-obra temporária; região pioneira, com investimentos produtivos capitalistas e demanda reduzida a favor da mão-de-obra, dada a grande mecanização e a pecuária, onde o mercado de trabalho é analisado através da justaposição de diferentes sistemas de produção.

Em cada um dos casos, o papel do Estado é analisado através do exame da intervenção de órgãos públicos e seus efeitos nas transformações das relações de trabalho. O conjunto dos estudos mostra uma intensa mobilidade espacial do trabalhador e uma generalizada precariedade de suas condições. Por outro lado, mostra também uma enorme variedade de formas de trabalho que, muitas vezes, são encontráveis em um mesmo indivíduo: assalariamento parcial ou "incompleto", assalariamento estrito sob contrato, trabalho camponês. A alternância de trabalho na cidade – freqüentemente no setor informal – e no campo, fenômeno que vem sendo designado por "rurbanização", expande-se.

Os autores concluem que, com formas variadas e ritmos diversos, a lógica capitalista impõe-se e transforma as relações sociais. Não no sentido da destruição de padrões tradicionais e de sua substituição por relações simples entre empregado e empregador, mas no que se refere a uma complexa rede de novas combinações, diferentes segundo os casos, isto é, segundo a produção dominante e a antiguidade de sua implantação.

O papel do Estado, de coordenador da modernização, segundo os autores, é fundamental. Sua ação pode variar desde a definição precisa de estruturas novas, que vão possibilitar os mecanismos capitalistas, até o enquadramento técnico e o apoio financeiro: "sob formas variadas e com intensidade desigual, o Estado age sempre onde as 'coisas se mexem' na agricultura baiana, seja criando mecanismos de mercado, seja orientando e sustentando o capital privado".

Trabalho bem apresentado, articulando questões teóricas a um levantamento cuidadoso de dados, o livro coordenado por H  l  ne Riviere D'Arc traz, sem d  vida, contribui  o relevante para a compreensão da moderniza  o da agricultura brasileira. Somando-se aos estudos que ora se fazem no Brasil e que evitam tanto o voluntarismo teórico com a imersão exaustiva e desorientada em casos concretos, *Portraits de Bahia* d   uma li  o de como e para que se faz pesquisa.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I - Tipo de Colaboração aceita pela revista

Trabalhos originais em Sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação Sociedade/Estado no contexto da atualidade brasileira que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Artigos resultantes de pesquisa científica na área de Ciências Sociais.
2. Discussões teóricas levando ao questionamento de modelos existentes e à elaboração de hipóteses para pesquisas futuras.
3. Revisões críticas (resenhas, ensaios bibliográficos) de literatura relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento da Sociologia.

II. Apreciação pela comissão editorial

1. Os trabalhos enviados serão apreciados pela comissão editorial que poderá fazer uso de Consultores, caso não disponha de especialista na área abordada no artigo. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos.
2. Eventuais sugestões de modificações de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessários deverão ser notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.
3. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. Forma de apresentação dos originais

- 1 Os originais deverão ser encaminhados em três vias, datilografados em espaço duplo, não excedendo trinta laudas.
2. Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões, assim como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).
- 3 As notas de pé-de-página devem ser de natureza substantiva (não-bibliográficas) e reduzidas ao mínimo necessário. As menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor, data) ou (autor, data, página).
4. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais.

- IV. O autor principal de cada artigo receberá três exemplares da revista na qual seu artigo foi publicado.

PRÓXIMO NÚMERO

Leia no próximo número

- A fórmula trinitária e a modernização da agricultura no Brasil
Maria Stela Grossi Porto
- Transformação econômica e heterogeneidade social na América Latina
Maria Brandão e Fernando Pedrão
- Lutas populares no governo Jânio Quadros em Brasília: o movimento pró-fixação e urbanização da Cidade Livre
Nair Heloisa Bicalho de Souza
- Atividade científica e participação social: a ideologia da autonomia da ciência
Francisco L. C. Teixeira
- O sucesso de uma política
Sylvain Maresca
- Que paradigma para qual política pública?
Waldemar Santos Pedreira Filho